



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC**

**CENTRO DE HUMANIDADES**

**PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA  
– UFC-UNILAB**

**MARIA IULLY MELO SILVA**

**GÊNERO, TURISMO E COMÉRCIO DE RUA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO  
SOBRE AS PEIXEIRAS DA ILHA DO SAL, CABO VERDE**

**FORTALEZA  
2024**

**MARIA IULLY MELO SILVA**

**GÊNERO, TURISMO E COMÉRCIO DE RUA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO  
SOBRE AS PEIXEIRAS DA ILHA DO SAL, CABO VERDE**

Dissertação submetida ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA UFC/UNILAB, como um dos pré-requisitos para obtenção do título de mestra em antropologia.

**Orientação:** Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora

**Linha de Pesquisa 1:** Narrativas, Simbolismos e Emoções.

**FORTALEZA  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- S581g Silva, Maria Iully Melo.  
GÊNERO, TURISMO E COMÉRCIO DE RUA : UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE AS  
PEIXEIRAS DA ILHA DO SAL, CABO VERDE / Maria Iully Melo Silva. – 2024.  
117 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-  
graduação em Antropologia, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora.
1. Comércio de rua. 2. Peixeiras. 3. Gênero. 4. Turismo. 5. Cabo Verde. I. Título.

CDD 301

---

**MARIA IULLY MELO SILVA**

**GÊNERO, TURISMO E COMÉRCIO DE RUA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO  
SOBRE AS PEIXEIRAS DA ILHA DO SAL, CABO VERDE**

Dissertação submetida ao Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA UFC/UNILAB, como um dos pré-requisitos para obtenção do título de mestra em antropologia.

**Orientação:** Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora

**Linha de Pesquisa 1:** Narrativas, Simbolismos e Emoções.

Aprovada em: 24/06/2024.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Jacqueline Britto Pólvora (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

---

Profa. Dra. Tatiana Reis Silva (Examinadora)

Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

---

Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues (Examinadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira (Examinadora)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

**FORTALEZA  
2024**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente às vendedoras do Pontão de Santa Maria pela receptividade e por exporem pacientemente as particularidades sobre a sua vida e o comércio de peixes. Um especial agradecimento à senhora Daniela por esclarecer aspectos sobre a *rabidancia*, pelo apoio e pelo convite para comer cachupa de peixe em sua casa. Agradeço à senhora Bety por permitir uma aproximação intensa de aprendizado e amizade. Um agradecimento especial também à minha orientadora, Professora Dra. Jacqueline Britto Pólvora pelo apoio, paciência e orientação. Agradeço também às Professoras Dra. Tatiana Reis Silva, Dra. Lea Carvalho Rodrigues e Dra. Miriam Steffen Vieira pela contribuição na avaliação da minha dissertação. Agradeço também a José Brito pela inspiração acadêmica e por compartilhar suas experiências sobre o continente africano que foram de grande ajuda.

Obrigada!

Dedico este trabalho à Solange, Paulo e Iara, sempre estaremos juntos.

## RESUMO

A presente dissertação reflete sobre as *rabidantes* de Cabo Verde, sobretudo no que diz respeito às comerciantes de pescados da Ilha do Sal. Buscamos compreender as relações e redes comerciais e de sociabilidade envolvidas na constituição do campo da *rabidancia* de gêneros alimentícios, tomando como eixo analítico, o entrecruzamento - comércio de rua, gênero e turismo. Nesse sentido, caracterizamos o comércio das peixeiras da Ilha do Sal, atentando para divisão geográfica entre as cidades de Espargos, Pedra Lume, Murdeira, Palmeira e Santa Maria, sendo esta última, a cidade mais turística de Cabo Verde, com alto custo de vida e projetada diretamente para o turismo, englobando diversos empreendimentos e uma considerável estrutura turística. A partir disso, priorizamos a pesquisa bibliográfica e a produção de dados a partir de pesquisa etnográfica juntamente com as peixeiras do Pontão de Santa Maria, onde destacamos seu cotidiano laboral e protagonismo. A pesquisa teve início em janeiro de 2022 e o trabalho de campo na Ilha do Sal se desenvolveu em dezembro de 2023, e, na modalidade online, por WhatsApp até fevereiro de 2024. Entendemos que a *rabidancia* enquanto instituição oriunda do desenvolvimento de diversas alternativas para sobrevivência no referido território insular, antecede o modelo turístico implementado na ilha, e, também funciona como um ponto de intersecção, responsável atualmente por uma vasta rede comercial que agrega outros setores, bem como pelo sustento de várias mulheres e suas famílias em Cabo Verde.

**Palavras-chave:** Comércio de rua; Peixeiras; Gênero; Turismo; Cabo Verde.

## **ABSTRACT**

This dissertation focuses on rabidantes of Cape Verde, specifically the female fish sellers of Sal Island. We seek to understand the commercial and sociability relations as well as the networks involved in the constitution of the field of foodstuff selling, taking the intersection of street commerce, gender and tourism as the analytical axis. We characterized the fish sellers' trade on Sal Island, paying attention to the the different cities of Espargos, Pedra Lume, Murdeira, Palmeira and Santa Maria, the latter being the most touristic city in Cape Verde, with a high cost of living and designed directly for tourism, encompassing various enterprises and a considerable tourist structure. Based on this, we prioritized bibliographical research and the production of data from ethnographic research with the female fish sellers of Pontão of Santa Maria, where we highlighted their daily work and protagonism. We understand that rabidancia, as an institution that arose from the development of various alternatives for survival in this island territory predates the tourism model implemented on the island. It also functions as a point of intersection, currently responsible for a vast commercial network that brings together other sectors, as well as the livelihood of several women and their families in Cape Verde.

**Keywords:** Street commerce; Peixeiras; Gender; Tourism; Cape Verde.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

ICIEG – Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Género.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

AIAC – Aeroporto Internacional Amílcar Cabral.

GEP – Gabinete de Estudos e Planeamento (Cabo Verde).

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa topográfico de Cabo Verde
- Figura 2 – Localização de Cabo Verde no mapa *mundi* e da África, 1994 (editado)
- Figura 3 – Mapa da ilha do Sal
- Figura 4 – Peixeira e seu filho, e outra vendedora ambulante de comida
- Figura 5 – Serviços de surf e mergulho oferecidos no Pontão de Santa Maria
- Figura 6 – Artesão caboverdiano
- Figura 7 – Souvenires
- Figura 8 – Contraste entre o comércio peixeiro e os *resorts* da cidade de Santa Maria
- Figura 9 – Cotidiano laboral de homens e mulheres peixeiras no Pontão de Santa Maria
- Figura 10 – Algumas *rabidantes*/peixeiras realizando trabalho de limpeza e tratamento dos pescados
- Figura 11 – Entornos da hospedagem em Espargos, Bairro Electra
- Figura 12 – Paisagem entre o trajeto Espargos-Santa Maria
- Figura 13 – Pescador e mestres de rede tratando peixe no Pontão de Santa Maria
- Figura 14 – Movimentação matutina no Pontão de Santa Maria
- Figura 15 – Barco de pesca próximo ao Pontão de Santa Maria
- Figura 16 – Barcos de pesca artesanal na cidade de Santa Maria
- Figura 17 e 18 – Chegada dos peixes no Pontão
- Figura 19 – Grupos de peixeiras do Pontão
- Figura 20 – Transporte e entrega dos peixes armazenados em terra
- Figura 21 – Grupo de peixeiras do Pontão
- Figura 22 – Cais e porto da localidade de Palmeira
- Figura 23 e 24 – Venda de peixes no Porto de Palmeira
- Figura 25 e 26 – *Folders* e informações turísticas sobre a ilha do Sal
- Figura 27 – Peixaria situada no Mercado Municipal de Santa Maria
- Figura 28 – Dia de comércio no Pontão

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
2. CAPÍTULO 1: COMÉRCIO DE RUA E INFORMALIDADE: CABO VERDE E OUTROS CONTEXTOS .....	18
2.1. Comércio de rua e informalidade: em busca de definições .....	18
2.2. Comércio de rua, comércio espontâneo e comércio informal: contrapontos .....	20
2.3. Colonização, economia e transformações do espaço urbano .....	22
2.4. Cabo Verde: características, território e apontamentos históricos .....	28
2.5. Comércio de rua e considerações histórico-econômicas sobre Cabo Verde .....	31
2.6. O papel da rabidância da economia caboverdiana .....	39
2.7. Rabidância e o comércio de pescados: algumas considerações .....	42
2.8. Aspectos gerais da Ilha do Sal .....	45
3. CAPÍTULO 2: ZONAS COSTEIRAS, COMÉRCIO PESQUEIRO E RABIDANCIA ....	48
3.1. Zonas: o contexto de Cabo Verde .....	48
3.2. Mulheres e o setor pesqueiro em Cabo Verde: algumas considerações .....	50
3.3. O papel da Rabidancia na família caboverdiana .....	52
3.4. Gênero, solidariedade e concorrência: outros aspectos socioculturais .....	60
3.5. Turismo, globalização e desenvolvimento .....	62
4. CAPÍTULO 3: AS PEIXEIRAS E O SETOR TURÍSTICO DA ILHA DO SAL .....	67
4.1. Percepções sobre o fazer etnográfico e a experiência em campo .....	68
4.2. Imergindo sobre na ilha do Sal .....	75
4.3. O comércio de pescados e as peixeiras do Pontão de Santa Maria .....	85
4.4. Estrutura e funcionamento do comércio no Pontão de Santa Maria .....	90
4.5. Pesca e comércio na comunidade de Palmeira .....	95
4.6. Turismo e mercantilização da cultura e dos espaços na ilha do Sal .....	98
4.7. Imbricamento entre turismo, rabidancia e comércio pesqueiro .....	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	107
REFERÊNCIAS .....	110

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa reflete sobre vendedoras e negociantes, as peixeiras ou *rabidantes* de pescados de Cabo Verde, especificamente na cidade de Santa Maria, Ilha do Sal, Cabo Verde. Investigamos para além do “comércio de rua” (COSTA, 1989), as relações e redes de sociabilidade envolvidas na construção do campo da *rabidancia* de gêneros alimentícios. Tomamos como eixo analítico, o entrecruzamento – gênero, turismo e comércio de rua. Destacamos que a Ilha do Sal é dividida geograficamente entre as localidades de Espargos, Pedra Lume, Murdeira, Palmeira e Santa Maria, sendo esta última, a cidade mais turística de Cabo Verde, com alto custo de vida e projetada para o turismo, englobando diversos empreendimentos, considerável rede hoteleira e restaurantes, com grande demanda turística.

Segundo a economista Marzia Grassi (2001), o termo *rabidante* é utilizado especificamente em Cabo Verde para designar sobretudo mulheres comerciantes, e tem várias ramificações dentro do próprio comércio de rua e ambulante no território insular. Ainda segundo a autora (op. cit.), a denominação carrega consigo diversos significados permeados em discursos sociais internos e externos, tais como mãe, “chefe de família”, baixa escolaridade, e principalmente, o de mulheres que se percebem com poucas oportunidades e se voltam na maioria das vezes para esse tipo de comércio enquanto uma das alternativas de subsistência existentes no arquipélago em questão.

De acordo com a historiadora Tatiana Silva (2012), a *rabidancia* é dividida em três subgrupos. O primeiro grupo corresponde ao comércio transatlântico de importação de mercadorias diversas (roupas, cosméticos, eletrônicos e utensílios gerais) entre Cabo Verde, Brasil, Estados Unidos e Europa. O segundo segue a mesma lógica anterior, no entanto, se restringe à importação de mercadorias a partir de alguns países africanos (Senegal, Gâmbia, Marrocos, Guiné-Conakri e África do Sul). O terceiro tipo diz respeito ao comércio interno caboverdiano de gêneros alimentícios (verduras, grãos, frutas, carnes e peixes), sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa.

Segundo Silva (2012), o principal fator que define a divisão e por consequência a hierarquização desse tipo de comércio é o capital de investimento de cada vendedora, questão que pode ser percebida no decorrer desta dissertação. Em outros contextos africanos o comércio de rua feminino ganha outras denominações, “como é o caso das *zungueiras* e *quitandeiras* angolanas” (*Ibidem*, 2012, p.14). Ressaltamos também, a partir dos estudos de Bá (2021) e Jairoce (2016), o caso das vendedoras de frutas, verduras e pescados em São Tomé e Príncipe, chamadas de *palaiês*, e das mulheres inseridas no comércio transfronteiriço entre Moçambique e África do Sul, denominadas de *mukheristas*, respectivamente.

Sem desconsiderar a importância de todos os tipos de *rabidancia* nas ilhas de Cabo Verde, o recorte desta pesquisa é voltado para as peixeiras/*rabidantes* da Ilha do Sal, justificando-se pela singularidade social, econômica e cultural desse tipo de segmento econômico no arquipélago. Desse modo, o arcabouço teórico é constituído tanto por estudos das ciências sociais e econômicas, quanto de Antropologia urbana assim como de estudos de gênero em África, sobretudo os que se dedicam aos estudos sociais caboverdianos.

A abordagem metodológica se deu a partir de uma pesquisa bibliográfica iniciada em janeiro de 2022, e posteriormente o trabalho de campo na Ilha do Sal que teve início em dezembro de 2023, e, na modalidade online, por WhatsApp até fevereiro de 2024, somando um total de doze entrevistas. As observações foram realizadas em espaços públicos das cidades de Espargos e Santa Maria, e nas comunidades de Palmeira e Murdeira, no sentido de produzir dados qualitativos através de entrevistas e observação participante, priorizando os discursos e as experiências sociais dessas vendedoras em seus cotidianos laborais. Assim, para a enumeração dos interlocutores/as utilizamos nomes fictícios no decorrer das citações, para proteger suas identidades.

Esta pesquisa teve como objetivo geral, caracterizar o comércio de rua feminino de pescados da Ilha do Sal, em Cabo Verde, onde dissertamos sobre o cotidiano laboral, relações e redes comerciais e de sociabilidade das peixeiras que comercializam no Pontão de Santa Maria. Com relação aos objetivos específicos: 1) descrevemos a inserção das peixeiras da Ilha do Sal no comércio de rua cabo-verdiano; 2) enumeramos as práticas e redes comerciais, bem como as relações e redes de sociabilidades, ou seja, o cotidiano laboral das peixeiras que comercializam no Pontão de Santa Maria, num contexto fortemente marcado pelo turismo.

Desse modo consideramos especialmente as nuances existentes no comércio de rua e ambulante da cidade de Santa Maria, sobretudo a *rabidancia* que abarca diversos tipos de setores no arquipélago, e que tem como ponto central as mulheres envolvidas diretamente na venda de pescados. Com isso, entendemos esse tipo de atividade laboral enquanto instituição oriunda do desenvolvimento de alternativas para sobrevivência no território insular, mas, também como um ponto de intersecção, responsável atualmente por uma vasta rede comercial e pelo sustento de várias mulheres e suas famílias em Cabo Verde.

Nesse sentido, consideramos a interface entre gênero, turismo e comércio de rua, e levamos em conta a contribuição dos aspectos socioculturais desse tipo de atividade laboral, no que corresponde a inserção e a importância das mulheres vendedoras de pescados na constituição do comércio caboverdiano.

Dessa forma, sabendo que a Ilha do Sal é constituída economicamente a partir do setor

turístico, tanto a demanda por gêneros alimentícios se torna uma constante na referida ilha, como também o surgimento de tensões entre a pesca industrial, artesanal e o comércio de rua, principalmente na cidade de Santa Maria, onde se concentra a maior parte dos empreendimentos turísticos. Chamamos atenção para o comércio de pescados, setor onde as *rabidantes* tem mais dificuldades financeiras e de investimento, e com pouco poder aquisitivo essas vendedoras buscam alternativas para sustentarem a família e a manutenção educacional dos filhos, logo, acabam por se integrarem ao mercado pesqueiro.

A nossa inquietação surge a partir de como essas mulheres realizam esse tipo de comércio e qual a relação existente com o setor turístico. Nesse sentido, o problema de pesquisa central pode ser percebido na seguinte questão: Ao considerarmos as interfaces entre gênero, turismo e comércio de rua na Ilha do Sal, como se constitui a *rabidancia* de pescados na cidade de Santa Maria? Além do problema de pesquisa central, outras questões específicas também nortearam o desenvolvimento desta pesquisa: 1) ao levarmos em consideração a centralidade da pesca e do comércio de rua na economia caboverdiana, como as mulheres se inserem nesse tipo de atividade laboral? A *rabidancia* proporciona emancipação? 2) no atual contexto caboverdiano, como se apresentam as práticas e redes comerciais, bem como as relações e redes de sociabilidades, ou seja, o cotidiano laboral das peixeiras que comercializam no Pontão de Santa Maria, num contexto fortemente marcado pelo turismo?

O interesse em idealizar e realizar este estudo antropológico, surgiu a partir de interações e diálogos feitos com estudantes caboverdianos/as durante minha trajetória sócio-acadêmica na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), durante a minha graduação (2016 – 2021) e minha pós-graduação (2021 – 2024). A instituição recebe anualmente estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) para cursarem ensino superior no Brasil. Desse modo, em meio as leituras sobre Cabo Verde e convivências estudantis, já que muitos desses estudantes possuem na família ou em seu ciclo social, mulheres inseridas no comércio de rua, os temas como o turismo, comércio e o gênero nos impulsionaram a desenvolver um projeto de pesquisa o qual envolvesse uma proposta de estudo etnográfico sobre o comércio de rua feminino caboverdiano.

E porque a ilha do Sal? A resposta perpassa pela carência de pesquisas sobre a *rabidancia* na ilha em questão, levando-nos a encontrar mais frequentemente estudos que versem geralmente sobre o comércio de rua feminino em outras ilhas de Cabo Verde, a exemplo: Grassi (2001; 2003; 2007), Monteiro (2003), Silva (2012; 2013; 2020), Pólvora (2013), Rocha (2014), Fortes (2015; 2018), Araújo Silva (2018), Venâncio (2019) Sousa (2019) e Gonçalves (2021). Desse modo, embora o comércio de rua brasileiro também nos

desperte bastante interesse, a realidade comercial em um território insular africano nos fez querer imergir sobre as particularidades históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais caboverdianas, e foi aonde percebemos que a *rabidancia* é um fenômeno recorrente não apenas em Cabo Verde, mas em boa parte do mundo, no entanto, com outras configurações.

Além disso, durante os diálogos com nossos/as colegas caboverdianos, estes/as relatavam que tinham na família ou conheciam alguma mulher *rabidante* (mãe, tia, avó). Ou seja, diziam que era uma atividade laboral comum no arquipélago e que muitas dessas mulheres sustentavam a família com as vendas realizadas nas ruas do país. Assim, conseguimos ter um primeiro acesso empírico acerca desse fenômeno, que este está presente em praticamente boa parte das famílias dos caboverdianos que nos relataram sobre o assunto. Da mesma forma, no Brasil, o comércio de rua feminino é algo também muito recorrente. Tais situações nos impulsionaram a levar a diante a ideia de realizar um estudo no e sobre o continente africano, para posteriormente construir possibilidades analíticas comparativas entre o Brasil e a África.

O objeto de pesquisa é aqui constituído pelo comércio de rua feminino de pescados na Ilha do Sal, na cidade de Santa Maria. Tal comércio foi analisado através das experiências de vendedoras de pescados, suas relações e redes de sociabilidade e comerciais. Buscamos continuamente identificar as interfaces entre o comércio de rua, as questões de gênero e setor turístico em Cabo Verde, explicitadas nos impactos socioeconômicos e na constituição cultural do território insular. Nesse sentido, compreende-se que, decorrente do problema de pesquisa descrito acima, a *rabidancia* enquanto forma de comércio de rua advindo das alternativas de subsistência em Cabo Verde, influencia e alimenta culturalmente o setor turístico em suas nuances e contradições. Tal influência diz respeito as formas de utilização da imagem da mulher africana, sobretudo a comerciante de rua, nesse caso, tomando como exemplo as peixeiras e a veiculação da imagem destas na promoção turística da ilha. As mulheres vendedoras de pescados atuam direta e indiretamente no setor em questão na Ilha do Sal, assim, tal atividade, para além de contribuir no sustento de muitas mulheres e de suas famílias, funciona como aparato substancial na construção do imaginário turístico local. Ou seja, por aparato entendemos enquanto um produto advindo da especulação produzida pela globalização turística, a qual se utiliza de elementos do cotidiano local para a promoção do capital global.

A presente dissertação, é caracterizada pela pesquisa qualitativa de cunho etnográfico. Lançamos mão de alguns elementos quantitativos que me permitem sistematizar e interpretar os dados e esquemas analíticos, que denotam sobre o comércio de rua feminino da Ilha do Sal. Sobre a pesquisa etnográfica, entende-se que, segundo a Antropóloga Mariza Peirano (2014), é preciso atentar para os outros sentidos e aspectos que não correspondem apenas o uso

corriqueiro da linguagem comum, dessa forma, conforme a autora:

A primeira e mais importante qualidade de uma boa etnografia reside, então, em ultrapassar o senso comum quanto aos usos da linguagem. Se o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivido que, depois, é revelado por meio da escrita, é necessário ultrapassar o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial. Que ela apenas “diz” e “descreve”, com base na relação entre uma palavra e uma coisa. Ao contrário, palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados. E palavras não são o único meio de comunicação: silêncios comunicam. Da mesma maneira, os outros sentidos (olfato, visão, espaço, tato) têm implicações que é necessário avaliar e analisar. Dito de outra forma, é preciso colocar no texto – em palavras sequenciais, em frases que se seguem umas às outras, em parágrafos e capítulos – o que foi ação vivida. Este talvez seja um dos maiores desafios da etnografia – e não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo (PEIRANO, 201, p.386, grifo meu).

A visão acima nos faz refletir sobre a ida da pesquisadora à campo, preparar-se para o aprendizado no próprio campo e a reformulação do que entendemos sobre a nossa própria pesquisa. Assim, é importante salientar os imprevistos que geralmente podem ocorrer durante o levantamento de dados, pois, tal questão é maior e envolve outros sujeitos, estruturas, linguagens e sistemas que escapam ao nosso domínio científico.

Com relação ao universo da pesquisa, o recorte incide sobre as peixeiras da cidade de Santa Maria, na Ilha do Sal em Cabo Verde. Focamos o olhar principalmente nas comerciantes situadas no chamado Pontão da Praia de Santa Maria, caracterizado por ser uma ponte em que o trânsito de turistas e principalmente o comércio pesqueiro é constante e intenso. Quanto as práticas e pontos que foram considerados e conduzidos durante as entrevistas, levamos em conta a vivência profissional, tempo de atuação no mercado de rua e peixeiro, número de familiares envolvidos na atividade laboral, influência familiar e geracional.

Entendemos que apenas a percepção da pesquisadora, não é o suficiente para fixar adequadamente os aspectos mais importantes do processo laboral de mulheres comerciantes, principalmente se compreendemos o trabalho como práxis sociocultural. Assim, entender o trabalho e o processo laboral feminino na África a partir da significação que os sujeitos da pesquisa lhe atribuem, é evocar alternativas para algumas limitações na compreensão em torno da relação: gênero, turismo e comércio de rua. Desse modo, focamos sempre nos objetivos desta pesquisa, para compreender as nuances que os sujeitos atribuem a esse tipo de comércio e as redes de sociabilidade e comerciais, sobretudo em Cabo Verde, na Ilha do Sal.

Utilizamos a observação participante e entrevistas semiestruturadas como ponto de apoio, com questões norteadoras para melhor caracterizar o grupo pesquisado, ou seja, junto as mulheres peixeiras do Pontão de Santa Maria, no intuito de abranger a partir da percepção das próprias comerciantes, o tripé analítico: gênero, turismo e comércio de rua no território insular em questão. Utilizamos gravadores de áudio e vídeo, câmera fotográfica e o diário de campo



durante os 15 dias de percurso em campo na Ilha do Sal, que serviu para registrar e compor algumas observações e a escrita etnográfica.

O acesso ao campo se deu através de um percurso transatlântico envolvendo Brasil, Portugal e Cabo Verde. Conforme já mencionado, a pesquisa teve início em janeiro de 2022 e o trabalho de campo na Ilha do Sal se desenvolveu em dezembro de 2023. A chegada em Cabo Verde despertou um sentimento de êxito, visto que, o acesso ao campo foi dificultado pela indisponibilidade de voos diretos<sup>1</sup> entre Fortaleza e Cabo Verde, colocando a única alternativa de ter que se deslocar até Lisboa para embarcar para a ilha do Sal. Essa situação modificou os planos da viagem e colocou diversos desafios, sendo necessário incorporar Portugal a essa empreitada (fator que teve seus pontos positivos em algumas questões), para posteriormente desembarcar em terras caboverdianas.

No que se refere a organização e estrutura desta dissertação, no primeiro capítulo abordamos o comércio de rua e o contexto da *rabidancia* em Cabo Verde, destacamos as definições e aspectos geográficos e históricos. No capítulo dois, apresentamos as discussões teórico-metodológicas a partir das categorias analíticas: gênero, turismo e o comércio de rua, abordando algumas temáticas inerentes ao processo de constituição turístico e comercial no território insular, quais sejam: pesca, globalização e desenvolvimento. Em seguida, no capítulo três, trazemos dados etnográficos, e conseqüentemente a interpretação acerca da pesquisa de campo na Ilha do Sal. Para concluir, as considerações finais.

---

<sup>1</sup> No atual momento da pesquisa, ainda está em pauta as negociações entre os governos brasileiro e cabo-verdiano para a retomada de voos diretos entre Fortaleza - Cabo Verde, e vice-versa pela Cabo Verde Airlines.

## 2. CAPÍTULO 1: COMÉRCIO DE RUA E INFORMALIDADE: CABO VERDE E OUTROS CONTEXTOS

No presente capítulo discutimos sobre o comércio de rua e as suas diversas facetas, principalmente as visões acerca do continente africano, sobretudo de Cabo Verde, buscando enfatizar as questões históricas e contextos em torno do fenômeno que é denominado enquanto *rabidancia* e trazer algumas analogias e outras denominações correlatas. O diálogo é entremeadado de forma interdisciplinar a partir de diversos autores/as, onde focamos principalmente nas questões econômico-antropológicas, e condicionamos a sistematização para o debate posterior acerca de gênero, turismo e comércio de rua em Cabo Verde. Em síntese, buscamos discutir as contradições sobre o conceito de economia informal, entrando ao mesmo tempo no debate sobre as questões históricas, sociais e culturais em torno da *rabidancia*.

### 2.1. Comércio de rua e informalidade: em busca de definições

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT; 2021), a problemática acerca da caracterização do fenômeno da informalidade, especialmente no continente africano, é acompanhada de uma multiplicidade de designações e fatores, que ao serem aplicados em contextos distintos, não dão conta das diversas realidades econômicas existentes. Nesse aspecto, termos como “[...] economia paralela, economia irregular, segunda economia, economia negra, economia não declarada, economia subterrânea e economia clandestina” (OIT, 2021, p.7), são apenas algumas das muitas classificações em um universo bem maior.

Nessa mesma perspectiva, ainda segundo a entidade (op. cit.), a delimitação conceitual sobre comércio informal diz respeito aos critérios do registro documental dos chamados agentes econômicos e da natureza das atividades laborais desenvolvidas, onde as atividades econômicas derivadas desse tipo de comércio, podem ser entendidas como aquelas que são realizadas por agentes que não cumprem total ou parcial o critério do registro nos órgãos estatais, ou seja, diz respeito a laboração desenvolvida por agentes considerados ilegais envolvidos em funções também proibidas pela lei vigente de algum determinado contexto, e, que tem relação principalmente com o não pagamento de impostos e com a permissão ou/não de funcionamento através do alvará, e outros documentos que comprovem a relação de legalidade frente ao Estado.

No entanto, conforme a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado (2008), tendo como base seu estudo socioantropológico sobre o comércio de produtos chineses entre Brasil e Paraguai, a autora sugere que a fronteira entre o informal e o formal denota outras

características que não apenas foque os/as comerciantes e importadores, mas, também leva em consideração o fator de agência e significado das mercadorias. Assim, conforme Pinheiro-Machado (2008):

[...] há um sistema econômico complexo e multifacetado, alternando níveis de formalidade e informalidade ao longo de uma extensa cadeia mercantil. Nesse circuito global de bugigangas *made in China*, a noção de “ilícito” também se torna de difícil apreensão, ao se metamorfosear durante um ciclo transnacional, cujas fronteiras com o mundo ideal da regulamentação do Estado são extremamente tênues e confusas (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p.117).

Segundo o postulado acima, a autora (op. cit.) enfatiza a fragilidade conceitual no âmbito da dualidade formal e informal, afirmando que, sob a perspectiva de tentar compreender tais aspectos a partir de uma etnografia da cadeia de produção completa em nível transnacional, a informalidade não é um fenômeno indissociável ao sistema econômico, e, conseqüentemente, ao advento capitalista. Desse modo, a autora entende que:

Tratar dessa manifestação do mundo do trabalho contemporâneo requer abordar algumas questões que vêm sendo trabalhadas nas ciências sociais há bastante tempo: os limites entre informalidade e formalidade, a crítica à noção de setor formal ou informal, entre outras. (PINHEIRO-MACHADO, 2008, p.117)

Nesse raciocínio, consideramos que o fenômeno da *rabidancia* está posto justamente na fronteira entre o formal e informal. Segundo Silva (2020), há complexidades envolvidas na conceitualização acerca do setor informal, visto que, “incorpora uma multiplicidade de práticas comerciais que se diferenciam quanto ao financiamento, espaço e perfil dos trabalhadores” (*Ibidem*, 2020, p.106), uma vez que a diversidade de contextos nos leva a refletir não apenas a partir de um único conceito. À vista disso, ainda conforme a autora, a crítica sobre o informal é importante quando:

Não apenas nos deparamos com mulheres<sup>2</sup> com baixa escolaridade, pouco capital de giro ou mesmo instaladas em um ambiente precário de trabalho, assim como grandes empresárias<sup>3</sup>, que pagam taxas diárias e cujos rendimentos mensais são bastante expressivos (SILVA, 2020, p.106).

Em distinção ao trabalho de Silva (2012), no qual a autora discute sobre as dinâmicas comerciais entre as *rabidantes* em contexto transatlântico em suas variedades de compra e revenda de mercadorias. Nesse sentido, enfatizamos outro aspecto abordado neste estudo, aqui, investigamos a cadeia comercial local de peixes na Ilha do Sal, Cabo verde, que também se caracterizam dentro do aspecto do comércio realizado nas ruas.

Assim, para a sistematização inicial e suporte teórico-conceitual deste trabalho, trazemos a denominação de comércio de rua e ambulante<sup>4</sup> tendo como base as pesquisas da

---

<sup>2</sup> *Rabidantes* que comercializam na rua de forma ambulante.

<sup>3</sup> *Rabidantes* envolvidas no comércio transnacional.

<sup>4</sup> Correlacionamos comércio de rua aqui neste trabalho a ideia de comércio ambulante de Costa (1989), pois possui como ponto interseccional o meio urbano.

urbanista Elizabeth Costa (1989), mais especificamente em sua obra “Anel, cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo”, na tentativa de se pensar outros caminhos reflexivos para além das limitações em torno do conceito de comércio informal. Ou seja, a ideia é refletir sobre outras configurações e cotidiano em torno do espaço urbano, e, conseqüentemente sobre outras questões comparativas envolvidas. Com isso, caracterizamos enquanto comércio de rua, aquele que abrange atividades laborais que são praticadas em espaços e imóveis delimitados como públicos e bastante movimentados, indo ao encontro com aquilo que a autora em questão relaciona como o *modus operandi* dos/as comerciantes, permeado historicamente desde a idade média, e que “permanece presente até os dias de hoje” (COSTA, 1989, p.31). Desse modo, entendemos que o comércio de rua é baseado em um tipo de organização recorrente historicamente em vários povos e culturas. Segundo Costa (1989):

O espaço nessa forma de comércio, presente no contexto urbano, é ocupado por indivíduos que se deslocam das massas migratórias advindas das zonas rurais, onde não há empregos nas indústrias ou em outros setores. Desenquadrados, redescobrem nas ruas outras possibilidades de produzir e, dessa forma, estabelecem sua própria linguagem, nutrindo-se da contravenção e, a partir desta, estabelecendo suas regras. Tal código, criado e recriado a cada instante para assegurar sua existência, baseia-se em modelos não-constitucionais. (COSTA, 1989, p.28, grifo meu)

Desse modo, ainda conforme a autora (op. cit.), compreende-se que esse tipo de comércio permeia “[...] as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião, ao comércio oficial ou qualquer evento que resulte em aglomeração; cria um espaço singular e veste o setor hegemônico com uma enorme heterogeneidade” (COSTA, 1989, p.29).

Com isso, entende-se que as atividades laborais realizadas por comerciantes de rua, constituem boa parte da massa trabalhadora de um país, pois, apesar desses vendedores/as serem considerados pelos organismos internacionais como sujeitos e corpos paralelos ao funcionamento do comércio institucionalizado, possuem sua própria lógica de organização comercial que não depende das amarras estatais para o estabelecimento do comércio, e, por outro lado, tais sujeitos tem importância basilar e colaboram para a economia dos países.

## 2.2. Comércio de rua, comércio espontâneo e comércio informal: alguns contrapontos

Tendo em mente a denominação do comércio de rua e ambulante desenvolvido por Costa (1989), entendemos que determinadas práticas laborais são bastante antigas, e estão conectadas existencialmente ao crescimento populacional e constituição do meio e espaços urbanos no mundo. Tal visão, também considera que não basta apenas entender os processos históricos, mas, os processos migratórios e mazelas sociais que acompanham tais processos,

ou seja, que o comércio informal possui relação com o surgimento da indústria, que passou a concentrar as riquezas produzidas nas mãos de elites específicas, gerando assim o desemprego, criminalidade, insalubridade e a miséria de populações menos favorecidas pelo capital. Com o aprimoramento desse novo tipo de modelo produtivo<sup>5</sup> que fundamenta-se com o advento do “consumo oficial” e do “desenvolvimento desigual e fragmentado...”, as cidades sendo (...) “para os indivíduos (...) uma alternativa para suas dificuldades”, ocasionam outras diversas problemáticas, como a integração e inserção no quadro social e laboral da cidade grande. (COSTA, 1889, p.29).

Tendo em mente o surgimento das grandes cidades e polos industriais, o comércio de rua e ambulante passou a se apresentar principalmente a partir de soluções imediatas para a subsistência de famílias que não eram absorvidas diretamente pelas regras do mercado capitalista. Esse imediatismo surge como fator central na constituição de alguns conceitos que perpassam as questões econômicas sobre o fenômeno da *rabidancia*, como é o caso da ideia de “comércio espontâneo” utilizada por Grassi (2003), para caracterizar o universo das mulheres inseridas no comércio de rua no mercado do Sucupira, na ilha de Santiago, Cabo Verde. Contudo, entendemos que determinado conceito faz referência a ideia mais geral de comércio enquanto uma atividade humana que surge basicamente de atitudes espontâneas que tem em seu cerne as trocas de bens, produtos e serviços. Desse modo, observa-se que para se concretizar o comércio é preciso apenas de um acordo entre as partes, que envolva as vontades e necessidades entre comprador e comerciante.

Com isso, por ser uma atividade atrativa comercialmente, a *rabidancia* ocasionou expressivo crescimento, e, aos olhos do Estado, conseqüentemente a necessária regulação para que esse tipo de comércio pudesse funcionar de forma adequada sob os padrões institucionalizados. Em vista disso, a denominação de “comércio espontâneo” (GRASSI, 2003) não possibilita aprofundar a compreensão acerca das desigualdades sociais existentes nas cidades, fator este, que apesar de servir de motivação laboral cotidiana, não revela ou conecta substancialmente um sentido prático quando há a necessidade familiar em desenvolver alguma atividade para subsistência. Ou seja, apesar de ser uma alternativa teórica ao conceito de comércio informal, que é definido sob a égide de uma estrutura conceitual burocrático-estatal e de fatores estatísticos, ainda temos muitos marcadores e questões sociais que são deixadas de lado em detrimento do aspecto capitalista, como é caso da invisibilidade de gênero<sup>6</sup> e

---

<sup>5</sup> Revolução Industrial e sistema capitalista.

<sup>6</sup> Sobre tal aspecto, ver: SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.

dificuldades cotidianas dos indivíduos inseridos nesse tipo de comércio, sobretudo as mulheres.

Nesse raciocínio, o comércio de rua e ambulante, apesar de serem termos distintos com seus próprios significados, aqui neste estudo possuem interrelação do que diz respeito ao espaço em que os vendedores/as ocupam, pois levamos em consideração a mobilidade das mulheres comerciantes que realizam suas vendas em lugares específicos na cidade de Santa Maria, no entanto, também há certo nível de mobilidade no que se refere ao processo que leva a efetivação da montagem da estrutura, compra e venda de materiais que dão suporte a negociação dos peixes. Desse modo, a inserção desses indivíduos no comércio das grandes cidades, bem como, na busca por desvendar as contradições do cotidiano laboral urbano e recuperar historicamente a imagem dos/as comerciantes de rua e ambulantes desde os tempos passados, para dialogar com as mais diversas realidades laborais e culturais de grupos e sociedades existentes, mostrando suas transformações e significados, ao mesmo tempo que chamando atenção para não recorrer aos conceitos imediatistas que ignore as complexidades socioculturais existentes.

### *2.3. Colonização, economia e transformações do espaço urbano*

Juntamente ao advento capitalista, o fenômeno da colonização possui importância histórica e política no que diz respeito a produção da informalidade, pois, modificou os territórios colonizados. No caso do continente africano, promoveu transformações gigantescas, uma dessas envolve a marginalização do comércio de rua, sobretudo no âmbito das mulheres comerciantes, que contribuiu diretamente para a produção de desigualdades sociais e mexeu com as estruturas culturais, fronteiras interétnicas e político-econômicas. Nesse raciocínio, o historiador Elikia M'bokolo (2011), escreve acerca destes impactos da colonização no continente africano:

A colonização alterou totalmente o movimento da urbanização e a paisagem urbana da África em função de suas próprias necessidades. Cidades antigas como Gao, Kukuwa ou Abeche, terminais do comércio transaariano, ou Kong e Salaga, encruzilhadas de um comércio inter-regional, soçobraram num declínio irreversível. Outras, como Kano ou Uagadugu, foram recuperadas e desenvolvidas pela economia colonial. Outras ainda, como Gorée, Porto-Novo e Cape Coast, flores da época do tráfico negreiro, foram abandonadas. Algumas feitorias menos antigas, como Saint-Louis, Libreville e Lagos, e os portos que, no passado, tinham estado virados para o comércio com a Ásia, Mombaça e Zanzibar, prosseguiram a sua expansão numa nova dinâmica. Mas sobretudo, a colonização redundou na criação de novas cidades a partir do nada (M'BOKOLO, 2011, p.500-501).

De acordo com o embasamento do autor (op. cit.), algumas estruturas urbanas africanas surgidas durante o período colonial, e, que nos dias atuais nos faz pensar sobre as suas funções econômicas, principalmente no que se refere as estruturas urbanas em torno dos portos (baías e

ancoradouros), a exemplo Dakar, Conakry, Pointe-Noire, Mbandaka, e etc. Também é importante salientar a relevância das zonas africanas em torno da extração e exploração de minérios, que se localizam em grande parte da África central e Austral.

As cidades vinculadas aos serviços de exploração colonial, passaram a constituir questões de ordem imobiliário-capitalista, e, conseqüentemente de segregação racial, como é o caso dos bairros planejados e que possuem infraestrutura destinadas as populações brancas colonizadoras, uma vez que, o resto da população, ou seja, as populações negras conviviam com a ausência de saneamento e infraestrutura mínima, largadas as péssimas condições de insalubridade e precariedade material (M'BOKOLO, 2011).

Desse modo, a relação entre a as atividades econômicas capitalistas e o pensamento urbanístico colonial, sobrepõe-se as necessidades das populações africanas, que, em grande parte serviam de mão de obra barata para o enriquecimento das metrópoles ocidentais, as quais, administravam a urbanização nas colônias. Vale mencionar a desproporção habitacional em torno dos espaços rurais e urbanos africanos, advinda historicamente do processo colonial. Assim, a urbanização tem caráter de ocidentalização, que, segundo o pesquisador de estudos sobre turismo, Alexandre Baia (2011), justifica-se no seguinte argumento:

Mais tarde, cidades assumiram funções administrativas – como espaços urbanos que reproduziam as cidades da metrópole. Desse modo, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o aumento do ritmo da industrialização vão influenciando a configuração social e espacial das sociedades dominadas. Trata-se, antes, do impacto do processo de industrialização através de uma relação de dependência específica. O ritmo e as formas do crescimento das cidades nos países dependentes, que é o caso de Moçambique, espelham a articulação das relações econômicas e políticas – relações de dominação colonial, capitalista-comercial, imperialista e financeira (BAIA, 2011, p.5).

Para além do exemplo de Moçambique citado logo acima, outros países também sofreram com determinado fenômeno, no que concerne a relação entre o processo de dependência dos territórios e povos colonizados e a dependência articulada, decorrente da industrialização ocidental.

Assim, conforme o geógrafo Frédéric Monié (2013), a construção dos espaços urbanos foi condicionada pelos aspectos globalizantes, os quais modelaram as características transfronteiriças de comercialização e estruturação de cidades portuárias, que, até os dias atuais servem de mecanismos de fluidez para circulação mundial de mercadorias, e, da continuidade do sistema capitalista. Conforme o autor:

A fase atual da globalização, marcada por uma intensa mobilidade dos fatores de produção, pela organização da produção industrial em redes de valor agregado de abrangência mundial e pela expansão geográfica do mercado mundial, define um espaço de fluxos planetário onde as mercadorias circulam em distâncias, volumes e velocidades crescentes. A feição de arquipélago adquirida pelo espaço econômico mundial confere um papel estratégico às redes logísticas que integram as ilhas mais

competitivas recorrendo a uma malha circulatória intercontinental dominada por atores que definem suas estratégias em termos de fluidez dos tráfegos. (MONIÉ, 2013, p.3)

Dessa maneira, ainda de acordo com Monié (2013), nas últimas três décadas, os processos de “containerização<sup>7</sup>” alavancaram consideráveis mudanças no “sistema de circulação mundial”, e, que veio a transformar o papel dos portos, ou seja, “passamos de estratégias operacionais pautadas na contiguidade espacial e na segmentação das funções para modos de funcionamento em rede que integram um número crescente de atores, atividades e escalas geográficas” (MONIÉ, 2013, p.6).

Paralelo a movimentação de integralização geoeconômica supracitada, e, decorrente dos processos de urbanização colonial e pós-colonial, a partir da década de 1980, grande parte dos centros urbanos africanos já independentes apresentaram alto índice de crescimento urbano, devido as ondas migratórias dentro do próprio continente africano, fator condicionante ao aumento populacional, e, por consequência, de meios econômicos informais de subsistência (GRANT, 2015).

Durante esse mesmo período (início de 1980), podemos enfatizar que as transformações dos espaços urbanos por meio do crescimento capitalista, do êxodo rural e das constantes massas migratórias direcionadas aos grandes centros industriais, não acompanhavam os altos índices de desemprego e a ausência de infraestrutura para receber as massas de trabalhadores/as em busca de subsistência. Desse modo, conforme o economista Jacques Charmes (1997), entre as décadas de 1970 e 1990, se iniciou as polêmicas discussões econômicas em torno do conceito de setor informal, pois, previa-se que este iria desaparecer por causa do trabalho assalariado e da constante urbanização nos grandes centros urbanos dos países em desenvolvimento. No entanto, o setor econômico em questão não desapareceu, pelo contrário, suas características ficaram cada vez mais evidentes e incorporadas nas realidades socioeconômicas africanas, latino-americanas e asiáticas, bem como, o seu crescimento desenfreado, frente a incapacidade do mercado capitalista em relação a pouca absorção dos trabalhadores/as. Segundo o autor:

O conceito de setor informal nasceu no início dos anos 70, servindo para designar as atividades de pequenas proporções destinadas essencialmente a propiciar rendas de subsistência a novos habitantes das cidades do Terceiro Mundo que o êxodo rural amplificado pela modernização, senão pela industrialização, tendeu a multiplicar. Em seguida, a noção estendeu-se ao conjunto das pequenas atividades que, dada a sua origem tradicional ou seu caráter recente e espontâneo, permaneceram à margem das legislações e das diversas formas de registro, especialmente estatísticas. (CHARMES, p.64, 1997)

---

<sup>7</sup> Entende-se enquanto conteneirização, o processo iniciado a partir da década de 1960 sob as ideias de Malcolm McLean, o qual desenvolveu o chamado container para transporte de mercadorias em transportes aquaviários.



Portanto, o caráter espontâneo se mostra insuficiente para compreender alguns aspectos mais profundos da vida social, visto que, apesar de conter noções primordiais do setor informal, que são essencialmente não registradas oficialmente, pois se originam de necessidades de subsistência, ocasionadas espontaneamente, principalmente em famílias migrantes, ocasionam a dualidade entre os dois setores, igualmente não negligenciáveis, observados no Produto Interno Bruto (PIB) e empregos não regulados pelo estado, previstas por meio de métodos indiretos “projetadas no campo das concepções da população ativa”, com lucros por vezes superiores aos empregos no setor formal da economia, reconhece a necessidade de novas discussões nas ciências sociais e econômicas cada vez mais complexas e localizadas (CHARMES, 1997 p.64).

Nesse sentido, é necessário compreender a caracterização desse tipo de setor informal enquanto algo advindo da urbanização dos espaços, tendo na rua e na forma ambulante de realizar as atividades laborais, a centralidade de compreensão sociocultural do que chamamos de setor informal, o qual, diferente do setor formal, é designado principalmente pelas atividades e rendas que são em parte ou total, externas às regulações, registros em órgãos governamentais, e, principalmente a inserção em sistemas de proteção social.

Há então, relação entre a economia declarada e a questão financeira, pois, os tipos de atividades ditas informais permitem que autônomos, empregadores e empregados aumentem suas receitas e/ou diminuam seus custos de produção por meio do não pagamento de taxas e de contribuições sociais (BANCO MUNDIAL, 2020).

Tais observações, evidenciadas principalmente por órgãos de regulamentação internacional oriundos de países ocidentais, caracterizam atividades ilegais de vários tipos, justificando-se pelo não pagamento de impostos aos órgãos estatais e, portanto, proibidos de serem realizados, deixando de lado as características socioculturais, chave para a compreensão da inserção desses indivíduos nas atividades classificadas como informais. Uma dessas características é o fator gênero imbricado às relações comerciais, percebida mais densamente na contribuição das mulheres no crescimento econômico direto e indireto nacional. Cabe reassaltar, que o conceito de gênero, conforme a historiadora Joan Scott (1995) diz respeito a uma forma incipiente de construção de relações sociais que coloca em evidência a questão da diferença entre os sexos, no intuito de poder e dominação de um sob o outro, ou seja, do masculino sob o feminino.

Conforme a cientista social, Rosiani Martins (2022), ao tratar da participação das mulheres guineenses e suas contribuições para o crescimento da economia do país:

O trabalho informal realizado pelas mulheres tem contribuído para o crescimento do país e para a sobrevivência e manutenção das famílias no que diz respeito à educação,

alimentação, saúde, vestuário dos filhos, assim como no próprio crescimento do produto interno bruto (PIB). Entretanto, muitas vezes, esse comércio informal feito por mulheres não é reconhecido pela sociedade como trabalho que gera uma fonte de renda, uma vez que o trabalho formal é considerado mais benéfico e superior em relação ao informal. Também é válido ressaltar que a maioria dessas mulheres que trabalham no mercado informal não terminaram o Ensino Médio e esse é um dos motivos principais que as levam a aderirem ao comércio informal (MARTINS, 2022, p.2, grifo meu).

Tomando como base o pensamento acima, entendemos que, por outro lado, as noções de tradicional e espontâneo que fazem parte das primeiras alternativas de definição do setor informal, se referem as características de origem das atividades e inserção de indivíduos oriundos do êxodo rural, principalmente de países africanos em atividades maioritariamente mercantis e de serviços, deixando de lado as características culturais e problemáticas sociais desses países. Com relação a espontaneidade, a inserção de mulheres nesse tipo de comércio, vai para além do referido conceito, levando em conta as necessidades embutidas nas mais diversas atividades laborais. Ou seja, a falta de opções e a dificuldade de qualificações para gerar renda, coloca essas mulheres em um contínuo esforço que nada tem de espontâneo.

Segundo o antropólogo Keith Hart (1973; 2002), tendo como base estudos antropológicos realizados no Gana, onde o autor tece uma crítica em torno da ideia de desenvolvimento e propõe uma reflexão a partir de um contexto econômico africano. Considera o conceito de comércio informal como ponto a ser compreendido no seio dos conflitos de classes, que partem da dualidade entre a burocracia e a população (comunidade). Ainda segundo o autor, as contradições existentes em torno dos ideais de desenvolvimento e do papel das Organizações Não Governamentais (ONGs), das agências internacionais, do Banco Mundial e etc., podem ser compreendidas através das noções do setor informal e do capital social, chamando atenção para a relação entre Estado e indivíduos. Nesse sentido, podemos compreender como comércio informal, a relação existente entre, por um lado a constante fiscalização do Estado e por outro, a massa de pessoas marginalizadas que não se enquadram nos aspectos tecnocratas legais. Ou seja, é a “emergência de uma massa marginal da sociedade que tem a característica de não se integrar no proletariado moderno” (GRASSI, p.74, 2001).

Em um sentido mais amplo e crítico, despreendendo-se ligeiramente de parte das apreensões burocráticas, e, dando ênfase ao viés antropológico, Hart (2016), descreve que, comércio informal circunscreve-se enquanto:

[...] um termo descritivo casual, não um conceito. Para mim, o conceito sucessor é economia humana. A economia informal é aquilo que as pessoas fazem por si mesmas, e hoje concebo essa noção de modo mais inclusivo, para nos ajudar a pensar sobre a humanidade como um todo. Hoje é mais comum as pessoas falarem de informalidade do que de setor ou economia informal. Informalidade ainda tem seu valor, mas é limitado. A noção de setor é enganadora. Falamos de setores agrícola e industrial, que tendem a se localizar em lugares diferentes, então falar de um setor informal sugere

que ele ocorre lá, em outro lugar (HART, p.377, 2016).

Nesse mesmo raciocínio, Lautier (1997) e Theodoro (2002) destacam a importância do papel da relação entre o Estado e do setor informal na composição de um ponto de vista que salienta a informalidade não apenas como um problema teórico e social, mas, também e principalmente como uma questão política, pois, tal relação seria o que caracterizaria o mercado informal.

É importante frisar, que o conceito de setor econômico informal foi cunhado inicialmente a partir de ideais dos países ocidentais por meio de instituições internacionais - Banco Mundial por meio de diversas edições da Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho, tendo como apoio mais direto o da Organização Internacional do Trabalho – OIT - para caracterizar os países em desenvolvimento e seus fenômenos socioeconômicos, mais especificamente as nações do continente africano, ou seja, diz respeito a um domínio e colonização do continente africano (ADAIR, 1997).

Com relação a informalidade enquanto nomenclatura pensada a partir de relações de poder entre o Ocidente e o resto do mundo, percebe-se as repetidas ações ideológicas/históricas no que diz respeito ao domínio e colonização do continente africano, bem como sob as outras porções de terras que foram objeto de exploração ocidental. Não é por coincidência, que há mais de um século atrás já se discutia conjuntamente em um evento específico e próprio sobre a partilha do continente africano, ou seja, a Conferência de Berlin, em 1885. Tal tratado, serve para nos mostrar que a formulação de conceitos em torno da objetificação e exploração da África, nos remete que a ideia de informalidade é posta como uma alternativa para explicar os problemas socioeconômicos ocasionados pelo advento colonial, no entanto, não podemos desvincular a história da economia.

Percebemos que, nesse caso em particular, estudar o processo de formulação conceitual e o surgimento do setor informal, é também se debruçar sobre a expansão capitalista, e, antes de tudo, conforme orienta o antropólogo Georges Balandier (1993), é necessário estudar o passado colonial para compreender o presente e suas questões de cunho sociocultural:

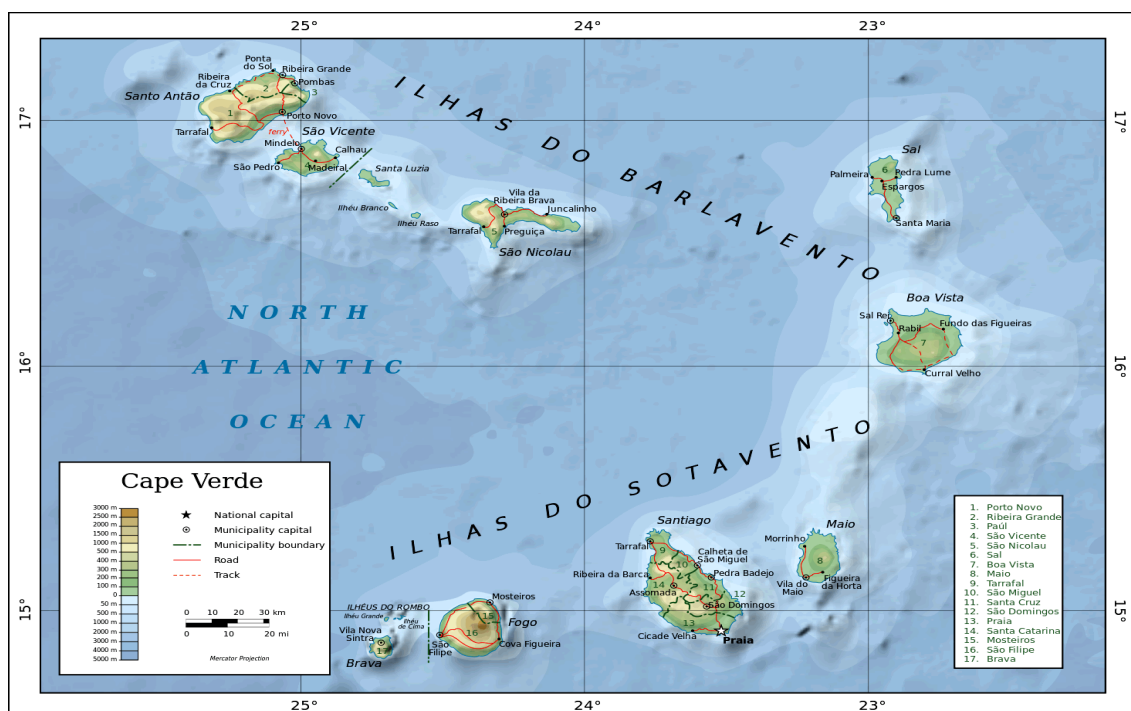
O estudo histórico da colonização, depois de ter mostrado a importância do “fator externo” quanto às transformações que afetam as sociedades colonizadas, coloca a presença de um “fator interno”, implicado pelas estruturas sociais das sociedades submetidas; ele desemboca, por aí, em problemas nos quais o antropólogo encontra horizontes familiares. [...] Uma análise das sociedades colonizadas não pode esquecer as suas condições específicas; elas nos revelam não somente, como percebem alguns antropólogos, os processos de adaptação e de recusa, as condutas inovadoras nascidas da destruição dos modelos sociais tradicionais, mas também manifestam os “pontos de resistência” das sociedades colonizadas, as estruturas e os comportamentos fundamentais - com relação a certos aspectos elas nos fazem chegar ao ponto (BALANDIER, p.109, 1993).

Tendo em vista que o colonialismo é o braço forte do capitalismo, focalizamos algumas questões históricas sobre a constituição econômica do continente africano, em especial de Cabo Verde, no intuito de refletir sobre as configurações e reconfigurações do trabalho, da crise do desemprego estrutural, da urbanização e do lugar do tradicional em meio aos processos de modernização do Estado e fortalecimento do sistema capitalista através do viés colonial, embora o aspecto cultural ainda seja deixado nos bastidores pelo poder público, e, conseqüentemente, pelos processos de constituição das políticas públicas na contemporaneidade.

#### 2.4. Cabo Verde: características, território e apontamentos históricos

É nesse desdobramento, ou seja, o da informalidade, que se situa boa parte das famílias em Cabo Verde, um país caracterizado pelo seu diversificado território insular, localizado no Oceano Atlântico, zona do Sahel (parte desértica que tem influência climática do Saara da África Ocidental), cerca de 550 km da costa ocidental africana, com uma área de 4.033 km<sup>2</sup> e uma Zona Econômica Exclusiva que atinge aproximadamente 734.265 km<sup>2</sup>. É composto por 10 ilhas (Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau, Sal e Boavista constituem o grupo Barlavento, e as ilhas do Sul, ou seja, Maio, Santiago, Fogo e Brava o grupo Sotavento) sendo 9 dessas habitadas com exceção da ilha de San Luzia, e 8 ilhéus (Branco, Raso, Grande, Luís Carneiro, Cima, Rombo ou Secos, Sapado e Rei).

**Figura 1:** Mapa topográfico de Cabo Verde.

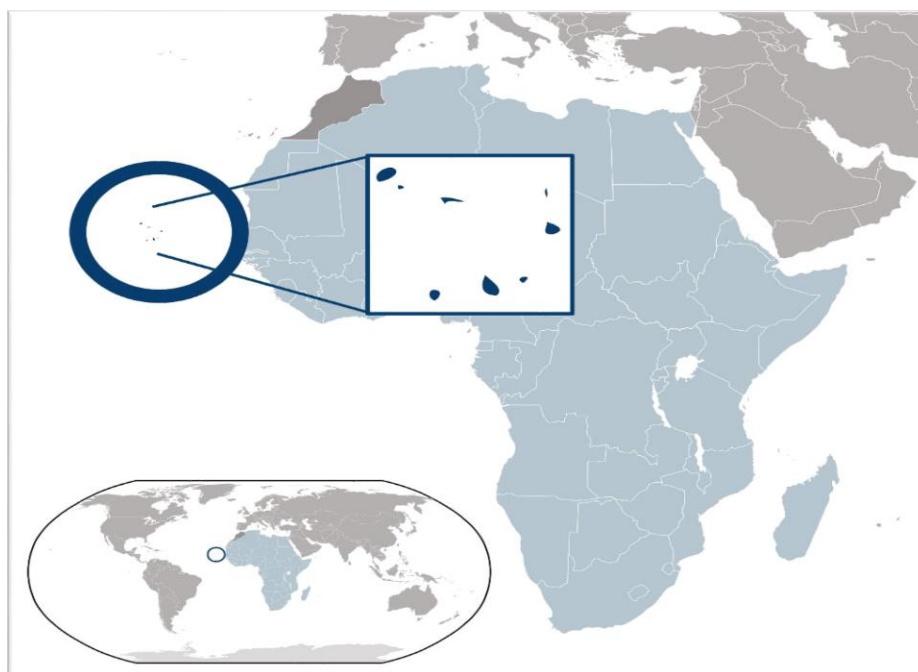


Fonte: U.S. CIA, 1994 (editado).

É importante salientar, que todas as ilhas do arquipélago são de origem vulcânica, e, que é existente ainda hoje um vulcão ativo na ilha do Fogo, chamado como o Pico do Fogo<sup>8</sup>. Em grande parte do território predomina a extrema aridez com uma limitada precipitação média de 230 mm/ano. Tal escassez de chuva contribui apenas 13% para a alimentação das águas subterrâneas, agravada também pelo o fenómeno das alterações climáticas locais e globais, do aumento populacional e do crescimento económico, o qual, segundo Fernandes (2011), a disponibilidade de água e outros recursos naturais vem se tornando cada vez mais um fator determinante para o incremento da pobreza, onde a dependência<sup>9</sup> dos sistemas de dessalinização para o consumo é constante.

Segundo o Instituto de Estatística de Cabo Verde/RGPH<sup>10</sup> (2021), o país possui uma população residente de cerca de 483.628 habitantes e 498.063 no geral, sendo que, 250.262 é referente ao sexo masculino, ou seja, mais da metade da população é constituída por homens. A capital denominada de “Praia”, concentra a maior população em termos de concelho e distritos, 142.009 habitantes, no caso da Ilha do Sal (ilha escolhida para este estudo), soma-se um total de 33.347 habitantes, possuindo também o segundo maior índice de urbanização<sup>11</sup> do país, ficando atrás apenas da capital.

**Figura 2:** Localização de Cabo Verde no mapa mundi e da África, 1994 (editado).



**Fonte:** Mapsland, 2023.

<sup>8</sup> Considerado a montanha mais alta de Cabo Verde com aproximadamente cerca de 2829 metros de altura, teve sua última erupção em novembro de 2014. Ver: <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/1504-fogo-marco2015>

<sup>9</sup> Apesar da existência de produção de água mineral engarrafada nacional, salienta-se também a dependência por água importada, bem como outros diversos produtos no território caboverdiano.

<sup>10</sup> Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH).

<sup>11</sup> Sobre tal questão, discutiremos mais a fundo no segundo capítulo.

Apesar do nome emblemático, Cabo Verde tem clima classificado como tropical seco e duas estações mais notáveis durante o ano com características seca e úmida. Visto isso, as chuvas são acometidas por muita escassez. Sobre este aspecto, Semedo (2012) explica que devido a sua localização, Cabo Verde está inserido na Zona Saheliana ou Sahel africano, que se estende por boa parte do continente africano, indo da costa do oceano atlântico até o mar vermelho, caracterizando-se pela longa estação de seca durante o ano, e, principalmente pelas chuvas irregulares interanuais, bem como pelos ciclos de períodos húmidos alternados por vários anos de secas extensas.

Mais de 80% da água do consumo doméstico é dessalinizada e com um elevado custo de energia elétrica, tendo resultado direto na tarifa da água (por consequência dos altos gastos de capitais no tratamento da água do mar), considerada uma das mais elevadas na África (FERNANDES, 2011).

O território caboverdiano foi “descoberto” por meio da acentuação das expansões marítimas europeias, iniciadas oportunamente pelos portugueses, que, em algumas tentativas despropositais, possibilitaram a coroa e a máquina econômica portuguesa, o contato, e, conseqüentemente, a exploração da costa ocidental da África, até então desconhecida pelo ocidente. A partir disso, o resultado foi a administração e povoamento estratégico-colonial das ilhas de Cabo Verde, que, por consequência disso, se deu a construção do circuito transatlântico de tráfico<sup>12</sup> de pessoas e a reformulação da geopolítica comercial mundial entre os séculos XV-XVI e seu declínio no século XVII. Dessa forma, conforme afirma Ribeiro (2010):

Para acessar as redes de comércio desta região, constituiu-se em Cabo Verde um espaço privilegiado de atuação logístico-comercial na costa africana. Era, portanto, de essencial interesse da Coroa portuguesa ocupar este espaço. [...] estas formas de ocupação são potencialmente transformadoras do espaço e, aliadas ao povoamento e à escravidão, são também potencialmente transformadoras do meio social, contribuindo para a afirmação de Cabo Verde como um importante entreposto no fornecimento de cativos<sup>13</sup> para a América nos primeiros séculos de sua colonização [...] (RIBEIRO, 2010, p.5).

Adentrando ao debate acerca dos primeiros habitantes do território insular, não existe exatamente um consenso, pois, conforme afirma Borges (2007), “[...] apesar dos portugueses afirmarem que quando chegaram, encontraram as ilhas desabitadas e desertas, existem relatos de viajantes que dizem o contrário, pois afirmando que as ilhas eram habitadas por povos oriundos da Costa do Senegal e por Árabes e Mouros” (BORGES, 2007, p.15). Nessa mesma linha de raciocínio, Andrade (1996), escreve, que:

[...] encontram-se referências à presença de grupos humanos em Cabo Verde antes da chegada dos portugueses, nos principais escritos dos finais do século XVIII. Em 1784,

---

<sup>12</sup> Sobre esta questão, ver: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/de-cabo-verde-a-angola-na-rota-da-escravatura-em-cinco-paises-1729858>.

<sup>13</sup> Significado de pessoas sem liberdade, ou seja, presas ao sistema colonial.

um anônimo escrevia que esta ilha (Santiago) foi encontrada habitada por muitos homens negros. Segundo a tradição, foi o rei Jalofo que devido a um levantamento, teve de fugir do seu país com toda a família para se refugiar em Cabo verde, na costa continental (península do Senegal) [...]” (Andrade, 1996, p.34).

Segundo Lessa e Ruffié (1960), a ideia de que o atual território caboverdiano se encontrava desabitado antes da empreitada dos portugueses navegantes/exploradores, sustenta-se a partir da ausência de vestígios arqueológicos e rupestres no arquipélago, que viessem comprovar a presença de povos africanos e de outros territórios do globo antes mesmo da chegada dos europeus. Nesse sentido, entende-se que, a coroa portuguesa por meio dos administradores coloniais, instituiu o modelo de ocupação e exploração baseado nas mesmas intenções do povoamento das ilhas dos Açores e da Madeira, “as circunstâncias vieram depois a impor os caminhos que tornaram as ilhas o principal entre os primeiros exemplos de povoamento multirracial” (BARATA, 1965, p.925). É importante colocar que o processo de escravização levou o arquipélago à uma mudança estrutural, pois, foi palco de processos violentos e serviu de entreposto para o comércio escravocrata, visto que os portugueses traziam pessoas de boa parte do continente africano e forçavam ao trabalho escravo nas Américas.

Nesse sentido, de acordo com o discurso oficial vigente (CARREIRA, 1983; BARATA 1965), as ilhas de Cabo Verde foram “descobertas” por Portugal em 1460, reforçando a ideia de que o território se encontrava desabitado, no entanto, admite-se que uma ou outra ilha tivesse sido habitada acidentalmente por povos africanos oriundos da zona continental, fronteira antes mesmo da chegada dos portugueses (CARREIRA, 1983).

A independência oficial caboverdiana ocorreu em cinco de julho de 1975 juntamente com Guiné-Bissau, e muito próxima de outros Países de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, a exemplo: Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Em 1991, ocorreram as primeiras eleições pluripartidárias, marcando o período da instauração da democracia parlamentar.

### *2.5. Comércio de rua e considerações histórico-econômicas sobre Cabo Verde*

Para além das conexões em torno dos movimentos anticoloniais e de movimentos libertários, outro fator em comum aos PALOP e outros países africanos é a existência de mulheres que desenvolvem atividades comerciais de rua e ambulantes, as quais comercializam produtos de diversas origens e natureza, como objetos domésticos e eletrônicos, vestuário (roupas e calçados), produtos de beleza e cosméticos, gêneros alimentícios e entre outros.

Referindo-se ao contexto caboverdiano, mas, sobre o continente africano como um todo, não podemos pensar o setor da informalidade enquanto sinônimo econômico de pobreza, pois, de acordo com Pamplona (2017), temos que considerar a igualdade no acesso

ao mercado de trabalho levando em consideração os diversos marcadores sociais, principalmente em países os quais foram alvos da dominação e colonização ocidentais.

Em Cabo Verde, o fenômeno da *rabidancia* expressa muitas outras questões, que não apenas as de cunho econômico, mas, principalmente o protagonismo feminino na referida sociedade, mostrando-se elucidativo e bastante expressivo no setor dos gêneros alimentícios, principalmente no de pescados. Nesse aspecto, chamamos atenção para a hierarquia dentro desse tipo de comércio, que é baseada em algumas questões importantes desse tipo de atividade laboral, como aponta Pamplona (2004):

[...] não é um eufemismo para pobreza (embora a maioria dos engajados nela tenda a ser pobre). O informal pode ser tanto “espaço de sobrevivência” quanto de “ascensão social”. Na verdade, imensa heterogeneidade marca o informal. As pessoas que participam da economia informal não têm igual acesso aos mercados nem as mesmas dotações de capital técnico e humano. Há grandes diferenças de renda, de perfil ocupacional e de condições de trabalho. No setor informal, há tantos trabalhadores que escolheram tal atividade como outros que não tinham melhor opção. (PAMPLONA, 2004, p. 311)

A importância das reflexões sobre as alternativas laborais, sobretudo do comércio de rua, criadas a partir dos contextos africanos, devem levar em consideração não apenas a questão do emprego/trabalho em si, pois, a insuficiência de se analisar o fenômeno da informalidade apenas pelo viés econômico desconsidera os outros aspectos essenciais no que se refere a estrutura desse tipo de comércio, configurado como é de consenso nos estudos sociais caboverdianos, pela centralidade feminina. No entanto, como já mencionado anteriormente, na atualidade algumas questões envolvem a figura masculina realizando direta e indiretamente<sup>14</sup> esse tipo de atividade historicamente feminina no contexto em questão. Levando em conta a visibilidade pragmática do comércio de rua nos países africanos, Silva (2010) entende que esse tipo de atividade surge para suprir a incapacidade de gerência e controle da situação sociopolítica:

O mundo do trabalho atravessa um intenso processo de transformação, no qual temos visto um aumento da precarização das relações e condições de trabalho e um crescimento dos índices de desemprego. Neste cenário buscam-se novas formas de criação de emprego e renda. O sector informal, em suas complexas e distintas formas, é uma das novas faces do mesmo. (SILVA, 2010, p.26)

Assim, as novas configurações do mundo do trabalho, podem ser compreendidas a partir do comércio de rua e ambulante e suas nuances, neste caso em específico o fenômeno da *rabidancia* em Cabo Verde, que, segundo a visão de Grassi (2001), apresenta-se como um corpo social caracterizado enquanto uma comunidade de empresárias constituída por mulheres. No

---

<sup>14</sup> De acordo com as observações em campo, no caso específico do Pontão de Santa Maria, os homens se agregam as atividades comerciais juntamente com as peixeiras, o que não quer dizer que a *rabidancia* é também masculina, considerando também outros fatores de inserção laboral masculina em serviços turísticos e na própria atividade pesqueira.



contexto da ilha do Sal, a comunidade de *rabidantes* de pescados é relativamente pequena e reunida em sua grande maioria no chamado “Pontão da praia de Santa Maria”. Tendo em vista as considerações colocadas, fixamos as questões sócio-históricas desse tipo de atividade laboral no território supracitado.

Dentre a multiplicidade de características e formas de observar o comércio de rua, ressaltamos que no caso de Cabo Verde, especificamente no que se refere ao comércio de pescados<sup>15</sup> da ilha do Sal, pressupõe-se que os fatores como a dificuldade de inserção das pessoas no mercado de trabalho, ausência de uma estrutura industrial no arquipélago, necessidade de investimentos e/ou financiamentos para empreendedorismos, insuficiência do setor turístico e a necessidade de constituição e complementação da renda familiar, aponta para a informalidade enquanto uma maneira habilidosa de sanar os problemas cotidianos fundamentais e de caráter urgente da vida humana, questão essa que permeia o conceito de comércio de rua e ambulante.

Deste modo, a compreensão acerca do comércio de rua, sobretudo a *rabidancia*, perpassa pelos fatores e impedimentos da inserção em outros setores que exigem formação profissional e condições econômicas, e, principalmente a existência de um pauperismo de ordem global condicionado pela estruturação econômico-colonial. A respeito disso, e decorrente do problema colocado, vale salientar a preocupação das mulheres comerciantes caboverdianas no que diz respeito a almejar uma vida melhor para os filhos/as, pois, a educação projeta alguma esperança para as famílias inseridas no comércio de rua e ambulante.

Com o povoamento de Cabo Verde, e com o passar dos anos veio junto o processo de urbanização das ilhas, questão que antecede e/ou se confunde com o início da produção da informalidade no território. Tendo como pilar a experiência colonial do território insular em meio a herança escravocrata, que, segundo Carreira (1983), foi essencial para a lógica de estruturação das economias e sociedades europeias modernas, e, partir disso, o ser africano foi transformado e objetificado:

[...] na mercadoria fundamental de exportação de longa distância, sustentando com os lucros da sua venda todo o esforço económico do povoamento do arquipélago e da administração civil e eclesiástica necessárias para o seu estabelecimento e controlo. Daí decorre também a emergência de uma elite colonizadora que perfaz todo o seu ciclo em cerca de um século e meio, ciclo que virá a reproduzir-se em parte, em maior escala e na longa duração, nas terras brasileiras. (SANTOS; CABRAL, 2012, p.2).

Nesse processo de consolidação do modelo escravocrata colonial português, outros territórios colonizados por Portugal também fizeram parte do ciclo de instauração das

---

<sup>15</sup> O comércio realizado pelas peixeiras no Pontão de Santa Maria, está diretamente ligado ao comércio pesqueiro, pois, essas vendedoras adquirem os peixes diretamente dos pescadores. Ou seja, não tem como falar do comércio realizado por essas mulheres sem discorrer sobre a pesca na Ilha do Sal.

monoculturas de produção, que, segundo as autoras (op. cit.):

[...] começou por servir para o algodão em Santiago e no Fogo no séc. XV e manteve a eficácia para o açúcar no Brasil, para ambos em Angola ou para o cacau em S. Tomé e para muitos outros exemplos, até aos nossos dias. A sociedade insular nasce assim dicotômica composta por dois grandes estratos: o dos europeus e o dos africanos, e do senhor e dos escravos<sup>16</sup>. (SANTOS; CABRAL, 2012, p.4)

Assim, podemos pensar a construção do comércio de rua em meio a estratificação social e da produção de desigualdades a partir do sistema colonial nos territórios africanos, sobretudo, em Cabo Verde. Frente a esse processo, adentramos a relação entre as desigualdades sociais decorrentes do passado colonial caboverdiano e da constituição da *rabidancia*, visto que, a maioria desses/as comerciantes são oriundos de classes sociais menos privilegiadas. Com isso, este fator tem total importância tanto no que diz respeito às questões históricas quanto as de cunho antropológico, pois, para se pensar esse tipo de comércio e as tradições acerca de tal fenômeno, é necessário e reflexivamente indispensável tomar emprestado alguns pontos da história colonial, na tentativa de elencar o que chama Balandier (1993) de “problema colonial”, levando em consideração que a “sociedade colonial não é homogênea”, dando artifícios para afirmar que: “as estruturas, os contextos culturais, os tipos de vida e as maneiras de pensar resultantes da ação colonial permanecem fortemente enraizados na carne e no espírito dos países africanos, mesmo depois da independência” (BALANDIER, 1993, p.113-117).

Nesse aspecto, também se entende a decorrência de um comércio de rua estruturado a partir da construção não igualitária entre os estratos sociais, onde as elites escravocratas e europeias além de dominar e ditar as regras do jogo econômico, possuíam o controle social e financeiro sobre tal aspecto. Ou seja, a herança colonial caboverdiana entrelaça-se atualmente com as relações econômicas com Portugal e com boa parte da União Europeia, o que desencadeou a implementação da paridade da moeda nacional (Escudo caboverdiano) com o Euro, mantendo o câmbio de 110,264 CVE em 1 Euro (AICEP<sup>17</sup>-Portugal, 2002). Segundo Leite (2004), essa relação trouxe pontos positivos no que diz respeito aos aspectos de investimentos externos e na garantia de uma maior confiança na ausência da oscilação cambial. Dessa forma, pode-se dizer que a existência de um equilíbrio econômico de Cabo Verde depende quase que exclusivamente de questões macroeconômicas, ou seja, da relação cambial e das oportunidades de investimentos internacionais, com ênfase principalmente na área do turismo, importações de produtos essenciais e dos serviços diversos.

É importante salientar, que, segundo Correia e Silva (2004), a ideia dos/as caboverdianos não terem se acomodado às limitações do seu próprio território, no sentido da busca pelo tão

---

<sup>16</sup> Escravizados.

<sup>17</sup> Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal.

sonhado desenvolvimento<sup>18</sup>, ideia complexa, pois, para esses, o impulso para o crescimento do país só seria possível com o financiamento externo. No entanto, mesmo diante das dificuldades diversas, principalmente no que diz respeito às questões geográficas e a escassez de recursos naturais, como a água doce e terras férteis, Cabo Verde segue em frente, sendo um dos países africanos, que segundo o Banco Mundial (2024), tendo como base dados de 2019, pré-pandemia, ou seja, o fator da crise sanitária como um possível ponto de estagnação econômica:

[...] foi considerado um dos campeões entre os países da África Subsaariana em termos de redução da pobreza, mas é atualmente desafiado pelos impactos da COVID-19 e pela crise na Ucrânia. As projeções de pobreza baseadas no crescimento econômico sugerem que as taxas de pobreza, medidas pela linha de pobreza de 5,5 dólares por dia (2011), diminuirão 6 pontos percentuais entre 2015 e 2019, de 41% para 35%. Cabo Verde é considerado um exemplo de democracia<sup>19</sup> em África, em grande parte devido à sua estabilidade política. Os processos eleitorais têm sido realizados regularmente, com alternância pacífica de poder entre os dois principais partidos. O Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), responsável pela libertação colonial, de ideologia esquerdista (sic), governou durante dois períodos de 15 anos (1975-1991 e 2001-2016). O Movimento para a Democracia (MpD), um partido liberal e de direita (sic), foi reeleito para um mandato de cinco anos nas eleições legislativas de abril de 2021, tendo Ulisses Correia e Silva sido reeleito primeiro-ministro. A União Independente e Democrática de Cabo Verde (UCID) representa a terceira força política do país (BANCO MUNDIAL, 2024, online).

Em relação as próximas eleições no território caboverdiano, destaca-se a realização das eleições municipais, em 2024. Cabo Verde é composto por 22 municípios, e o MPD detém a maioria na articulação política, somando 14, já o PAICV detém o restante. No que diz respeito às próximas eleições legislativas e presidenciais, serão realizadas em 2026 (BANCO MUNDIAL, 2024).

É importante salientar, que, no que se refere a economia de Cabo Verde, esta teve aumento significativo em 2022, beirando os 15%, e, no que se refere a questão *per capita*, ultrapassou os índices pré-pandemia de Covid-19 em 2019. Sobre os fatores da oferta de serviços, do alojamento, do transporte e do comércio<sup>20</sup>, justificaram 60% do crescimento. Já no aspecto da procura, ou seja, as exportações (com ênfase na questão turística) e o consumo dito privado, foram responsáveis por cerca de 90% do crescimento. Assim, a recuperação econômica de Cabo Verde em 2022 foi acompanhada por uma estimada redução da pobreza (indo dos 0,8% para os 19,3% em 2022), mesmo tendo como fator limitante, a inflação. Nesse último aspecto,

---

<sup>18</sup> Discutiremos com mais profundidade sobre tal questão, no capítulo 2.

<sup>19</sup> Sobre o debate e crítica acerca da democracia para além do aspecto político, ver: NZINZI, Pierre. A democracia na África: a ascendência platônica. Revista Reflexões de Filosofia, a. 11, n. 20, p. 72-89, 2022.

<sup>20</sup> Charmes (1997), fazendo referência ao continente africano, escreve que: “[...] enquanto o início dos anos 70 se caracterizava por taxas de desemprego insignificantes (e o mesmo acontecia então na Europa antes dos choques do petróleo) – o que parecia lógico e normal, uma vez que o desemprego não era indenizado e que o trabalho assalariado era pouco desenvolvido -, o número e a proporção dos desempregados cresceram consideravelmente 20 anos mais tarde, pelo menos no meio urbano, enquanto o trabalho assalariado não se estendeu, e a situação apresentada aos desempregados não se modificou”. (CHARMES, 1997, p.70-71)

atingiu globalmente os 7,9% em dezembro de 2022, tendo como pontos motivadores, o surgimento das pressões inflacionistas do ano de 2021, sustentadas pelos preços exorbitantes internacionais do petróleo, dos alimentos e, recentemente, pela oscilação da cadeia de abastecimento global de produtos, devido à guerra na Ucrânia. A estimativa, é que o crescimento real do PIB de Cabo Verde atinja 4,8% em 2023, sendo que 3,8% referente a questão per capita. (BANCO MUNDIAL, 2024).

Em síntese, Silva (2021), escreve que:

[...] Cabo Verde passa por um processo de desenvolvimento que permitiu diminuir consideravelmente a pobreza no país, assim como tem tido grandes avanços na educação e condições de vida das pessoas. Contudo, neste momento, o país enfrenta graves problemas relacionados com o desemprego e aproveitamento de mão de obra, fundamentalmente jovem (SILVA, 2021, p.47).

Nesse raciocínio, segundo OIT por meio do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2022), no que diz respeito a informalidade do trabalho, este setor situa-se em torno dos 52%. Em síntese, baseando-se na lógica dos empregos informais, onde as pessoas não têm direito aos sistemas de proteção social, nem mesmo direito a férias anuais remuneradas, bem como aos descansos e folgas semanais remunerados (BANCO MUNDIAL/INE-CABO VERDE, 2022).

Sobre essa mesma questão, é importante mencionar a problemática da contabilização dos/as comerciantes informais, vendedores/as de rua e etc, estes não se inseriam nos percentuais e censos econômicos em anos anteriores, pois, houve uma modificação na coleta de dados sobre os comerciantes economicamente ativos e inativos, exatamente para conseguir abarcar os comerciantes informais, que antes não apareciam nos gráficos. Tal mudança na sistemática de obtenção de dados sobre a população em questão, deu-se início a partir do continente africano (CHARMES, 1997).

A partir disso, trazendo a discussão para a construção e ênfase do objeto da presente dissertação, ao mesmo tempo salientando as questões econômico-antropológicas, no que diz respeito às *rabidantes*, o termo apesar de ser bastante utilizado nos estudos realizados sobre o comércio de rua e ambulante em Cabo Verde, outras denominações também surgem para identificar esse tipo de fenômeno, a exemplo, as “vendedeiras” (VENANCIO, 2019; FORTES, 2015) e especialmente em outra ramificação, as “peixeiras de Cabo Verde” (SILVA, 2021).

Sobre essa discussão, a antropóloga Rosy Mary Gerber (2015) delimita as mulheres que trabalham com a pesca, e que, tem relação com o mar, a partir da categoria “as que trabalham em terra”, tal noção, dentro do mercado pesqueiro, aproxima em alguns pontos das *rabidantes* de peixe, pois, essas, possuem relação com as comunidades e mercados pesqueiros locais em

Cabo Verde, principalmente no que diz respeito à Ilha do Sal<sup>21</sup>.

Destacamos, que, mesmo havendo diferenças entre o mercado pesqueiro e o comércio de rua das peixeiras/*rabidantes*, há, segundo Silva (2021), questões e conexões elucidativas que colaboram para se pensar a atuação dessas vendedeiras no contexto urbano caboverdiano, apesar, de que:

As atividades das peixeiras dentro da cadeia de valor do setor estão maioritariamente associadas ao processamento, comercialização e distribuição, mas não só. Estas são atividades essencialmente produtivas e representam, muitas vezes, a principal fonte de ingresso do agregado familiar (SILVA, 2021, p.20).

Nesse mesmo raciocínio, segundo a cientista social Luceni Hellebrandt (2017), entende-se que, há uma multiplicidade de elementos que colocam essas mulheres na atribuição de diversas atividades cumulativas dentro do mercado pesqueiro e da cadeia cumulativa do setor, indo desde a captura, a limpeza e a manutenção dos produtos frescos, culminando na sua comercialização e qualidade, ou seja, uma rede comercial composta por mulheres, voltada aos produtos alimentícios até chegar nas casas das pessoas. Para além disso, de acordo com as observações realizadas na ilha do Sal, percebemos que as mulheres detem maior cuidado com a limpeza e tratamento dos pescados do que os homens, que na maioria das vezes colocam os peixes sobre o chão e não os manuseiam de forma adequada, questão essa percebida também pelos moradores da ilha.

A partir disso, sabendo que o universo da informalidade em Cabo Verde se caracteriza em grande parte pela *rabidancia*, o olhar aqui é voltado para um universo menor dentro desse tipo de atribuição, caracterizada pelo comércio de rua feminino de gêneros alimentícios, em específico da venda de pescados. Segundo Grassi (2003), o termo *rabidante* foi instituído em meados dos anos 1972, no intuito de classificar algumas atividades econômicas que surgiram de forma espontânea no meio urbano em Cabo Verde, e, que não se adequavam às regras formais do Estado, à exemplo de pagamentos de impostos, contabilidade e legislação. Acerca das questões sobre o comércio de rua na África, Silva (2020), escreve, que:

[...] o chamado setor informal ocupa um lugar de grande importância econômica em todo o continente africano, ao gerar emprego para a população empobrecida que sem maiores possibilidades de inserção no mercado formal, acabam recorrendo à informalidade como fonte de renda". (SILVA, 2020, p.108).

De acordo com tal afirmação, entende-se que, este tipo de comércio é designado a partir de uma lógica não ocidental, abrangendo práticas e definições de organização, de produção, e, que se diferem das estruturas comerciais utilizadas historicamente no ocidente (GRASSI, 2001).

Visto isso, a escolha das peixeiras da Ilha do Sal, como aqui são pautadas, foi feita levando em conta as seguintes particularidades: referem-se a uma comunidade/grupo de

---

<sup>21</sup> Sobre as características da ilha do Sal, adentraremos com mais profundidade nos últimos tópicos deste capítulo.

vendedoras em específico, relativamente pequeno e reunidas em sua grande maioria em torno da praia de Santa Maria, especificamente em uma ponte denominada de Pontão.

A princípio, conforme retomando a denominação de Grassi (2001), onde a autora designa a *rabidancia* enquanto um corpo social caracterizado como uma comunidade de empresárias constituída por mulheres, sendo que essas compartilham o sentimento de pertença e uma identidade coletiva. O termo utilizado para identificar essas vendedoras tem origem no próprio país e é de circulação no ambiente comercial local diariamente. Portanto, estamos falando de identidade laboral, pois, há a identificação interna e externa como um todo integrado, e, que é compreendida como um exemplo de economia informal capaz de resistir, até agora, às conjunturas de ordem global (apesar de ser produto também de tal ordem), e, se constitui principalmente a partir da adaptação as questões neoliberais em meio ao estabelecimento dos comerciantes chineses e libaneses em Cabo Verde, fenômeno que é recorrente em boa parte do continente africano.

Nesse aspecto, segundo Reis; Barbosa e Santos (2013), no caso de Cabo Verde:

Os comerciantes chineses têm invadido o país e possibilitado uma reestruturação nas lógicas internas de comercialização. Em constantes visitas feitas a esses estabelecimentos foi possível perceber que eles se destacam não apenas pelos preços mais acessíveis como, pela diversidade de produtos, onde é possível encontrar roupas, sapatos, bijuterias, artigos infantis, de beleza e higiene, cosméticos, brinquedos, louças para casa e até objetos de decoração. Frente a essa facilidade, não apenas de acesso, mas também de preço, muitas *rabidantes* acabam por comprar produtos nessas lojas e revenderem nas ruas, feiras e mercados. (REIS; BARBOSA; SANTOS, 2013, p. 9)

De acordo com os dados reunidos para esta dissertação, notabiliza-se que essas mulheres comerciantes de rua ocupam diversos lugares nas cidades caboverdianas, tais como os mercados públicos, bancas em locais de alta circulação de pessoas (principalmente os turistas europeus), bancas improvisadas na frente das próprias residências, banca em esquinas, banca em praças e no caso específico das peixeiras da cidade de Santa Maria, ocupam uma ponte e lugares adjacentes a este. Nesse mesmo contexto, a Antropóloga Jacqueline Pólvora (2013) em sua pesquisa acerca do cotidiano laboral de mulheres vendedoras da cidade de Praia, coloca que:

Em Praia, as senhoras rabidantes são, em sua maioria, oriundas do interior da ilha de Santiago – e de outras ilhas – onde trabalhavam em atividades rurais de subsistência com suas respectivas famílias de origem. A mudança para a cidade se dá quando são ainda jovens ou ao casarem-se e constituírem suas próprias famílias. Essa mudança se dá pelas razões costumeiras que justificam a migração campo-cidade: em geral, enfrentam a falta de condições de trabalho no campo, o que está também associado a questões climáticas como períodos prolongados de seca. Pode-se também encontrar senhoras, em geral com um pouco mais de idade (ao redor dos sessenta anos), que são já a segunda ou terceira geração moradora de Praia. (PÓLVORA, 2013, p.99-100)

Ainda segundo a autora, o fenômeno da migração dessas mulheres para os centros urbanos caboverdianos, ressalta a tendência sobre a maior concentração de pessoas nos meios

urbano. No caso da ilha do Sal, segundo o Instituto Nacional de Estatística/Cabo Verde (2021), a população gira em torno dos 33.615 mil habitantes, dos quais cerca de 18.000 mil residem na cidade de Santa Maria. Assim, percebemos que boa parte dessas negociantes fazem o comércio de forma ambulante nos centros das cidades e em zonas turísticas<sup>22</sup>, devido ao fator de grande aglomeração de pessoas e movimentação urbana.

## 2.6. O papel da *Rabidancia* na economia caboverdiana.

Sabendo da conceitualização em torno da *rabidancia*, é importante salientar a equivalência com quaisquer outros tipos de práticas comerciais pertinentes ao tema, ou seja, o comércio de rua, independentemente das configurações as quais ganham forma e significado em cada contexto de informalidade. Com isso, segundo Grassi (2003), a *rabidancia* agrupa uma infinidade de atividades comerciais, onde a distinção pode ser observada a partir dos produtos comercializados (alimentícios e artigos diversos), dos locais onde são vendidos tais produtos e do fator/poder de investimento econômico.

No caso das comerciantes que optam pela *rabidancia* transatlântica, estas se deslocam entre Cabo Verde e outras nações, com o intuito de importar produtos e regressarem para o seu país com o objetivo de comercialização nos mercados locais, dependendo da ilha onde vivem. No entanto, verifica-se que essas comerciantes que estão inseridas no comércio transfronteiriço, realizam o pagamento de impostos/taxas referente aos produtos adquiridos no comércio estrangeiro, tanto aos países com os quais comercializam, quanto ao sistema alfandegário nacional de Cabo Verde (GRASSI, 2003).

Desse modo, segundo Silva (2012), entende-se que essas *rabidantes* estão em um nível hierárquico diferente das outras que comercializam os produtos de origem e/ou a nível local, em virtude de, segundo Grassi (2003), adquirir produtos fora de Cabo Verde ou em outros países do continente africano, e, posteriormente revender nos mercados local e nacional, permitindo um melhor lucro e acumulação de capital para investimentos e melhorias econômicas de suas próprias estruturas pessoais e comerciais.

Nesse raciocínio, dependendo do tipo de *rabidancia* exercida, algumas dessas comerciantes conseguem obter algum tipo de lucro significativo, levando a contribuir mais do que (ou quase que totalmente) os seus companheiros para o sustento e manutenção do lar e o estudo dos filhos/as. No entanto, tal fator não anula a continuidade das suas atividades domésticas, que, juntamente com as atividades laborais enquanto comerciantes, as levam a uma

---

<sup>22</sup> Consideramos aqui as zonas turísticas aquelas em torno da cidade de Santa Maria, principalmente que tem como referência ou proximidade a Avenida Pedonal e o Pontão.

somatória de carga de trabalho extrema. Assim, segundo Grassi (2003), a possibilidade de independência econômica dentro da *rabidancia*, não quer dizer que há uma desconstrução dos papéis historicamente construídos da mulher enquanto símbolo doméstico, ou seja, dos trabalhos de casa. De acordo com a autora:

[...] a saída da mulher da esfera privada para entrar na área produtiva (seja qual for a causa da mudança) favorece a emancipação da mulher e é fora da esfera privada que se formam as identidades de gênero capazes de criar um espaço de renegociação da tradicional dominação masculina. Neste contexto, a mudança nos papéis do gênero que altera a divisão sexual do trabalho tem como efeito um acréscimo de poder das mulheres empresárias, que pertencem a um grupo (as Sucupiranas<sup>23</sup>) que partilha uma identidade colectiva reconhecida do exterior e do interior do grupo que influencia também a esfera privada através do sucesso da empresa. (GRASSI, 2001, p.23).

Nesse sentido, independente das conquistas econômicas das *rabidantes*, não há uma proporcionalidade de gênero na divisão das tarefas e obrigações familiares, enfatizando a construção de novas configurações na realidade cabo-verdiana, ou seja, maior carga de trabalho, maior dedicação ao lar e filhos, maior submissão e atenuação de gênero (GRASSI, 2003).

Alguns dados do Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Gênero (ICIEG), quantificam as questões supracitadas, em uma análise de gênero a partir dos resultados do Inquérito ao Setor Informal (2015), no que se refere as informações para a Estratégia Nacional de Transição da Economia Informal à Formal (2017–2020). O relatório, apontou que:

As mulheres, a maioria no sector informal, têm níveis de escolaridade básicos, trabalham no comércio (vendedeiras), o sector menos rentável do sector informal, são sobretudo auto empregadas e, quando são assalariadas, ganham em média 71,5% do salário médio dos homens. Um Grupo Interinstitucional para a Gestão Estratégica da Transição da Economia Informal para o Formal foi estabelecido, do qual o ICIEG faz parte. De forma geral o sector privado cabo-verdiano compõe-se sobretudo de microempresas, que representam 76% do total das empresas existentes no país. De acordo com o inquérito Perfil das Mulheres Empresárias de Santiago, realizado pela Associação de Mulheres Empresárias de Santiago (AMES), as empresárias desta ilha são maioritariamente de pequena dimensão, o comércio é a actividade em mais de 3 em cada 4 dos casos (77%), empregam em média 2 trabalhadores, e 9 em cada 10 empresas são de âmbito local. Para a abertura da empresa, os fundos próprios são a principal fonte de recursos (70%) e apenas 1/3 das mulheres recorreu a financiamento (60% a microcrédito e 37% a um banco), para aquisição de matérias-primas/mercadorias /equipamentos. O inquérito permitiu constituir uma base de dados das empresas lideradas por mulheres. (ICIEG, 2017, p.26-27).

Dessa forma, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI, 2019), considera-se que o setor da informalidade ocupa um lugar de extrema importância no que se refere as questões econômicas na África<sup>24</sup>, principalmente no que diz respeito a geração de empregos, pois, as pessoas inseridas nesse tipo de comércio, não possuem espaço de inserção no mercado formal.

---

<sup>23</sup> Refere-se ao estudo realizado juntamente com as mulheres comerciantes do Mercado Sucupira, na Ilha de Santiago, Cabo Verde.

<sup>24</sup> Ver: <https://www.dw.com/pt-002/empres%C3%A1rias-africanas-querem-igualdade-de-oportunidades/a-63938894>



Assim, como afirma a UN-Habitat (2013), as mulheres inseridas<sup>25</sup> nas atividades laborais informais conseguem, através dos seus negócios e lucros, construir suas próprias casas mesmo com as muitas dificuldades, e, algumas conseguem instaurar outros negócios, como construir estabelecimentos e casas para alugar e outros comércios paralelos.

Algumas das vendedoras entrevistadas para esta pesquisa, relataram que passaram grandes períodos de tempo trabalhando como peixeiras, vendendo os pescados em suas próprias residências e posteriormente conseguiram construir o seu próprio estabelecimento comercial com grande variedade de produtos, não apenas peixe. Mas isso não se generaliza a todas as *rabidantes*, visto que, no caso das peixeiras do Pontão de Santa Maria, a atividade laboral realizada não se caracteriza enquanto um trabalho provisório, que a depender do grupo de vendedoras, possui maior capacidade de investimento e por consequência maior lucro.

No objetivo de complementar as informações acima, a partir do trabalho de Gonçalves (2021), onde a autora realiza um estudo com mulheres caboverdianas inseridas no comércio transatlântico informal, escreve, a partir da experiência com essas comerciantes, que:

[...] este pequeno setor é problemático e tem imperfeições. Contudo, um devido acompanhamento e apoio do Estado cabo-verdiano pode significar uma transição para a formalidade do mercado. Segundo a OMCV<sup>26</sup>, as empresárias que estão neste ramo não devem sentir a pressão para o processo da formalização. A representante diz que é a partir da formação e consciencialização que se pode trabalhar com objetivo de formalizar o negócio. É necessário impor a transparência dos resultados obtidos para ambas as partes. (GONÇALVES, 2021, p.49).

Dessa maneira, ainda segundo Gonçalves (2021), as *rabidantes* se inspiram nas propagandas veiculadas nos meios de comunicação nacionais e internacionais para adquirirem os produtos das propagandas, ou seja, o que está em questão é justamente o aparato da moda e marketing global acerca dos produtos ocidentais não encontrados no mercado local. Visto isso, segundo Grassi (2004), a importância simbólica tem estreita relação com a transmissão de tendências a partir da divulgação dos produtos pelos aparatos midiáticos, que, em sua grande maioria, configuram e/ou produzem a necessidade de escoamento dos produtos importados<sup>27</sup>, ou seja, o consumismo enquanto fenômeno global, cria necessidades de produtos veiculados nos meios de comunicação, e, quando não são encontrados no mercado local caboverdiano, são encomendados e/ou adquiridos para se colocar à venda pelas próprias *rabidantes* em seus comércios (GRASSI, 2004).

A complexidade da *rabidancia* e a sua contribuição na economia e sociedade

---

<sup>25</sup> Consideramos aqui principalmente o tipo de comércio/*radibância* que tem maior investimento, como o caso do trabalho transfronteiriço.

<sup>26</sup> Organização das Mulheres de Cabo Verde.

<sup>27</sup> Nota-se aqui, a importância de chamar atenção para a relação de dominação entre o mercado ocidental, sul-americano (Brasil) e africano.

caboverdiana como um todo, pode ser resumida nas palavras de Silva (2013), segundo a autora:

As rabidantes desempenham um importante papel na economia cabo-verdiana, elas são responsáveis pelo abastecimento da população local, comercializando não apenas gêneros alimentícios como também, roupas, calçados, lingerie, bijuterias e uma infinidade de outros produtos. Em Cabo Verde o comércio informal tem sido um dos principais sustentáculos econômicos e no Brasil<sup>28</sup> vem ganhando cada vez mais adeptos. Vale destacar que esta é uma prática essencialmente feminina, na maioria dos países da África subsaariana, as atividades informais são tradicionalmente protagonizadas por mulheres (SILVA, 2013, p.10-11).

Assim, para além da importância sociocultural desse tipo de atividade laboral, essas mulheres vendedoras desempenham importante papel na sociedade caboverdiana como um todo, pois, além de terem suas trajetórias atreladas ao desenvolvimento de alternativas econômicas, são importantes agentes de mudança social no sentido de subsistência familiar e no financiamento da educação dos filhos/as. Dessa forma, no tópico posterior iremos focar a discussão acerca do mercado pesqueiro caboverdiano e da inserção dos/as comerciantes de rua, ressaltando algumas características importantes no que diz respeito a *rabidancia* de pescados.

### *2.7. Rabidancia e o comércio de pescados: algumas considerações*

A pesca teve sempre grande importância socioeconômica para as comunidades costeiras de Cabo Verde, oferecendo meios de subsistência e, devido à vocação marítima do povo Cabo-verdiano, possibilidades de emprego. O peixe aparece como componente importante na alimentação da população e, por ser fonte de proteína e um animal de baixo custo para a população, requer que a sua exploração seja feita em moldes sustentáveis, perpetuando no tempo a disponibilidade desse recurso para toda a sociedade. [...] Sendo um país insular, Cabo Verde pertence à região da Macaronésia juntamente com os arquipélagos dos Açores, Canárias e Madeira, onde a pesca desempenha um papel fundamental, já que contribui para diminuir a dependência da importação de alimentos, garante o retorno de divisas, que alavancam outros setores, promovendo o desenvolvimento econômico. A pesca é ainda a principal fonte de proteína animal consumida no arquipélago e atividade geradora de emprego. (FIDALGA; SEIXAS; AZEITEIRO, 2014, p.41-42, grifo meu).

Conforme os/as economistas citados acima, entende-se que o comércio de pescados é constitutivo da sociedade caboverdiana, pois, tal relação é histórica e faz referência as próprias características insulares do território. O peixe enquanto mercadoria é algo bem comum na maioria dos países do mundo, sobretudo, nos lugares onde a presença do mar ou dos rios se faz enquanto fator geograficamente condicionante.

Segundo Silva (2018), a fatura de peixes em algumas ilhas do arquipélago é algo condicionante ao cotidiano de algumas cidades e zonas, tornando a pesca uma das principais atividades econômicas do país, ou seja:

---

<sup>28</sup> Sobre este aspecto, ver: SANTANA, Ivo de. A experiência empresarial brasileira na África (1970 a 1990). Salvador: Ponto & Vírgula, 2004; SARAIVA, José Flávio Sombra. O Lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira de 1946 a nossos dias. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1996.

Estamos falando de um país insular, composto por dez pequenas ilhas que apresentam baixíssimos índices de terras agricultáveis, como também de chuvas, no qual emerge todo um sistema de técnicas e um valioso sistema de manejo tradicional da pesca que se encontra articulado à garantia de alimento e de trabalho para as camadas consideradas como as mais pobres da população. [...] Se lembramos que as Ilhas de Cabo Verde foram sendo povoadas majoritariamente por população africana, por povos que praticavam as pescas marítimas há milênios no continente, é preciso também considerar a profundidade histórica desta prática, bem com seu caráter de resistência ao mundo colonial. (SILVA, 2018, p.43-45, grifo meu).

Fazendo uma analogia ao território caboverdiano, Silva (1993) e Oliveira Filho (1998), pontuam que, assim como em muitas localidades do litoral brasileiro, principalmente no Nordeste, o processo de formação de comunidades litorâneas que tem em seu seio econômico a pesca artesanal, possui relação histórica no que diz respeito a articulação com movimentos de desterritorialização e de reterritorialização da diáspora africana. Assim, Silva (2018), complementa:

A mesma profundidade histórica e a mesma origem predominantemente africana são encontradas em Cabo Verde na formação das comunidades de pesca artesanal do arquipélago. E por isso não posso deixar de lamentar a ausência de estudos históricos e etnográficos sobre as comunidades de pesca do arquipélago que acredito, me possibilitariam traçar paralelos importantes entre estes dois contextos etnográficos, para além da evidente marginalidade social que marcou a trajetória destes grupos, afetando drasticamente sua representação política e seus interesses coletivos no presente. (SILVA, 2018, p.45-46)

Segundo Ramalho (2009), a pesca nos territórios caboverdiano e brasileiro, possuem características históricas que constituem esse tipo de atividade para além da questão de subsistência e econômica, mas, também pelo viés da fuga e da resistência ao sistema escravocrata entre os séculos XVIII e XIX. Ou seja:

A Arte dos pescadores resulta de sua criatividade, de seu sentimento de liberdade e resistência, pois a pesca artesanal sempre se caracterizou, para seus profissionais, como uma não subordinação à sociedade canavieira e nem a sociedade urbana de consumo, que fizeram com que seu trabalho e seu modo de vida (para eles livres) permitissem o surgimento de uma arte (a arte da pesca) repleta de códigos próprios. (RAMALHO, 2009, p.3)

Nesse sentido, de acordo com Baptista (2005); Silva (2009) e Silva (2012), o governo caboverdiano, tendo como base alguns estudos científicos sobre os estoques de peixe, afirma que o território marítimo do país possui capacidade para a exploração sustentável, somando entre 36 a 43 mil toneladas de pescados anuais. No entanto, a pesca industrial está cada vez mais ocupando lugar esses últimos anos no mercado global, fazendo com que os pequenos pescadores e as *rabidantes* de pescado sejam afetados por tais questões, como é o caso da escassez de peixe, e das políticas de turismo que vendem a imagem das peixeiras, no entanto não protegem seus trabalhos. Conforme o Ministério da Economia Marítima de Cabo Verde (2019):

A partir de 2011, o peso da pesca artesanal começa a decrescer rapidamente, para valores inferiores a 50%, com particular destaque para o ano de 2014 e 2015 onde essa queda foi superior a 20%. Convém, contudo, sublinhar que o valor desta quebra de

valor da proporção da pesca artesanal na captura total não se deve a reduções da captura artesanal nesses anos, mas sim aos aumentos continuados e consideráveis das capturas industriais provenientes fundamentalmente dos atuneiros com redes de cerco. (CABO VERDE, 2019, p.37).

Com isso, como escreve Ferreira (2011), tendo como base as estatísticas do próprio governo, entende-se que, a soma da pesca artesanal e da pesca industrial do território nacional, Cabo Verde tem explorado em torno de 8 a 10 mil toneladas anualmente (média até 2011), dessa forma, mesmo não afetando a escassez dos pescados, outras questões então surgem, a exemplo, problemáticas de cunho socioambiental e da pesca ilegal. Sobre tal questão, ainda conforme Ferreira (2011), compreende-se, que a partir dos acordos internacionais sobre o limite do território e da pesca:

[...] as embarcações comunitárias só podem operar para além das 12 milhas náuticas. No entanto, algumas organizações de pesca e pescadores artesanais afirmam que os navios estrangeiros têm violado essa zona e entrado sistematicamente na zona reservada aos pescadores industriais e artesanais. Isto é agravado pelo facto de os recursos serem cada vez mais escassos, o que obriga os pescadores artesanais e industriais a percorrerem distâncias maiores para conseguir melhores resultados, segundo a percepção dos pescadores. Se considerarmos a pequena dimensão das embarcações de pesca artesanal e equipamento insuficiente de que dispõem, isto representa riscos diversos, inclusivamente de segurança (FERREIRA, 2011, p.75-76)

É importante salientar, que nos últimos anos, o comércio de pescados em Cabo Verde, vem se confrontando com a problemática da inserção e lógica de modo de produção industrial e capitalista, tendo principal motivador os financiamentos de grandes estatais, que, por sua vez fez refletir negativamente no comércio pesqueiro marítimo artesanal (ANJOS, *et. al*, 2016).

Nesse raciocínio, levando em consideração as questões tradicionais do território caboverdiano, o fator capitalista contribuiu para que a diversidade cultural-econômica representada por comunidades pesqueiras artesanais de Cabo Verde, começasse a ser vista como empecilho a ser hostilizado no que diz respeito ao caminho para o desenvolvimento e do progresso a partir da lógica exploratória (DIEGUES, 1999; ALMEIDA, 1996, SACHS, 1996).

Assim, podemos incluir o contexto econômico da ilha do Sal, pois, apesar de ser um território em que o turismo é um dos principais meios econômicos, principalmente nos entornos da cidade de Santa Maria, o comércio de rua e ambulante, bem como o mercado pesqueiro é também economicamente expressivo. Outro fator importante, é o reconhecimento social<sup>29</sup> em torno das mulheres *rabidantes*/peixeiras, pois, de acordo com as observações em campo, os moradores da ilha veem essas mulheres como bastante esforçadas, trabalhadoras e que colocam a família em primeiro lugar. No geral, quando falam das peixeiras na ilha do Sal, há um certo reconhecimento e respeito envolvidos.

---

<sup>29</sup> Ver: SILVA, T. R. Dinâmicas comerciais entre Brasil e Cabo Verde: uma análise acerca do papel das rabidantes cabo-verdianas no mercado informal brasileiro. Tomo (UFS), v. 22, p. 9-29, 2013.

## 2.8. Aspectos gerais da Ilha do Sal

A Ilha do Sal teve o seu início de povoamento marcado em torno de 03 de dezembro de 1460, antes denominada de “Lhana” (nome dado por conta do relevo plano da ilha), no entanto, devido a exploração contínua de sal, passou a ser chamada de “Sal”. A ilha está situada entre os paralelos 16°35’ e 16°51’ Norte e os meridianos 22°52’ e 23°00’ Oeste de Greenwich, e está dentro do território/grupo das ilhas de Barlavento, Norte de Cabo Verde. Possui extrema aridez, fator condicionante da não presença de água doce<sup>30</sup>, que, durante alguns séculos passados manteve a ilha despovoada em termos urbanos, pois, ainda servia de habitação para escravizados das salinas e de *habitat* para animais (CABO VERDE, 2015).

**Figura 3:** Mapa da ilha do Sal.



**Fonte:** Mapsland, 2023.

<sup>30</sup> A Ilha do Sal depende exclusivamente de água para consumo humano, advinda de outras ilhas do arquipélago e/ou importada de outros países.

Sobre o povoamento da ilha, foi promovido por volta do final do século XVIII, especificamente por Manuel António Martins, ou seja, o administrador colonial naquela altura, e, que deu início a exploração e exportação do sal (fator atualmente característico também com relação ao turismo nas salinas). O comércio de sal foi o principal motivador econômico desenvolvido no século XVIII na ilha, e, que com a sua exploração intensiva para exportação entre África e Brasil, motivou também seu povoamento (CABO VERDE, 2015).

Nesse sentido, em termos de modernização e percursos do turismo:

No entanto, a sua prosperidade efetiva começou em 1939 com a construção, por iniciativa italiana, do Aeroporto Internacional Amílcar Cabral (AIAC) - renomeado após a independência. De início, vocacionado para o reabastecimento de aviões de longo curso e depois utilizado como infraestrutura para o desenvolvimento turístico da ilha. (CABO VERDE, 2015, p.12)

A ilha em questão é composta por cinco localidades, dentre essas, Espargos (centro administrativo, comercial e político, e onde situa-se o Aeroporto Internacional Amílcar Cabral), Palmeira<sup>31</sup>, Pedra Lume, Murdeira e Santa Maria. Esta última, das demais cidades que compõem a Ilha do Sal, é onde está concentrada a maior parte do comércio relativo ao setor turístico, contendo estrutura urbana distinta (aos moldes ocidentais), e, grande rede hoteleira e de restaurantes, também muitos espaços mais atrativos para o comércio de rua, visto que há um maior número de pessoas transitando diariamente, bem como uma maior demanda de produtos para restaurantes e hotéis. Sobre a Ilha do Sal, Barros (2007), caracteriza, como:

[...] a ilha mais turística de Cabo Verde, ou seja, representa cerca de 70% do turismo nacional. É a mais procurada tanto pelos turistas como pelos investidores estrangeiros. Mais de 50% dos turistas que entram em Cabo Verde destinam-se ao Sal. Trata-se de um destino turístico vocacionado essencialmente para sol e praia. [...] os hotéis na ilha do Sal concentram-se na sua maioria na localidade de Santa Maria onde existe uma das praias mais belas do país. Como segundo povoado logo a seguir aos Espargos, Santa Maria tem vindo a afirmar-se como importante instância turística. (BARROS, 2007, p.108-111, grifos meus)

Compreende-se, que para além da questão econômica relativa ao setor turístico, o fator de gênero é essencial para entender as características e as diversidades que vão para além dessa relação. Porém, é importante ressaltar que é necessário contextualizar e levar em consideração que o espaço comercial é historicamente construído pelo masculino. Assim, compartilhando da visão de Rosaldo (1995), onde a autora afirma que as construções culturais e sociais da humanidade, foram e sempre têm sido subjugadas pela dominação nomeadamente masculina, nesse sentido, gênero não pode ser concebido como um fato unitário determinado em todos os lugares e pelos mesmos tipos de preocupações, caracterizando-se por um produto

---

<sup>31</sup> Localidade onde fica localizado o porto principal da ilha e por onde entram as importações. [...] Nesta localidade encontramos a implantação dos terminais de descarga de combustíveis para a navegação aérea, as instalações de frio para conservação e armazenamento do pescado e a construção do porto (atualmente remodelado e reabilitado) que contribuíram para o desenvolvimento da ilha. (CABO VERDE, 2015, p.12)

complexo de uma variedade de forças sociais e culturais. Ou seja, interessa analisar como o fator gênero acontece na Ilha do Sal, sobretudo, no que envolve as peixeiras do Pontão de Santa Maria e outras *rabdiantes*.

Acerca das outras atividades econômicas para além da produção de sal e do setor turístico na ilha, podemos desconsiderar a agricultura e pecuária pela inexistência de ambas as atividades. Algumas produções locais, como os setores de panificação, carpintaria, mobiliário, reparação e lavagem de automóveis, bem como a extração de areia e de pedra, devido ao fator da indústria da construção civil. No que diz respeito ao setor do comércio de pescados:

O setor das pescas desempenhou também um papel importante na economia, devido à grande quantidade de recursos pesqueiros exploráveis nesta plataforma. Relativamente à infraestrutura geral, a ilha conta com o porto de Palmeira, destinado tanto à marinha mercante quanto à pesca, um pequeno desembarcadouro de madeira<sup>32</sup> que se prolonga desde a praia, utilizado pelas embarcações de pesca artesanal em Santa Maria e o porto de Pedra de Lume, que antigamente era utilizado para embarcar o sal nas barcaças. A maior parte do pescado é consumida nos hotéis e restaurantes. [...] (CABO VERDE, 2015, p.16)

Apesar do mercado pesqueiro ser bastante importante para a constituição econômica da ilha do Sal, o turismo ainda continua sendo o condicionante central, que, para além dos investimentos externos, também possui estreita relação com o comércio de rua, sobretudo no que envolve as mulheres peixeiras e a veiculação

Dessa forma, para compreendermos o conceito de *rabidancia* e a correlação com outras denominações, é importante ter em mente que o termo é utilizado para caracterizar em sua maioria, mulheres comerciantes com habilidades de sair de situações difíceis financeiramente, centralizando o próprio sustento e dificuldades básicas como a alimentação própria e da sua família. A denominação é relacionada intrinsecamente com as atividades comerciais, pois, em situações de extrema vulnerabilidade e mesmo de sobrevivência, a atividade escolhida por mulheres caboverdianas é a venda ou revenda de produtos diversos, de forma ambulante ou em ponto fixo, nesse caso em específico, dentro da especificação de Silva (2012), as peixeiras, para além do setor pesqueiro, estão inseridas no grupo de *rabidantes* de gêneros alimentícios.

Nesse sentido, no capítulo seguinte, construímos um debate que mescla os seguintes temas: zonas e comunidades costeiras e a caracterização do território cabo-verdiano a partir de tais conceitos, a inserção das mulheres no setor pesqueiro caboverdiano, a importância da *rabidancia* na família caboverdiana, também abordamos outras formas de comércio feminino no continente africano e no Brasil, como as *mukheristas* de Moçambique, as *palaiês* de São Tomé e Príncipe e as *marisqueiras* no Brasil. A partir disso, frizamos a relação do comércio de rua caboverdiano com o turismo global e o discusso acerca do desenvolvimento.

---

<sup>32</sup> Entende-se ser o Pontão da praia de Santa Maria, onde as peixeiras trabalham diariamente.

### **3. CAPÍTULO 2: ZONAS COSTEIRAS, COMÉRCIO PESQUEIRO E RABIDANCIA**

Neste capítulo nos dedicaremos a análise bibliográfica e documental (Governo caboverdiano, sociedade civil, empresas e OnGs), principalmente de documentos e estudos que versem sobre a pesca em zonas costeiras de forma geral, no entanto, chamando atenção para as realidades africanas, afim de tentar mapear as características e problemáticas gerais do setor pesqueiro, dando ênfase as atividades desenvolvidas em Cabo Verde. Dessa forma iremos situar as conceitualizações sobre zonas costeiras, mais especificamente sobre a relação entre a insularidade e o urbano, categorias estas que alocam as discussões sobre o comércio de rua e ambulante e os sujeitos que dependem do setor pesqueiro. No decorrer do diálogo, trazemos alguns dados por meio de pesquisa de campo desenvolvida na ilha do Sal.

O objetivo deste capítulo é fazer aqui uma breve análise do setor circunscrevendo as peixeiras da ilha do Sal em diálogo com estudos nos quais a presença da mulher é colocada em evidência, principalmente em produções que tratem sobre gênero e pesca. Por fim, a análise de documentos sobre a situação da pesca nas cidades, assim como o impacto da pandemia de COVID-19 no referido setor.

A pesca é uma atividade de fundamental importância socioeconômica para as comunidades costeiras, classificada em sua diversidade social como artesanal, industrial e esportiva, dessa forma, nos limitaremos as duas primeiras denominações para esta pesquisa. Por se tratar de uma atividade laboral com o objetivo de subsistência direta ou indireta, através do peixe se obtém um dos tipos de proteína necessária para as necessidades humanas, e, em alguns contextos caracteriza-se por ser um alimento de baixo custo e faz parte do consumo diário das populações costeiras. Além disso, é geradora de empregos, bem como outras atividades paralelas (dentro do que consideramos como setor pesqueiro) que desenvolvem e completam processo produtivo de consumo do pescado.

#### *3.1. Zonas costeiras: o contexto de Cabo Verde*

A definição de zonas costeiras parte inicialmente da identificação dos territórios situados nas costas dos oceanos, das atividades frequentes de caráter socioeconômico e cultural desenvolvidas de forma sustentável ou não, e do reconhecimento dos sujeitos que desses territórios necessitam para sua própria sobrevivência. Vale ressaltar que tais territórios são geralmente adequados as conceitualizações genéricas, porém, temos que considerar a diversidade e as características próprias de cada contexto.



Segundo o pesquisador e engenheiro naval Fernando Gomes (2007), para melhor situarmos as cidades, comunidades e territórios costeiros, é importante ter em mente que esses ficam localizados nas denominadas “zonas costeiras<sup>33</sup>”, as quais fazem parte do suporte biofísico das costas dos oceanos e mares, assim, podem conter espaços como: estuários, os sistemas lagunares, as dunas, as arribas, as praias, o meio hídrico marinho, os sistemas insulares e ainda os mangais, recifes e as calotas de gelo.

Dentro das chamadas zonas costeiras, frequentemente são desenvolvidas atividades de caráter socioeconômico, e, de considerável importância para as populações que se beneficiam de suas características biofísicas (GOMES, 2007). Assim, podemos entender que:

Existem ocupações, usos e actividades económicas muito importantes à escala nacional e local que se desenvolvem na Zona Costeira e que beneficiam dessas especificidades biofísicas. Destacam-se as infra-estruturas portuárias e os transportes marítimos, o turismo e as actividades balneares e de lazer, a náutica de recreio, as pescas, a apanha, a aquacultura e a salicultura, bem como a utilização de recursos minerais e energéticos. (GOMES, 2007, p.84, grifo meu)

A partir disso, o caso do arquipélago de Cabo Verde adentra a caracterização enquanto uma zona costeira, visto que, segundo as pesquisadoras em ciências costeiras e oceânicas Liza Lima e Filomena Martins (2009), boa parte das cidades e regiões insulares são consideradas como uma “entidade costeira”, pois, as suas áreas de costa representam na prática, extrema importância para o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como, “um valioso recurso ambiental”. Entretanto, a continua<sup>34</sup> exploração dos recursos naturais e apropriação econômica, resultam na degradação dessas regiões, “provocando conflitos de interesses entre diferentes usuários” (*Ibidem*, 2009, p.56).

Segundo o Gabinete de Estudos e Planeamento de Cabo Verde – (GEP, 2003), a zona costeira caboverdiana compreende uma linha de costa cerca de 1.020 km, e, com seu território nacional somando um total de 4.033 km<sup>2</sup>, “as ilhas de Cabo Verde podem ser consideradas quase no seu todo como entidades costeiras” (LIMA, MARTINS, 2009, p.58). Nesse sentido, segundo o Ministério da Economia Marítima de Cabo Verde (2019):

O litoral e a orla costeira de Cabo Verde, bem como o seu mar territorial, enquanto recursos naturais que são, caracterizam-se pela elevada sensibilidade ambiental e grande diversidade de usos, constituindo simultaneamente suporte de actividades económicas, em particular o turismo e actividades conexas como o recreio e o lazer, e em geral as actividades portuárias e de marinha mercante, da indústria pesqueira e extrativas, de entre outras localizadas e/ou com impacto nesses espaços territoriais (CABO VERDE, 2019, portaria conjunta, nº37).

---

<sup>33</sup> Segundo, Arruda Junior (2015): “O conceito de zona costeira surgiu no âmbito global na Recomendação 92 do Plano de Ação pelo Meio Ambiente, na Conferência de Estocolmo em 1972, momento que marcou a história protecionista ecológica mundial” (*ibidem*, 2015, p.1).

<sup>34</sup> Ver: VIEIRA, M. S; ROCHA, E. V. Gênero e ambiente no interior da ilha de Santiago/Cabo Verde: a apanha de areia desde mulheres chefes de família. *POLÍTICA & TRABALHO* (UFPB. IMPRESSO), v. 45, p. 175-192, 2016.

No caso caboverdiano, identificamos o turismo e a pesca como atividades econômicas predominantes dadas as suas características físico-geográficas, bem como os processos de urbanização do arquipélago. Segundo o *World Travel and Tourism Council* (WTTC, 2014), o turismo caboverdiano contribuiu diretamente com cerca de 15.3% para o PIB em 2012, tendo como principais segmentos, a procura por cruzeiros e náutica recreativa, o que faz do país em escala global, um dos que mais dependem do turismo como fonte econômica.

Conforme Lima e Martins (2009), podemos compreender que, as ilhas, “na generalidade, são consideradas particularmente sensíveis a qualquer intervenção externa”, ou seja, “o contínuo crescimento demográfico e econômico em Cabo Verde começa a ser evidente, verificando-se uma intensa exploração de recursos que por si só já são escassos” (*Ibidem*, 2009, p.56). Dessa maneira, podemos ressaltar que:

Apesar de geralmente gozarem de um território diminuto, as zonas costeiras são extensas sendo que a maioria das regiões insulares é considerada como uma entidade costeira. Essas áreas acolhem quase todos os recursos naturais, a população e as atividades socioeconômicas e culturais (LIMA, MARTINS, 2009, p.58)

Desse modo, percebemos que as comunidades e cidades que estão inseridas nas zonas costeiras, caracterizam-se geralmente enquanto contextos de degradação ambiental, especulação econômica e fragilidade sociocultural. No caso caboverdiano não é diferente, portanto, daremos atenção a partir da explicitação do setor pesqueiro e turístico enquanto problemáticas que estão inseridas em lógicas econômicas e culturais locais, sobretudo na ilha do Sal, que juntamente com a ilha de Boa Vista são as que mais recebem turistas no arquipélago.

### *3.2. Mulheres e o setor pesqueiro em Cabo Verde: algumas considerações*

A princípio, quando adentramos aos estudos sobre o setor pesqueiro mundial, devemos entender que durante a linha de produção do pescado, as características geográficas e marinhas locais moldam a partir da utilização dos recursos naturais, as relações sociais e econômicas, que são interligadas pela importância da atividade pesqueira que mantém a população nas costas dos oceanos, e, que desses dependem para sobreviver, portanto, são definidoras das relações socioculturais. Os habitantes dessas zonas, exploram os recursos disponíveis e deles obtêm a própria subsistência e de seus familiares. Assim, a pesca é uma atividade laboral considerada tradicional mundialmente, que no decorrer dos tempos, foi sendo caracterizada e especializada por habitantes de diversas partes do mundo, e mantém sua extrema importância nos dias atuais, mesmo não vinculada apenas a questão de subsistência, mas, a geração de emprego e renda que é responsável por sistematizar trabalhos de diversos tipos, caracterizados como formal ou informal, desde a captura dos peixes, manipulação e comercialização. Tal atividade, além da

subsistência de forma direta e indireta, interfere diretamente na exploração de recursos como meio para desenvolvimento econômico que ultrapassa as fronteiras nacionais e tradicionais. (MORENO et al. 2009).

Desse modo, a partir da importância do setor pesqueiro para as regiões costeiras, na medida em que as produções científicas se acumulam sobre o papel da pesca na vida cotidiana das populações dessas regiões, revelam aspectos muito importantes para compreender a multidimensionalidade que caracteriza o setor em questão.

Quando nos propomos a analisar a pesca em regiões costeiras, de modo geral, é presente a preocupação com o fator da sustentabilidade, que por sua vez garante a segurança alimentar dessas populações. Dessa forma, a tese de Antônio José Baptista (2005), que trata sobre setor pesqueiro em Cabo Verde, coloca em evidência a sustentabilidade como preocupação pautada na diminuição da produtividade e a escassez dos recursos ali existentes, onde são destacadas possíveis soluções para que esses recursos permaneçam disponíveis para os grupos envolvidos nessa dependência.

Assim, a situação das mulheres no setor pesqueiro caboverdiano, segundo o trabalho da cientista ambiental Damaris Silva (2021), no qual a autora busca compreender as relações de gênero no referido setor, tendo em vista um atravessamento interdisciplinar que parte da relação entre gênero, políticas públicas, trabalho (transição informal para formal) e globalização, com isso, salienta as relações de poder estabelecidas no âmbito do setor das pescas na ilha de Santiago, e a resistência que as mulheres experienciam frente a um setor historicamente masculino. Nesse sentido, para exemplificar a resistência e esforço cotidiano exercido por elas, a autora utiliza situações através do cotidiano das mulheres que trabalham com pescados e as formas como elas impõem suas vontades, e enfatiza que as relações de poder é o cerne para compreender o setor das pescas e a inserção dessas mulheres.

Ainda conforme Damaris Silva (2021), outro fator é a “invisibilidade” que as peixeiras enfrentam, a qual tem “origem na presença física (invisibilidade física – espaço privado) dessas mulheres, por exemplo, no cais de pesca, ou no espaço que ocupam para exercer a sua atividade, dado que esta é desenvolvida principalmente no espaço público” (*ibidem*, 2021, p.26).

Entendemos a partir disso, que a invisibilidade do trabalho realizado pelas peixeiras está relacionada historicamente ao espaço por elas ocupado, ou seja, o espaço privado que se relaciona com as questões domésticas constituída socialmente, diferente do espaço público ocupado historicamente por homens, no entanto, estas mulheres ocupam espaços públicos na cidade de Santa Maria. Portanto, a invisibilidade se inicia no espaço ocupado por elas para exercício do seu próprio trabalho, mas, não se limita a ele, perpassando outros aspectos da vida

social. Tal invisibilidade alcança a visão sobre a participação das mulheres na contribuição financeira dentro do ambiente familiar, ou seja, é considerada uma atividade laboral não ou pouco produtiva, pois, mesmo retirando o sustento da família e outros investimentos, por vezes ou totalmente a partir do trabalho dentro do mesmo setor, não há o devido reconhecimento que seria dado ao homem nas mesmas condições e contextos laborais.

Nessa linha de raciocínio, no que diz respeito a caracterização do trabalho das *rabidantes* de pescados, podemos fazer uma breve relação tomando como base o trabalho da antropóloga Rosy Mary Gerber (2013), na obra: *Mulheres e o Mar*, onde a autora se utiliza de três categorias para atribuir a divisão das mulheres que trabalham no setor das pescas, dentre as quais podem ser: “pescadoras, manipuladoras e comerciantes”, ou seja, tal categorização direciona, em parte, a compreensão para afirmar que a participação das mulheres é explicitada em toda a cadeia de produção dos pescados. Dessa forma, a autora designa essas mulheres a partir das seguintes classificações: as que trabalham nas embarcações, as que trabalham na beira d’água e as que trabalham em terra comercializando os pescados, no entanto, essa conceitualização, de acordo com a autora (op. cit.), apesar de ser um caminho teórico bastante recorrente e servir de contributo importante para refletir sobre as trabalhadoras do setor pesqueiro, considera-se que determinada classificação ainda é insuficiente, e, que em muitos contextos, a exemplo de Cabo Verde e vários outros países africanos, a pesca em alto mar ainda é condicionada aos homens, e a manipulação e comercialização dos pescados são exercidas de forma continuamente indissociável ao gênero feminino.

Visto isso, é importante salientar que, a partir da existência de divisão sexual do trabalho no contexto caboverdiano, sobretudo no caso observado na ilha do Sal, onde quem é responsável pela pesca são os homens, e o trato e venda dos peixes geralmente é tomado como trabalho das mulheres, podemos pensar que há uma estreita relação com a escassez de recursos naturais, como os pescados (em algumas épocas do ano), água e outras matérias-primas que possam ser utilizadas em algum tipo de produção nacional e subsistência familiar, e derivado disso, as poucas oportunidades no mercado de trabalho caboverdiano.

### *3.3. O papel da rabidancia na família caboverdiana*

A centralidade da mulher na *rabidancia* e conseqüentemente na família caboverdiana é de consenso em vários estudos que se debruçam sobre a realidade do comércio de rua e dos estudos sobre a organização dos arranjos familiares no arquipélago. Assim, de acordo com o Antropólogo Vinícius Venâncio (2019), tal posição fundamental é extensão uma da outra e se

divide respectivamente entre o binômio público/privado, por vezes, transformando o ambiente familiar em comercial e vice-versa.

Nesse sentido, em muitos casos a mulher caboverdiana além de incorporar as tarefas domésticas para a sua rotina, adiciona, no caso das famílias monoparentais e matrifocais, a responsabilidade do sustento familiar, principalmente para atender as necessidades urgentes relacionadas aos filhos/as, pois agrega certo nível de mobilidade<sup>35</sup> em diversos contextos familiares e comerciais (VENANCIO, 2019).

Visto isso, segundo a antropóloga Andrea Lobo (2007; 2012), a característica da mobilidade não se restringe apenas aos contextos de famílias em processos de migração entre países, ou seja, também ocorre em um sentido localizado, no contexto em questão, temos que considerar que as mobilidades abarcam e acontecem em circulações entre casas, ilhas<sup>36</sup> e pessoas, nos levando a enveredar para refletir sobre questões de aspecto singulares.

Em complemento, conforme a antropóloga Cláudia Bonginano (2015), sobre o referido contexto, a ideia de família vai muito além das noções generalistas ocidentais, ou seja:

[...] no caso caboverdiano, as famílias estão espalhadas independentemente da migração, a qual não parece implicar em novos arranjos nas formas de criação dos filhos, tampouco em um rearranjo nas obrigações dentro das unidades domésticas. Mais que isso, as práticas que fazem família entre os cabo-verdianos incluem os signos de proximidade que constroem uma proximidade à distância entre os parentes que vivem em diferentes casas, vilas, ilhas e países. Portanto, o contexto cabo-verdiano coloca em xeque ambas as abordagens, clássica e construtivista, sobre o parentesco, pois evidencia a existência de uma noção de família que é sim construída (e não dada por pressupostos biológicos), mas que não pressupõe a imobilidade e a co-presença física (BONGIANINO, 2015, p.129).

Desse modo, segundo a pesquisadora em estudos do desenvolvimento Alícia Gonçalves (2021) a qual escreve sobre a importância das *rabidantes* para o desenvolvimento de Cabo Verde, corrobora enfatizando que a centralidade da mulher “no contexto de luta contra a pobreza caboverdiana, a formação das mulheres chefes de famílias monoparentais é prioritária, sobretudo nos domínios de promoção e gestão de pequenos negócios e atividades geradoras de rendimento” (*Ibidem*, 2021, p.41).

Considerando principalmente a presença massiva das mulheres no comércio de rua pesqueiro em Cabo Verde, não desconsiderando a entrada gradativa de homens em algumas atividades nos últimos anos, embora, a etnografia produzida pela cientista social caboverdiana Eufêmia Rocha (2014) nos mostre que “a *rabidancia*, o acto de *rabidar*, ou seja, o desenrascar ou dar a reviravolta é tida como um trabalho de mulher” (ROCHA 2014, p.181), *rabidar* caracteriza-se portanto como uma prática essencialmente feminina.

---

<sup>35</sup> Refere-se a dimensão familiar, a forma de perpetuar as relações e adequar-se ao cotidiano (LOBO, 2012).

<sup>36</sup> No caso da migração interilhas, muito comum no contexto de Cabo Verde.

Consonante ao tópico anterior, a perspectiva da *rabidancia* na família caboverdiana e suas características são circunscritas a partir da percepção em torno da centralidade dessa enquanto fator que agrega na constituição e conceitualização do próprio comércio de rua, e que, não pode ser pensado separadamente, pois, quando nos referimos as *peixeiras* e as *rabidantes* de outros gêneros alimentícios, são essas comerciantes que detém o menor poder aquisitivo e maior urgência com relação ao sustento familiar, investimentos e rendimentos.

No trabalho da antropóloga caboverdiana Celeste Fortes (2013) que trata sobre as relações de gênero e educação em Cabo Verde, a autora chama atenção para:

[...] a sobrevalorização da educação como forma de definir aquilo que, para as jovens mulheres, deve ser uma mulher e as lamentações das mulheres sem capitais educacionais e mostram que estão em sintonia na valorização da escola como forma de “não aturar abusos dos homens”, mas que “infelizmente” não tiveram essa chance. (FORTES, 2013, p.83)

Nesse raciocínio, a educação escolar e universitária funciona enquanto estratégia familiar de esperança e superação das dificuldades estruturais, e possui significados em torno da *rabidancia* e em outros tipos de comércio correlatos no mundo, sobretudo onde são protagonizados por mulheres. Assim, ao considerarmos que a preocupação dessas comerciantes para com o estudo dos filhos/as, ampara-se principalmente na crença que a educação funciona como instrumento de transformação social e uma válvula de escape para determinadas realidades e mazelas sociais.

**Figura 4:** Peixeira e seu filho, e outra vendedora ambulante de comida.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Com isso, tomando como base as observações em campo na ilha do Sal, bem como o trabalho do cientista social Elisângelo Sousa (2019), compreende-se que a inserção dos

filhos/as das peixeiras na *rabidancia* de pescados está relacionada estreitamente com o desfavorável aproveitamento na escola, se a mãe do aluno/a for peixeira, há grandes chances de se inserir progressivamente nesse tipo de comércio de rua, tanto pela dificuldade de acesso ao ensino superior, como pela facilidade de acesso a revenda de peixes. A inserção nesse tipo de comércio não se restringe aos filhos/as das vendedoras de rua, mas, também a outras mulheres que tenham relações de amizade com as *rabidantes*, que por necessitarem de ajuda financeira, procuram uma oportunidade para aprender e se inserirem nesse tipo comércio.

Segundo Silva (2012), a *rabidancia* enquanto atividade comercial é considerada como vetor central na economia caboverdiana, e, ocupa diferentes lugares nos espaços urbanos, a exemplo as ruas, os mercados e as feiras. Com isso, para além das *rabidantes* com maior poder de compra que investem no mercado transnacional/transatlântico à procura de mercadorias que vendem bem e tem maior visibilidade<sup>37</sup>, bons preços e possíveis facilidades referentes a situação familiar em contexto de imigração. As comerciantes com menor poder de investimento (geralmente as vendedoras ambulantes que transitam nas ruas) se inserem na maioria das vezes no comércio interno, ou seja, o comércio feito na própria residência ou em locais específicos e estratégicos de venda em relação a um determinado produto (*Ibidem*, 2012).

Desse modo, ao fixarmos no caso das peixeiras em meio a diversidade de mulheres comerciantes no território caboverdiano, nos leva a pensar os espaços por elas ocupados e a motivação econômica de investimento, no caso das mulheres que continuaram o trabalho feito pelas mães, tias e avós, e as estratégias para obtenção de lucro, que, fazendo referência a ilha do Sal, apesar de percebermos poucos espaços de venda (no caso das peixeiras), ainda sim encontramos uma diversidade de formas de fazer comércio.

No Pontão da praia de Santa Maria tal afirmativa se mostra bastante elucidativa, visto que, encontramos ali, peixeiras, outras vendedoras ambulantes, homens e mulheres artesãos que vendem suas artes e *souvenirs*, e outros tipos de serviços que incluem passeios pelos pontos turísticos da ilha, surf, mergulho, aluguel de carros, motos, bicicletas, massagens, manicure e trançados de cabelo.

De acordo com a socióloga Euridice Monteiro (2009), desde os anos 1990, os dados indicavam que a população feminina ultrapassava a masculina em relação ao total de habitantes em Cabo Verde, diferença que se intensifica no decorrer do aumento da idade, assim, o número de mulheres também aumenta nesse caso.

Em relação as uniões familiares, nos anos 2000 a porcentagem de mulheres e homens se difere apontando que homens tem mais de uma família, evidenciando a tese do aumento

---

<sup>37</sup> Enfatizamos que a visibilidade é fator relacionado a propaganda de produtos globais.



constante de famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Outro fator importante é a presença massiva das mulheres chefes desse tipo de família em atividades como a agricultura, a pesca e o comércio, principalmente no comércio de rua. Assim, a baixa escolaridade dessas mulheres denota outro indicador, que elas exercem atividades que não necessitam de nenhuma qualificação universitária, e, reduz significativamente as possibilidades de trabalho em outros setores. Esse tipo de organização familiar onde as mulheres exercem o papel de mãe e chefe ao mesmo tempo, somada com a sobrecarga de trabalho e obrigações, intensifica as tradições culturais de desvalorização e opressão da mulher caboverdiana (MONTEIRO, 2009).

**Figura 5:** Serviços de surf e mergulho oferecidos no Pontão de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Nesse raciocínio, a categoria gênero como potencial analítico nesta pesquisa se justifica em primeiro lugar pela presença maioritária de mulheres no comércio de rua caboverdiano, sobretudo, no que diz respeito às comerciantes de pescados na Ilha do Sal, que, corroborando com o significado da palavra em crioulo (*rabidancia*), pretendem desenrascar-se e/ou dar a volta em situações de maior vulnerabilidade e necessidades familiares imediatas, as quais necessitam de soluções rápidas, ou seja, a relação do processo imersivo delas com o comércio de rua.

Retornando ao pensamento de Silva (2012), compreende-se que, em meio a essa maioria feminina em situação de empobrecimento, se destacam as características como a baixa escolaridade e a falta de qualificação para o dito mercado formal, tais características que não são o suficiente para explicar o universo feminino nesse tipo de comércio (SILVA, 2012).

Em segundo lugar, as assimetrias relacionadas ao trabalho ou emprego no setor formal ou informal, rendimentos inferiores em relação aos homens, “além de ser instrumento para



desconstruir desigualdades que nele se originam e que mudam no tempo conforme os contextos socioeconômicos e culturais” (GRASSI, 2003. p. 255).

**Figuras 6 e 7:** Artesão caboverdiano e Souvenirs.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Dessa forma, de acordo com Grassi (2003) e Silva (2012), as necessidades imediatas acometidas por essas mulheres que se inserem na *rabidancia*, procuram meios para dar início ou continuidade aos estudos dos filhos/as, não necessariamente em idade escolar primária, mas, também com relação aos estudos universitários fora ou no próprio país. Assim, se constitui como preocupação constante dessas mães comerciantes, em um contexto onde a formação profissional-universitária ainda é o melhor meio de melhoria de vida.

Em outros contextos dentro do próprio continente africano, como é o caso do comércio de rua no Sul de Moçambique (Maputo), denominado localmente de *mukhero* e caracterizado por ser uma atividade laboral que também é praticada na sua grande maioria por mulheres, é bastante nítida a contribuição dessas negociantes na estrutura familiar e na sociedade como um

todo, conforme afirma o historiador Jorge Jairoce (2016):

Com a atividade do *mukhero*, os respetivos operadores e vendedores informais que deles derivam, conseguem prover o rancho mensal, pagar taxas de matrículas e propinas dos seus filhos, sustentar formação dos seus cônjuges, ostentar bens valiosos como casas e viaturas luxuosas, auxiliar com seus rendimentos ao marido na gestão e administração dos seus lares e também realizar poupanças. (JAIROCE, 2016, p.125).

A presença feminina no comércio de rua também é notada em estudos sobre a Guiné Bissau, onde esse tipo de atividade econômica é representado pelas denominadas *bideiras*, que, conforme a antropóloga Maria Manuela Domingues (2000):

[...] ou seja, as mulheres que compram junto de múltiplos pequenos produtores os excedentes da produção, por exemplo de arroz ou peixe, reunindo uma quantidade apreciável de mercadoria, que depois, distribuem em grosso ou a retalho noutros mercados, a partir da sua própria casa, ou através de *kulkadores*<sup>38</sup> que revendem as mercadorias junto dos consumidores. Estes agentes e circuitos informais controlam o comércio dos bens alimentares, incluindo fruta, vegetais, arroz e peixe produzido no país (DOMINGUES, 2000, p. 301).

Ainda desse lado do atlântico, no arquipélago de São Tomé e Príncipe, as mulheres comerciantes de peixe, frutas, verduras e lanches/comidas ou como são chamadas, as *palaiês*, possuem lugar essencial na economia do país. Nesse contexto, segundo um estudo do setor dos produtos do mar realizado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) 2019:

As *palaiês* são as mulheres que exercem as actividades de comercialização e transformação do peixe<sup>39</sup>. Esta dupla especialização é uma particularidade do sector das pescas de São Tomé e Príncipe. Contudo, se a comercialização e a transformação do peixe ainda são exercidas essencialmente pelas mulheres, nota-se uma presença dos homens no comércio por grosso em São Tomé e a captura de peixe salgado e seco na Região Autónoma de Príncipe (RAP) (FAO, 2019, p.11).

As *palaiês* estão geralmente associadas ao mercado pesqueiro artesanal e semi-industrial, podem ser vistas geralmente nas ruas de São Tomé e Príncipe, principalmente em lugares movimentados onde o comércio é efervescente, como em mercados públicos e nos entornos destes. De acordo com a pesquisadora em estudos do trabalho Maimuna Dolores Neves Bá (2021), em uma análise acerca das questões comportamentais associadas a escolha e inserção dessas mulheres no campo do comércio de rua, especificamente entre peixeiras (principalmente as que comercializavam tartarugas) e artesãs, afirma que:

Foram identificadas duas justificações que explicam a atual situação profissional das trabalhadoras. A maioria menciona que a venda de tartaruga se tornou ilegal, razão pela qual não poderiam continuar a desenvolver a atividade profissional de peixeiras. [...] tendo em conta que a atividade de peixeira que vende carne de tartaruga pressupõe-se ter sido extinta. [...] Estas trabalhadoras apenas desempenham a função de peixeiras que é rentável<sup>40</sup>. Neste contexto, o método de venda tradicional revela-se a melhor

---

<sup>38</sup> Revendedores de mercadorias.

<sup>39</sup> Também podem ser denominadas de *palaiês*, mulheres que comercializam outros gêneros alimentícios.

<sup>40</sup> Ou seja, as que trabalham comercializando pescados que são permitidos perante a legislação nacional, e que são consumidos pela população de São Tomé e Príncipe (atum, concon, peixe andala, peixinho, e etc.)

opção. As artesãs, enquanto peixeiras (atividade outrora desenvolvida), partilhavam o mesmo nível de importância. Contudo, seguiam determinadas regras tradicionais por pressão ou receio de represálias por parte das outras colegas desconhecidas no mercado. (BÁ, 2021, p.23-39)

Tendo em mente que a alimentação da população santomense é baseada geralmente em peixes e frutos do mar, muitas mulheres trabalham vendendo comida nos mercados públicos e em ruas do país, principalmente em zonas praianas. Dentre esses alimentos estão alguns moluscos, chamados de búzio natural do mar e o búzio da terra (Búzio-d’Obô<sup>41</sup>).

Nesse mesmo raciocínio, no contexto brasileiro, temos um cenário que podemos fazer algumas possíveis analogias, a relação entre pesca artesanal e comunidades tradicionais, onde as mulheres denominadas de *marisqueiras* possuem papel bastante importante (porém, ainda pouco reconhecido) na organização social e política desses tipos de territórios. Segundo a cientista social Maria José de Melo (2015), tendo como base uma pesquisa sobre as relações de gênero na comunidade da Ribeira, na Paraíba, a autora coloca que a atividade de “catação de mariscos” é exercida predominantemente por mulheres, e, como em boa parte das comunidades que possuem em seu seio de subsistência a pesca artesanal, os homens exercem a pesca de rede e em embarcações. Nas palavras da autora, essas mulheres, são:

[...] apontadas na categoria de pescadoras artesanais por trabalharem de forma manual na extração de moluscos, como a ostra, o marisco e o sururu. Sua atividade de trabalho é denominada de catação, porque consiste em efetivamente procurar extrair da areia cada unidade de molusco, por isso são nomeadas também de catadoras de mariscos. A finalidade é complementar a renda da família, ou seja, ajudar o marido nas despesas da casa. Talvez, por isso, para alguns e algumas, até hoje, não seja considerado trabalho (MELO, 2015, p.34).

Nesse contexto, ainda segundo Melo (2015), muitas mulheres marisqueiras ficam fora dos direitos trabalhistas e previdenciários, “por não serem registradas como pescadoras junto às colônias”, seja por falta de informação e orientação sobre seus próprios direitos, como a influência de uma estrutura social que invisibiliza o trabalho dessas mulheres, bem como enfatiza que, a atividade pesqueira é algo a ser realizado apenas por homens, mesmo que esses, em alguns casos estejam “catando mariscos ao lado de suas mulheres” (*ibidem*, 2015, p.34).

Assim, podemos entender que nos contextos aqui apresentados, ainda que hajam muitas outras realidades que esta dissertação não abarca, compreende-se que as relações socioculturais e o poder masculino (patriarcado) enraizados nas diversas instituições da vida social, produzem realidades desiguais e esgotantes, que permeiam as atividades laborais exercidas por mulheres em seus mais variados aspectos.

A partir das analogias acima, ao evidenciarmos a centralidade do pescado e do comércio

---

<sup>41</sup> O Búzio d’Obô (*Archachatina Bicarinata*) é uma espécie endêmica das ilhas de São Tomé e Príncipe, herbívora e decompositora de substrato, amplamente conhecida pelos habitantes locais pelo seu uso medicinal e alimentar. (SWAINSON, 1981)

de rua feminino não apenas como fator econômico relevante em toda a África e em outras partes do mundo, mas, também como importante motivador familiar de melhoria e esperança cotidiana, intensificação de relações, abertura de possibilidades e elaboração de planos para o futuro das famílias caboverdianas.

### *3.4. Gênero, solidariedade e concorrência: outros aspectos socioculturais*

Tratar sobre solidariedade e concorrência entre mulheres comerciantes do continente africano, sobretudo de Cabo Verde, é se debruçar para além da questão laboral, pois, conforme Bongianino (2015), as relações de solidariedade são permeadas por uma rede local construída de forma complexa, onde a figura feminina é central nessa constituição. Assim, conforme a autora:

[...] as responsabilidades econômicas, emocionais e práticas das casas (especialmente os cuidados com as crianças) passam à margem da paternidade, sendo partilhadas e distribuídas entre as mulheres [...]. Efetivamente, faz parte da experiência feminina local passar por um período, durante a juventude (aproximadamente entre os dezesseis e os quarenta anos), no qual as mulheres (que muitas vezes já são mães nessa idade, mas não coabitam com seus cônjuges) estão às voltas com preocupações conjugais e econômicas que requerem mobilidade: por exemplo, sair de casa para se encontrar com seus companheiros, trabalhar fora de casa, migrar etc. (BOGIANINO, 2015, p.114).

Outra percepção que adentra diretamente ao campo afetivo, no sentido das relações conjugais, onde muitas mulheres caboverdianas compartilham o mesmo companheiro com outras mulheres, em termos locais existe uma denominação para tal configuração, as *kumbóssas*, que de acordo com a cientista social Maria Ivone Monteiro (2013), essa designação em que diferentes mulheres mantêm uma relação fixa e simultânea com o mesmo homem, nos leva a compreender:

[...] quando a conjugalidade envolve um homem com várias mulheres, a ordem de chegada na relação posiciona cada mulher na relação. [...] aqui quero dizer que existem nomes designados para as mulheres conforme o grau de importância na relação, quando uma mulher é casada ou mesmo não sendo casada legalmente, mas quando divide o mesmo espaço físico com homem, ela é reconhecida socialmente como sendo mulher daquele homem. Quando um homem, para além da mulher com quem é casado ou coabita, tem outra ou outras mulheres, estas são socialmente reconhecidas como sendo raparigas daquele homem, e isso pode pesar desfavoravelmente às mulheres em relação ao mercado matrimonial (MONTEIRO, 2013, p.26).

Visto isso, segundo a historiadora Iva Cabral (2011), podemos entender que o poder masculino, não apenas na sociedade caboverdiana, mas no mundo todo, coloca as mulheres em situações de submissão estruturadas a partir da dimensão masculina, não apenas na ligação conjugal, mas em outros aspectos variados do cotidiano caboverdiano, como é o caso do comércio rua. Assim no decorrer da história invisibilizou-se a contribuição das mulheres no desenvolvimento da referida sociedade, ou seja, a discriminação de gênero enfatiza que as mulheres sempre foram vítimas da sua história, e tal questão aparece com mais densidade na

esfera doméstica e familiar.

Nesse mesmo viés, de acordo com Celeste Fortes (2018):

[...] as dinâmicas familiares em Cabo Verde são marcadas por paradoxos, entre o ideal e o cotidiano, entre negociações que resultam da fluidez quotidiana e convenções que buscam o ideal. São esses paradoxos que tenho vindo a considerar para ler as configurações familiares em Cabo Verde. Não seria exagerado afirmar que ter uma família e ser capaz de formar a própria família faz parte do projeto de vida de muitos cabo-verdianos (FORTES, 2018, 152-153).

Nesse raciocínio, adentrando as características que interseccionam o que foi colocado acima, podemos dizer que no que diz respeito ao comércio de rua e ambulante no continente africano, alguns pontos elencados por Vletter (*apud* Silva, 2020), tendo como base o contexto angolano, salientam a relação gênero, família e comércio:

- a) muito pouco capital, poucas habilidades, baixos níveis educacionais, e, normalmente, nenhuma experiência empresarial anterior;
- b) estão envolvidas principalmente em atividades comerciais;
- c) as vendas diárias são instáveis;
- d) em média as receitas líquidas dificilmente cobrem as necessidades básicas;
- e) O ambiente em que trabalham é de solidariedade em vez de concorrência;
- f) as margens de lucro tendem a diminuir ao longo do tempo, a medida que mais vendedores penetram o mercado;
- g) com o aumento da experiência, os microempresários com mais iniciativa tendem a diversificar suas atividades para aumentar os rendimentos;
- h) a entrada no setor informal do comércio a retalho é fácil: de fato, raramente são necessários documentos, mas apenas um capital mínimo, e existe pouca resistência dos concorrentes, especialmente no caso dos vendedores ambulantes (VLETTER, *apud* SILVA, 2012, p.106, grifo meu).

No entanto, conforme afirma a cientista social Eufêmia Rocha (2014), outras configurações a respeito do fator solidariedade-concorrência surgem no âmbito do comércio de rua caboverdiano:

Não é por acaso que, com frequência, ouve-se dizer “rabidantis é só korderas”. E, Lerato<sup>42</sup> confirma, porque reconhece que, assim como são empreendedoras, elas são, também, muito competidoras umas em relação às outras. Essa competição é alimentada pela inveja e pela cobiça e o que se tiver de fazer que funcione como um obstáculo para com outras colegas de trabalho [...] (ROCHA, 2014. p.183, grifo meu).

A partir do que foi colocado, percebe-se que o aspecto da solidariedade-concorrência não constitui um consenso acerca das realidades do comércio de rua e relações sociais envolvidas, pois os conflitos são inerentes a própria organização desse tipo de atividade, bem como na própria existência dos seres humanos.

Desse modo, conforme as sociólogas Mylena Silva e Patrícia Ramiro (2020), a partir de um estudo sobre conflitos cotidianos vivenciados por trabalhadores e trabalhadoras ambulantes no nordeste brasileiro, para além das dificuldades encontradas na organização comercial de um modo geral, no caso do comércio de rua e ambulante, “há outras incertezas que se somam com a

---

<sup>42</sup> Interlocutora entrevistada na pesquisa da autora citada.

possibilidade de venda ou não dos produtos”, bem como outras várias constantes que se colocam a esse entremeado de dificuldades, estão:

[...] ter as mercadorias apreendidas pelo órgão público responsável pela estrutura da cidade, dificuldade para ir realizar as necessidades fisiológicas ou mesmo de ter intervalo para se alimentar, sofrer juntamente com as mercadorias expostas as alterações climáticas como a chuva e o sol, e ainda, no que concerne a própria organização interna, a disputa de ocupação do espaço em que trabalha com outros ambulantes (SILVA; RAMIRO, 2020, p.119).

A vista disso, é importante perceber que os vínculos preestabelecidos pelas negociantes de mercadorias são influentes na existência ou não de concorrência, o que pode gerar também ou não algum tipo de solidariedade comercial. No entanto, conforme apresentado nos tópicos anteriores, há uma pluralidade de realidades que caracterizam o comércio de rua de forma heterogênea. No caso caboverdiano, principalmente nas menores ilhas do arquipélago, as pessoas que vendem na rua já se conhecem, ou pelo menos “de vista”, têm no âmbito familiar e/ou conhecem alguém que possui influência local, e, de certa forma há um certo tipo de “capital social simbólico” (BOURDIEU, 1998; 2007) envolvido, que se utilizam para arquitetar relações dentro desse tipo de atividade laboral referente ao espaço comercial e suas dinâmicas.

### *3.5. Turismo, globalização e desenvolvimento*

As problemáticas contemporâneas sobre turismo em Cabo Verde bem como em outros territórios semelhantes no mundo, configuram-se geralmente a partir das narrativas que são construídas na promoção turística sobre a ideia de arquipélago e de um exotismo já ultrapassado no âmbito do pensamento crítico das ciências sociais. No entanto, tal exotismo é importante para compreendermos algumas movimentações, pois, sabemos que apesar das ilhas denotarem no imaginário social algo diminuto com relação a outras porções de terra mundo a fora, conforme salienta o cientista social Antônio Carlos Diegues (1997), é notório que, as populações ditas insulares, mesmo as das pequenas ilhas habitadas no litoral brasileiro, não são comunidades isoladas e homogêneas, ou seja, também possuem seus conflitos e diversidade.

Ainda conforme o autor (op. cit.), no caso da análise das sociedades insulares, as quais se diferenciam das grandes massas continentais e possuem em seu seio social o mar enquanto fator de agenciamento, afirma que:

Nesse sentido, é fundamental pesquisar as práticas sociais simbólicas decorrentes da presença impositiva do oceano (maritimidade), as noções de espaço, território e tempo insulares e as representações simbólicas do estar e viver em uma ilha. A presença e das práticas sociais que dela resultam é um dos elementos centrais para o entendimento das ilhas e de suas sociedades. Nesse sentido, a maritimidade enquanto resultado de práticas sociais e simbólicas realizadas pelo ilhéu em sua relação com o oceano, é um elemento fundamental da formação e da reprodução social e simbólica das sociedades insulares (DIEGUES, 1997, p.11).

Contudo, de acordo com o pensamento acima, entendemos que as ilhas não são apenas lugares inseridos dentro do viés mitológico do “início dos tempos” e de uma “natureza intocável”, mas, espaços produzidos historicamente através de diferentes práticas simbólicas, e socialmente produzidos “dentro e fora da ilha, segundo ciclos e práticas econômicas que se alteram continuamente, ainda que, frequentemente, num ritmo menos rápido que no continente” (DIEGUES, 1997, p.12-13).

Nesse viés, partimos para as questões em torno da problemática do turismo e a relação econômica com os territórios insulares, onde estes, estão inseridos também dentro de lógicas globais. Visto isso, segundo a antropóloga Maria do Carmo Santos (2009), há uma visão “predatória” ou um “turismo de massas” pairando sobre esses lugares.

Com isso, podemos também enfatizar que o setor turístico é um dos que mais se expandem em Cabo Verde, ressaltando seu caráter central na economia do arquipélago, bem como fator importante na caracterização da *rabidancia*, sobretudo na ilha do Sal, que apesar de ter entrado em constante crescimento com o advento do fenômeno turístico, compreende-se que esse tipo de prática comercial, ou seja, o do comércio de rua/ambulante perpassa questões mais complexas que merecem atenção na análise. Nas palavras de COSTA (1989), esse tipo de comércio pode ser associado aquele da idade média:

[...] que buscava naturalmente os locais onde a concentração de homens permitia esperar a oportunidade de ganho. O espírito farejante desses mercadores permanece presente nos dias de hoje, determinando a implantação do comércio ambulante nas áreas urbanas de maior afluência. Além disso, o sentido autônomo de tal atividade valoriza as “habilidades” individuais, por sua vez, uma qualidade essencial no mercador medieval” (*ibidem*, 1989, p.31).

Correlato ao argumento de Costa (1989), as *rabidantes* também compartilham de tais características, pois, não dependem “de suas origens ou de títulos de nobreza para negociar ou fazer fortuna; apenas a competência e a astúcia, aliadas ao conhecimento (inclusive de várias línguas)”, permite levar em frente o comércio de rua ambulante, e “prosperar” (*ibidem*, 1989, p.31). Contudo, a relação de adaptação dessas mulheres comerciantes frente aos fenômenos econômicos globais e os seus reflexos locais, nos faz perceber a outra face da moeda, a qual, conforme coloca Santos (2009):

O turismo é um poderoso agente de mudança sócio-cultural e as sociedades de destino sofrem e beneficiam das suas consequências. As transformações dão-se ao nível das infraestruturas e serviços (estradas, transportes, saneamento) que contribuem para uma melhoria da qualidade de vida das populações e para a criação de empregos, apesar de estes serem, muitas vezes, sazonais e mal pagos. Mas os efeitos do turismo fazem-se sentir também ao nível de valores sociais que são muitas vezes desafiados, de práticas culturais que são adaptadas para satisfazer os turistas ou de mudanças na estrutura social com os fenómenos migratórios (SANTOS, 2009, p.17, grifo meu).

A afirmação acima, nos faz refletir sobre as atuais configurações e transformações que o

setor turístico vem provocando na Ilha do Sal, pois, como já esclarecido em tópicos anteriores, o território em questão se apresenta como um dos que mais recebe turistas em Cabo Verde, bem como o que possui maior rede hoteleira e de restaurantes com fins estritamente comerciais. Assim, levando em consideração as características insulares do arquipélago em questão, o binômio globalização/desenvolvimento nos remete a compreensão de que o mercado turístico global está associado diretamente as mudanças decorrentes dos processos capitalistas-mundiais, que por sua vez, tem na globalização e no caráter desenvolvimentista, fatores estruturantes na relação de construção simbólica dos territórios considerados periféricos.

Assim, segundo o geógrafo Milton Santos (1988), o qual reflete sobre os efeitos da globalização do capital mundial, afirma que, a mundialização das relações sociais, políticas e econômicas, está interconectada ao processo de expansão capitalista, “fundada no desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial e conduzida através dos Estados e das corporações gigantes ou firmas transnacionais”. Paralelo a isso, presenciamos “uma revolução científica e técnica em que as formas de vida do planeta sofrem uma repentina transformação” (SANTOS, 1988, p.5).

Desse modo, segundo o turismólogo Orlando Alcobia (2021), paralelamente aos relativos benefícios da exploração do turismo, é importante ter em mente, as:

[...] iniquidades e incoerências dos efeitos da globalização turística no desenvolvimento socioeconômico dos países, melhoria da qualidade de vida das populações locais e geração dos fluxos turísticos internacionais, atendendo às especificidades geográficas dos países centrais e periféricos (ALCOBIA, 2021, p.247).

Conforme a antropóloga Lea Rodrigues (2015), a partir de pesquisas etnográficas realizadas no Nordeste brasileiro e no Caribe mexicano, em perspectiva comparativa, discorre sobre as duas faces da moeda, ou seja, o benefícios e malefícios advindo da turistificação:

Os dados provenientes de pesquisas realizadas em países que fizeram a opção do turismo como atividade central de sua economia mostram aspectos positivos, como o aumento das oportunidades de emprego e a abertura de nichos de mercado, mas também um número elevado de prejuízos advindos da atividade, sobretudo no caso do turismo de massa. Primeiro, constata-se que os incentivos ao desenvolvimento do turismo, nesses países, vêm favorecendo principalmente os grandes investidores estrangeiros: as grandes companhias de cruzeiros, as *tour* operadoras, as redes hoteleiras de grande porte, todas de capital externo a esses países (RODRIGUES, 2015, p.83-84).

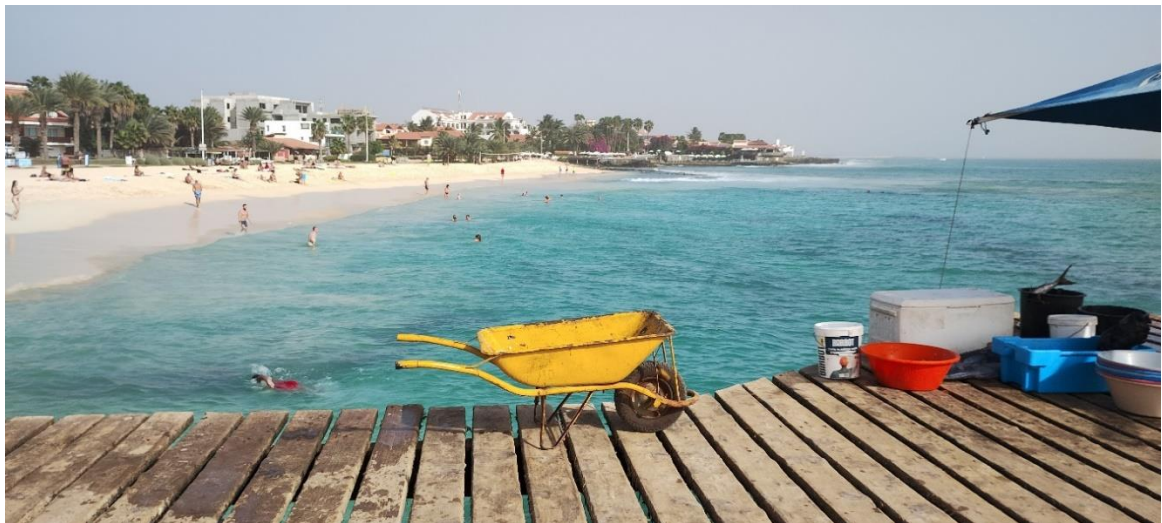
Ainda conforme Rodrigues (2015), tendo como base de reflexão os países do Caribe, apesar de haver melhorias em infraestrutura em zonas e cidades acometidas pela turistificação, como “meios de transporte, energia, saneamento básico e estradas”, em sua grande maioria, “resorts negociam com os governos locais e constroem, eles mesmos, suas plantas elétricas, de tratamento de água e resíduos sólidos, de modo que a maior parte da população local fica à margem desses itens essenciais” (*Ibidem*, 2015, p.84).



De acordo com o pensamento acima, podemos traçar relações com o caso caboverdiano, sobretudo na Ilha do Sal, onde há diversos resorts que possuem estruturas diferenciadas e que se assemelham as infraestruturas dos países investidores, diferindo-se totalmente das encontradas nas ilhas de Cabo Verde, especialmente aquelas cidades que não são construídas para fazer parte do cenário turístico de forma direta, além de dispor de serviços que boa parte da população pobre não consegue acessar.

Tendo em mente tal configuração, consideramos que há uma discrepância entre a estrutura comercial-turística e o comércio de rua da ilha do Sal, explicitada nas desigualdades e perversidades existentes, fator comum não apenas em Cabo Verde, mas em diversos outros territórios dependentes e imersos na lógica da globalização turística. Com isso, vamos ao encontro novamente a outro momento do pensamento de Santos (2005), no qual acrescenta que o estabelecimento da lógica capitalista traz desordem as regiões onde se instala, e, a partir da sua própria lógica multifacetada, institui rigidez as populações afetadas pela exploração, oferecimento arbitrário de produtos exclusivos e pelo egoísmo e desigualdade no acesso desses.

**Figura 8:** Contraste entre o comércio peixeiro e os *resorts* da cidade de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Dessa forma, a *rabidancia* de pescados pressupõe a existência de um imaginário que tem como ponto central, o fortalecimento dos estabelecimentos turísticos a partir da produção e projeção da imagem dessas vendedoras enquanto uma forma de exotismo exaltado. Nesse mesmo raciocínio a antropóloga Andréa Lobo (2001; 2018) estabelece algumas reflexões sobre as tensões existentes entre a ideia de um território insular africano e um turismo produzido sob o imaginário de uma “experiência africana”, que perpassa por visões e discursos alegorizados e vendidos para os turistas, em sua grande maioria europeus.

Apesar de compreendermos que as *rabidantes* peixeiras realizam seu trabalho para sanar a problemática do sustento próprio e familiar, é válido ressaltar que há uma visão superficial construída pelo aspecto turístico em torno dessas mulheres, na desproporção em que, quanto maior a movimentação turística nas proximidades do Pontão da praia Santa Maria, menor é a percepção de outras problemáticas que o espectro turístico pode acarretar, a exemplo: o desemprego no arquipélago em questão, a disparidade de gênero, o aumento das famílias monoparentais, a fragilidade e ausência de políticas públicas voltadas para as vendedoras de rua, bem como para a população pobre como um todo.

Desse modo, no capítulo seguinte, tratamos de temas como a turistificação da ilha do Sal e a relação das peixeiras com tal fenômeno, versamos sobre a experiência bem como as percepções acerca do trabalho de campo realizado na referida ilha, o comércio realizado por essas mulheres no Pontão de Santa Maria, a pesca e comércio na comunidade de Palmeira, a mercantilização da cultura e dos espaços da referida ilha e a relação entre turismo, rabidância e o setor pesqueiro caboverdiano.

#### 4. CAPÍTULO 3: AS PEIXERAS E A TURISTIFICAÇÃO DA ILHA DO SAL

Conforme já mencionado, a denominação de peixeira aqui é atribuída as mulheres vendedoras de pescados no Pontão de Santa Maria e em seus entornos, bem como em outras ilhas e contextos africanos. Assim, é utilizada por elas mesmas e pela população da ilha no cotidiano sociolaboral, porém, de acordo com a compreensão das próprias vendedoras, mesmo que sejam chamadas de peixeiras não deixam de ser *rabidantes*, pois, a *rabidancia* é uma forma de viver a vida a partir do comércio e não apenas a execução da atividade laboral em si escolhida por elas para subsistência.

Visto isso, tal denominação não pode ser vinculada a qualquer tipo de atividade comercial, pois, independente do investimento feito para efetivar a sua inserção no comércio, sejam as vendedoras transnacionais em posse de suas próprias lojas ou as vendedoras ambulantes de lanches e comidas diversas, o que essas mulheres têm em comum é a forma como procuram obter o próprio sustento dentro dos contextos socioculturais específicos, e isso se torna seu *modus operandi*. Ou seja, não pode ser chamado de *rabidancia* qualquer outro tipo de atividade laboral feminina que proporcione sustento, observando também o fator da necessidade imediata como caracterização e as nuances familiares.

Com isso, as mulheres que procuram se inserir em atividades comerciais, tem poucas possibilidades de trabalho, seja pelas dificuldades ocasionadas por questões geográficas, econômicas e climáticas que diminuem ainda mais as possibilidades de subsistência das famílias caboverdianas. Um exemplo é a agricultura que detém lugar pouco privilegiado na economia do país, sobretudo na ilha do Sal. Podemos dizer que a *rabidancia* é uma alternativa que supre as necessidades, e permite que a família da *rabidante* prospere, mesmo sem a ajuda do chamado *pai di fidjo*<sup>43</sup>.

A centralidade do trabalho de campo nesta pesquisa, para além de uma necessidade metodológica, decorreu para possibilitar compreender a partir dos dados produzidos na ilha do Sal, sobre a dinâmica comercial das *rabidantes* de pescados em Cabo Verde, sobretudo das peixeiras do pontão de Santa Maria. Neste caso, a relação entre comércio de rua, de gênero e turismo, encontra na *rabidancia* um ponto de intersecção, que aponta para esse fenômeno como causa e efeito de tal relação. Assim, a *rabidancia* enquanto uma possibilidade de suprir e dar a volta por cima das dificuldades financeiras cotidianas em Cabo Verde, é indissociável do âmbito feminino, bem como do comércio realizado nas ruas e do turismo feito na ilha do Sal,

---

<sup>43</sup> Termo usado na língua caboverdiana que designa o pai do filho, ou seja, tem relação com as questões de conjugalidades e afetividades. Nesse sentido, ver: LOBO, A. Sobre mulheres fortes e homens ausentes? Pensando conjugalidades como processos em Cabo Verde. Soc e Cult., Goiânia, v. 19, n. 2, p. 13-25, 2016.

visto que há uma identidade pré-estabelecida, ou seja, não é qualquer mulher caboverdiana que se torna uma *rabidante*, mas sim, aquelas que necessitam extremamente.

Tomando o comércio feminino de pescados como eixo central de análise, a compreensão descrita aqui através de um estudo etnográfico, permite algumas caracterizações a respeito dessa atividade comercial complexa e multifacetada. Por isso, para obter os dados referentes ao dia a dia de trabalho das peixeiras de Santa Maria, foi fundamental observar *in loco* a lógica e organização das vendedoras de rua em particular, circunscrevendo questões para além do seu próprio ambiente laboral, como é o caso da estrutura turística em torno da caracterização da *rabidancia* de pescados na ilha do Sal.

#### *4.1. Percepções sobre o fazer etnográfico e a experiência em campo*

Durante o trabalho de campo utilizamos uma abordagem qualitativa, tomando as seguintes técnicas de recolha de dados: observação participante, diário de campo, entrevistas semiestruturadas e conversas informais, principalmente em espaços públicos das cidades de Espargos e Santa Maria e nas comunidades de Palmeira e Murdeira, onde o fator laboral pesqueiro é recorrente. Conforme anteriormente pontuado, realizamos doze entrevistas, divididas em duas etapas distintas, a primeira durante o mês de dezembro de 2023 na ilha do Sal, durante a pesquisa de campo, a segunda, de volta ao Brasil, nos meses de janeiro e fevereiro de 2024, através do aplicativo WhatsApp, por onde mantive contato com algumas interlocutoras que conheci durante a pesquisa, que se disponibilizaram posteriormente para a consseção de entrevistas. Para a enumeração dos interlocutores/as foram utilizados nomes fictícios no decorrer das citações, para proteger suas identidades.

Dos doze interlocutores/as, dez são mulheres e dois homens (nove vendedoras de rua, incluindo as peixeiras do Pontão, e uma vendedora em comércio próprio situado no centro da cidade de Espargos, que também trabalhou com venda de peixes no início do seu negócio), sendo assim, nove oriundas da ilha de Santiago e uma nascida na ilha do Sal). Com relação aos homens, um advindo da ilha de Santiago (localidade de Tarrafal) e outro da ilha do Fogo. A idade dos entrevistados/as variava entre dezenove e cinquenta e oito anos, possuem diferentes níveis de escolaridade, a metade apenas com o ensino básico e nenhum dos entrevistados/as na ilha possuía formação técnica ou acadêmica. Tal fator corrobora com o que foi apresentado em tópicos anteriores, sobre a relação entre nível de educação escolar-universitária e a inserção das pessoas no comércio de rua ambulante.

As entrevistas, observações e conversas informais, foram realizadas desde o voo entre Lisboa e Santiago e em diferentes espaços públicos da ilha do Sal, como praias, mercado de

peixe, praças, restaurantes, hotéis e principalmente no Pontão de Santa Maria, onde passamos a maior parte do tempo durante os quinze dias de pesquisa de campo.

O trabalho de campo possibilitou a observação do comércio de rua e ambulante, principalmente no que se refere aos gêneros alimentícios, incluindo as *rabidantes* que vendem roupas e outros produtos em pequenas feiras espalhadas pela cidade de Santa Maria, vendedores/as de *souvenirs* diversos, e principalmente sobre as peixeiras do Pontão, onde analisamos as relações de solidariedade e concorrência, junto de outros fatores dentro da própria *rabidancia* em suas diferentes atribuições comerciais e condições estruturais. Um destes fatores diz respeito ao fator climático e poluente e ao tipo de agência<sup>44</sup> advinda na sobreposição da atividade pesqueira e outros setores, principalmente durante os meses menos produtivos de pescas no arquipélago, ou seja, dezembro e janeiro.

O inverno que dura de dezembro a janeiro, forma o que os moradores da ilha chamam de bruma seca<sup>45</sup>, que dificulta a visibilidade, e, portanto, o acesso dos pescadores com suas embarcações ao mar, bem como também dificulta o setor de transportes aéreos e ligações marítimas diversas<sup>46</sup>. Tal fator influencia nas estratégias para obtenção do pescado pelas *rabidantes* que algumas vezes ficam sem peixes para vender, pois apenas os barcos que possuem GPS vão para o mar devido à baixa visibilidade. Diferentemente do que acontece nos meses que correspondem ao verão que é de fevereiro a novembro, quando o peixe se torna de mais fácil acesso, em relativa abundância, e por isso mais barato para venda e revenda.

O estudo etnográfico foi realizado aos moldes de um trabalho de campo, onde permaneci quinze dias (08 a 24 de dezembro de 2023) realizando observações e entrevistas com vendedoras de rua da Ilha do Sal, especificamente na cidade de Espargos, na comunidade de Palmeira, Murdeira e a maior parte do tempo na cidade de Santa Maria, onde o fluxo turístico, como enfatizado no presente texto, está maioritariamente centralizado.

A ideia de uma etnografia é aqui estabelecida não apenas a partir da centralidade do trabalho de campo, mas também, no diálogo entre as reflexões das autoras e autores que versam sobre esse tipo de comércio de rua, gênero e turismo em Cabo Verde.

---

<sup>44</sup> Diz respeito a influência do fator climático na pesca, obtenção do pescado e conseqüentemente no cotidiano de vendas das peixeiras.

<sup>45</sup> Denomina-se de bruma seca o tipo de fenômeno natural que se baseia na mistura de névoa de areia e poeira que cobre Cabo Verde na época do inverno, devido aos ventos oriundos do Norte do continente africano que carrega partículas de areia do Sahara. Tal fenômeno também atinge parte do Brasil em algumas épocas do ano. Em outra perspectiva que considera fatores químicos-poluentes, segundo Finlayson-Pitts (1986), o fenômeno também chamado de nevoeiro fotoquímico ou *smog*, é caracterizado quando há a existência da condensação de vapor d'água associada a poeira, fumaça e outros poluentes, constituindo um tipo de aspecto acinzentado ao ar. É comum em grandes cidades e metrópoles, principalmente em dias frios de inverno. (FINLAYSON-PITTS & PITTS, 1986)

<sup>46</sup> Ver: **Bruma seca cada vez mais intensa e frequente em Cabo Verde**. Balai Cabo Verde (Rádio online), Santiago, Cabo Verde, 21, fevereiro, 2024. Lusa, Notícias e Sociedade. Disponível em: <https://balai.cv/noticias/sociedade/bruma-seca-cada-vez-mais-intensa-e-frequente-em-cabo-verde/>

Trabalhamos sob a perspectiva da observação participante a partir da compreensão do antropólogo Clifford Geertz (1989), onde o autor destaca a etnografia enquanto o estabelecimento de relações, a seleção dos interlocutores/as, a transcrição das entrevistas, as genealogias, o mapear de campos, a continuidade de um diário de campo, bem como outras ferramentas indispensáveis no fazer da construção antropológica.

No entanto, como enfatiza Geertz (1989): “não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma ‘descrição densa’, tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle” (GEERTZ, 1989, p.15).

Com isso, também observamos os diferentes lugares onde essas comerciantes se inserem, possibilitando perceber conexões, redes, afetos, concorrência e solidariedade, focando nas mulheres chefes de família que exercem atividades diversas no comércio de rua, sobretudo a de venda de peixe.

Enfatizamos aqui alguns fatores do planejamento e organização da ida e permanência durante o trabalho de campo em Cabo Verde. Apesar dos contratemplos inerentes ao contexto e particularidades do deslocamento até o referido território insular, o planejamento nos possibilitou realizar a pesquisa de campo nas melhores condições possíveis, os imprevistos nos propiciaram o conhecimento de pessoas e inevitavelmente na obtenção de dados de forma fluída. Em primeiro lugar, a espera pelo retorno dos voos diretos entre Fortaleza e Sal pela Cabo Verde Airlines, antiga TACV (Transportes Aéreos Cabo Verde) foi um dos motivadores do adiamento da pesquisa de campo, que deveria ter sido realizada ainda no primeiro ano de pesquisa, porém, o tempo disponível já não permitia adiar esse empreendimento que era essencial para a conclusão deste estudo. Então, a ida<sup>47</sup> a Cabo Verde teve como parte do trajeto, Fortaleza – Lisboa, deslocamento realizado por meio da companhia aérea portuguesa TAP (Transportes Aéreos Portugueses), e posteriormente entre Lisboa - Cabo Verde, pela Cabo Verde Airlines.

Em segundo lugar, pensamos de forma estratégica a localização da hospedagem na cidade de Santa Maria deveria ser próxima o suficiente do Pontão, para possibilitar estar lá a qualquer hora do dia ou noite com rapidez, e com relativa mobilidade e segurança<sup>48</sup> para observar a movimentação de turistas e as negociações comerciais que eram rotineiramente

---

<sup>47</sup> Destacamos que o preço da passagem via Lisboa aumentou entre quatro a seis vezes o que seria o trajeto inicial entre Fortaleza e a ilha do Sal.

<sup>48</sup> Me refiro a experiência a partir das abordagens insistentes de diversos vendedores do sexo masculino em oferecer produtos e serviços na cidade de Santa Maria, os quais não recebiam bem a negativa em relação ao não interesse e/ou compra dos produtos e serviços. Apesar de estar ali para realizar uma pesquisa, ainda era vista como uma turista pela maioria dos caboverdianos e caboverdianas, principalmente nos primeiros dias e impressões na e da cidade.

realizadas. Por outro lado, a hospedagem deveria ser afastada o suficiente para que não passasse despercebido outros tipos de vendedoras que trabalham em outras ruas e localidades, compreendendo também aquelas que não vendem exclusivamente para turistas, mas para população residente na ilha. Ou seja, moradores majoritariamente caboverdianos e imigrantes do continente africano (senegaleses, guineenses e angolanos), com o intuito de percebermos possíveis relações comerciais e outras configurações de *rabidancia*.

A estratégia se mostrou suficientemente eficaz, visto que, a hospedagem que ficava a poucos minutos do Pontão, permitiu acesso rápido mesmo não estando dentro do diâmetro dos grandes hotéis e restaurantes, questão que tornou minha permanência mais acessível financeiramente. Esta localização influenciou nos preços da hospedagem drasticamente, permitiu perceber uma linha imaginária divisória entre a população e os viajantes, através da diminuição da movimentação dos turistas em determinadas zonas da cidade. Apesar da pouca distância entre as ruas turísticas principais e as ruas adjacentes ser medida em apenas dezenas de metros, o tipo de movimentação nas ruas, tipos de estabelecimentos e pedestres marca o cenário como uma linha divisória bem acentuada que permitiu observar um pouco acerca da população em relação ao tipo turismo praticado na ilha.

Além dos planejamentos básicos de viagem e permanência em campo, outras preocupações também acompanharam o processo. O acesso as *rabidantes* foi um deles, pois, apesar da língua oficial de Cabo Verde ser o português, a língua materna utilizada nas ruas e no dia a dia da população é o crioulo caboverdiano. Portanto, foi necessário traduzir as gravações feitas em campo e de uma facilitadora que ajudou na compreensão dos acontecimentos e situações-chave não compreendidas, ou compreendidas parcialmente.

Essa preocupação causou diversas movimentações de contatos com caboverdianos/as ainda no Brasil, que nos possibilitou reformular algumas questões produzidas até então e aumentar a rede de contatos para possíveis entrevistas e observações durante a pesquisa de campo na ilha supracitada.

A pesquisa bibliográfica dentro do eixo temático: gênero, turismo e comércio de rua em Cabo Verde mostraram intersecções pertinentes à compreensão aqui estudada. Os temas centrais aglutinados aos temas satélites, formaram um diagrama mental cada vez mais complexo. Por conta do pouco tempo em campo, se tornou imprescindível estar diariamente com as *rabidantes* no Pontão de Santa Maria, observar e conversar com elas, principalmente sobre o cotidiano de vendas, família e sua relação com o turismo na ilha do Sal. Para além disso, a necessidade de boa preparação com análise bibliográfica e documental, onde usamos os documentos pertinentes como fontes de informações e dados, para passar por um olhar

analítico para identificar a relação turismo e peixeiras

A princípio, pensamos que o pouco tempo em campo não nos permitiria abarcar todas as questões propostas inicialmente, no entanto, os dados fornecidos pelas próprias vendedoras tomaram espaço privilegiado na construção das discussões e forma no texto, e conseqüentemente nas considerações desta pesquisa. A literatura consultada, menciona mulheres caboverdianas que trabalham dentro e fora de casa, que dão maior prioridade a educação dos filhos, que se sobrepõe a partir do “[...] imaginário de uma família nuclear patriarcal como a mais adequada”, (LOBO, 2014), que em suas famílias, muito provavelmente, tem alguns membros na emigração para estudar ou trabalhar. Dentro dessas percepções, algumas colocações fizeram parte dos pressupostos deste estudo, porém, enfatizadas principalmente às especificidades observadas na ilha do Sal.

A preocupação a respeito da língua, foi antecipada através do estudo de caso de Grassi (2001), no mercado do Sucupira (Ilha de Santiago), com as *rabidantes* importadoras transnacionais, e a dificuldade e soluções encontradas durante as entrevistas. Prevendo alguma situação similar e o curto período que teria para obter os dados, aproveitei sempre para fazer algumas perguntas no momento da compra de peixes para minha própria alimentação. Diariamente essa estratégia foi utilizada para facilitar o acesso, falar sobre a pesquisa, na aproximação e ganhar a confiança das vendedoras.

O papel da *rabidancia* em Cabo Verde, e, portanto, no dia a dia da cidade de Santa Maria, e as questões norteadoras das entrevistas foram rascunhadas bem antes das conversas com as vendedoras da ilha do Sal. O sentido da *rabidancia* no centro da análise aqui proposta se manteve após o campo, apesar de algumas particularidades e questões de identidade laboral nos mostrarem outras perspectivas, confirmando o pressuposto do fenômeno comercial em questão enquanto fator cultural de análise, que configura e reconfigura as relações sociais adjacentes ao mesmo.

O significado do termo *rabidancia* ganhou maior abrangência a partir do sentido observado em campo, no entanto, a abertura para apreender outras terminologias que colocassem em evidência o seu significado e outras configurações de trabalho, levou a compreender que esse tipo de comércio não se limita a venda feita apenas por mulheres no país. No caso específico da ilha do Sal, tal atividade inclui homens de diversas faixas etárias (o que acrescenta outra perspectiva de gênero, qual seja a de que os homens estão cada vez mais se inserindo a prática de *rabidar* mesclando com a atividade de pesca), com uma maior incidência de jovens de outras ilhas do arquipélago, que também se deslocam para a Ilha do Sal atraídos por possíveis alternativas advindas do setor turístico, enquanto uma espécie de



imaginário sociolaboral existente.

Nesse sentido, percebe-se que os homens estão sempre colaborando na venda e tratamento dos pescados, no entanto, nomeadamente a palavra final é sempre das mulheres vendedoras, são elas que administram o dinheiro, recebem o pagamento da venda dos peixes, repassam o troco e reabastecem as mercadorias em contato com seus fornecedores. Ou seja, os homens se inserem no comércio de rua também por motivos de subsistência, mas não ocupam lugares de comando nesse tipo de comércio de pescados, a sua participação na *rabidancia* está relacionada as redes comerciais que completam a atividade laboral de venda, ou seja, a venda de pescados. A exemplo, os pescadores e os ajudantes das vendedoras executam trabalhos complementares e fundamentais ao comercio de pescados, mas sempre sob o comando de uma peixeira. Eles fazem parte do processo e das redes de venda e ganham a vida a partir desse trabalho, mas não são considerados estritamente *rabidantes*. Por isso, é importante destacar, que os homens fazem parte dessa sistemática laboral, pelo fato de estarem também a procura de um meio de sobrevivência assim como as *rabidantes* fazem diariamente.

**Figura 9:** Cotidiano laboral de homens e mulheres peixeiras no Pontão de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

A palavra *rabidante* mostra um sentido que abrange outras concepções de mundo para além da questão laboral, e as observações, conversas e entrevistas nos levou a concluir se tratar de uma forma de levar a vida na medida das necessidades humanas. Conforme coloca uma das nossas interlocutoras: [...] aqui o conceito *rabidante*, como sabes, é virar com a vida de qualquer forma possível. (Trecho de entrevista com a senhora Dani, 01 de fevereiro, 2024).

A compreensão aqui estabelecida no que diz respeito a ideia *rabidancia*, não necessariamente se refere a ideia de vendedoras como se o sentido se esgotasse no comércio,

ou uma atividade comercial classificada como informal ou que se encaixa no conceito de “espontâneo” exclusivamente como aponta Grassi (2001). A palavra é utilizada para caracterizar um trabalhador/a que busca liberdade financeira, sobretudo as mulheres, que constroem um ciclo de importância no próprio sustento, de seus filhos ou da sua família, dependendo do arranjo familiar a que pertence.

Retornando ao pensamento de Silva (2015), a autora enfatiza que a ideia de *rabidancia* funciona como meio de emancipação financeira para as mulheres caboverdianas, e:

Como forma de dinamizar a atividade que desenvolvem, as rabidantes lançam mão de uma multiplicidade de estratégias de comercialização para garantir a venda dos produtos e obter lucratividade [...]. Em Cabo Verde, esse tipo de comércio é desenvolvido, majoritariamente, por mulheres e tem constituído uma via importante de emancipação econômica, ao proporcionar emprego e renda a uma parcela da população feminina. No entanto, essa possível independência financeira não tem conseguido reverter as desigualdades de gênero. Na realidade, o que tem ocorrido é uma sobreposição de atividades; as *rabidantes*, apesar de obterem um rendimento significativo, continuam presas às atividades domésticas e cuidado dos filhos. (SILVA, 2015, p.154)

**Figura 10:** Algumas *rabidantes*/peixeiras realizando trabalho de limpeza e tratamento dos pescados.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

O argumento da autora (op. cit.) foca nas desigualdades de gênero percebidas através da dificuldade de reverter a condição da submissão feminina, que apesar da emancipação financeira, algumas questões, como as atividades domésticas e familiares, se sobrepõem ao fator laboral-econômico. Desse modo, quando os interlocutores/as eram questionados sobre a participação da mulher nas finanças da casa, a resposta sempre se referia como as mulheres caboverdianas tem um “talento especial para fazer negócios”, além de gostar de ter o próprio dinheiro, tomando lugar central na casa e além do próprio trabalho. Nesse raciocínio, revelando o fator central de inserção na *rabidancia*, visto que “[...] as mulheres caboverdianas são trabalhadoras e não esperam pelos maridos e por vezes o marido que se acomoda na sombra da esposa” (Trecho da entrevista com a senhora Dani, 4 de fevereiro, 2024).

O que podemos perceber, portanto, é que a emancipação das vendedoras caboverdianas não deve ser analisada a partir da sua atividade laboral exclusivamente ou da independência financeira dessas mulheres, mas a partir do ciclo que envolve todos esses fatores. Com isso, tal questão, durante o trabalho de campo teve um olhar centrado. Observamos diária e atentamente o processo que levava a saída do Pontão de Santa Maria e ida das vendedoras para casa no final das vendas a fim de tomar nota desse aspecto do cotidiano dessas mulheres. Procurei traçar uma observar as relações de gênero e emancipação feminina, liberdade financeira e a dupla jornada de trabalho, a partir da percepção das próprias *rabidantes*. Conforme a senhora Dani, ex-peixeira, casada, mãe de três filhos/as, natural da ilha de Santiago e residente na cidade de Espargos há mais de 20 anos, assim, a compreensão sobre tal aspecto, é que, essas mulheres:

Se viram sozinhas sem ajuda de ninguém. Por vezes, apenas com a ajuda dos pais que já estão idosos, só para vigiar os filhos. Por vezes, também tem que ajudar na alimentação dos pais. É uma luta, por vezes, sobrevivência por assim dizer! (Entrevista com a senhora Dani, 9 de fevereiro de 2024).

Segundo outra vendedora, a senhora Rosy, casada e mãe de 4 filhos/as, é uma peixeira que trabalha no Pontão de Santa Maria, que nasceu na ilha de Santiago e foi tentar a vida na ilha do Sal onde mora há mais de 15 anos, pois o imaginário sobre o turismo no Sal é algo que atrai bastante caboverdianos/as em buscas de oportunidades laborais:

Nós peixeiras aqui do Sal somos mulheres fortes e bastante trabalhadoras, a vida aqui é vender peixe e lucrarmos sempre um dinheirinho. A vida difícil é, mas dá-se sempre um jeitinho. Tenho quatro filhos e todos estão a estudar, o mais velho irá estudar<sup>49</sup> em Praia e morar com minha irmã. Com algumas economias que faço cá, estou a terminar minha casa aos poucos, lá no Espargos. (Entrevista com a senhora Rosy, 18 de dezembro de 2023).

Em síntese, podemos perceber que a *rabidancia*, como é entendida pelas próprias mulheres caboverdianas, é uma forma de levar a vida, que não é dissociada especificamente da casa, da família, das relações conjugais e dentre outros aspectos, e sim uma extensão arraigada das problemáticas motivadoras para a existência de tal fenômeno. Por isso não podemos falar de dupla jornada de trabalho sem focar a ideia de um trabalho que se preserva submisso às necessidades imediatas dessas mulheres, e que não ultrapassa o ambiente comercial, mas, profundamente o internalizam e levam consigo cotidianamente.

#### 4.2. *Imergindo na ilha do Sal*

O primeiro contato e diálogo com interlocutores se iniciou durante o voo entre Lisboa e a ilha de Santiago, onde já era possível perceber o grande número de turistas europeus que tinham como destino a ilha do Sal. Era hora de começar os questionamentos! O primeiro

---

<sup>49</sup> Refere-se a Universidade de Cabo Verde (UniCV).

interlocutor, de nacionalidade portuguesa, começou um rápido diálogo de apresentação, quase automático, e indispensável, já que passaríamos aproximadamente quatro horas compartilhando um pequeno espaço no avião. A conversa foi rápida e nesse momento, já comecei a tomar notas e esboçar ideias gerais sobre os viajantes que procuram o arquipélago como destino e que poderiam ser percebidos durante o voo. O primeiro interlocutor tinha sessenta e sete anos, aposentado, do sexo masculino, viajava sozinho. Ao nosso lado, uma estudante caboverdiana da UNICV (Universidade de Cabo Verde). A estudante, nunca havia realizado o percurso Lisboa-Santiago, e fazia as viagens entre as ilhas do arquipélago em embarcações, devido ao menor custo-benefício em relação ao preço das passagens aéreas.

Após a aterrissagem na ilha de Santiago, era necessário pagar o visto (taxa aeroportuária). Dois guichês dividiram os passageiros do voo em basicamente duas filas, de “nacionais” (caboverdianos) e outras nacionalidades. O alto número de estrangeiros podia ser percebido em comparação com a entrada de caboverdianos chegando ao país naquele momento, e também a maioria de turistas nomeadamente europeus. A entrada ficava cada vez mais lenta.

A preferência por pagamento da taxa aeroportuária no cartão de crédito consistiu num pequeno contratempo imprevisto para alguns viajantes, que foi solucionado quando se ouvia, “mas eu não tenho cartão de crédito” e o pagamento era feito em dinheiro. Houve certa dificuldade no atendimento e em repassar troco devido ausência de cédulas e moedas nos guichês. Após o pagamento do visto, funcionários do aeroporto encaminharam os viajantes em conexão para o portão de embarque rumo a ilha do Sal.

O embarque foi feito quase imediatamente após os entraves acima citados. Além dos caboverdianos e europeus, especificamente portugueses, franceses, espanhóis, italianos e alemães, era notável também a presença de norte-americanos durante o embarque. Notei também que não havia uma movimentação notável de brasileiros nos voos ou nos aeroportos entre as ilhas de Santiago e Sal, fator que provavelmente relaciona-se a ausência de voos diretos entre ambos os países.

Quando me aproximei do assento 17E, o primeiro interlocutor que vou chamar aqui de Josef, estava exatamente ao meu lado na mesma posição dos assentos do voo Lisboa-Santiago realizado anteriormente. A reação de surpresa de Josef me fez perceber que havia abertura para diálogo e aproveitei para perguntar sobre o motivo da visita a ilha do Sal. Tratava-se de férias.

Como a ética da pesquisa antropológica exige, falei sobre a pesquisa em andamento e o interesse pelo turismo na ilha do Sal enquanto uma das minhas temáticas. As perguntas foram direcionadas de maneira a trazer à tona o interesse e o tipo de turismo que o interlocutor estava à procura, e se possível, detalhes sobre o imaginário turístico sobre o arquipélago para ser

colocado em análise posteriormente.

O interlocutor apressou-se em dizer que conhecia o funcionamento de algumas acomodações turísticas através de amigos (europeus) que gerenciam hotéis na ilha do Sal. Salientou que visitava a ilha pelo menos uma vez por ano para descansar. Ressaltou a hospitalidade dos caboverdianos/as, a beleza das praias e um encontro com uma experiência que só é encontrada em Sal. Expressava a vantagem de poder fazer viagens rápidas quando quisesse, devido a facilidade de acesso a ilha a partir de Portugal (país de onde Josef residia e era natural), proximidade e baixo custo. Apesar do contato rápido, o imaginário e o interesse que esse turista buscava se somava a uma série de “vantagens” que segundo ele, facilitavam o regresso e, portanto, uma frequência turística na ilha.

A busca por um destino turístico de sol, mar, lazer e tranquilidade são fatores que podem ser principais na decisão de ir à Ilha do Sal e que estabelecem os turistas europeus como os principais visitantes das ilhas de Cabo Verde. A paridade cambial entre o euro e o escudo caboverdiano tornaram os investimentos estrangeiros menos arriscados e conseqüentemente promoveu um aumento significativo. Além do baixo custo de turismo e viabilidade para os turistas europeus, bem como no espelhamento que é percebido nos tipos de estabelecimentos aos moldes ocidentais nomeadamente de estruturas europeias e norte-americanas. Assim, segundo a geógrafa Ana Monteiro (2008):

[...] o turismo é uma indústria, mas também é um conceito. Cada tipo de turismo arrasta consigo um cortejo de atitudes diverso tanto no relacionamento com a sociedade local como com o suporte biogeofísico onde acontece. No Sal (Cabo Verde) a opção tem sido pelo Turismo de Sol e Mar (MONTEIRO, 2008, p.1).

Desse modo, concordando com a síntese da autora (op. cit.), a qual descreve a ilha do Sal enquanto um destino turístico centrado na concepção turística de “sol e mar<sup>50</sup>”, mas, acrescentamos que também pode ser atribuído um sentido de turismo cultural, visto que a especulação em torno das tradições e cultura caboverdiana aponta para tais afirmativas.

Em continuidade, antes da decolagem uma senhora se aproximou em seguida do assento da janela (17F), compondo a fileira número 17 no voo de conexão entre Santiago e Sal. A senhora que chamarei aqui de Dani, citada anteriormente, que compôs o quadro de entrevistadas para esta pesquisa, se tornou fundamental durante o trabalho. Além de colaboradora, facilitadora e guia, durante e após a pesquisa de campo, até a escrita da versão final deste estudo, me oportunizou um vínculo de amizade que se iniciou desde o encontro no avião.

A conversa fluiu rápida e naturalmente após os cumprimentos, a senhora Dani estava na

---

<sup>50</sup> Ver: Agnew, M.D. and Palutikof, J.P. Impacts of climate on the demand for tourism. In Proceedings of the First International Workshop on Climate, Tourism and Recreation. A. Matzarakis and C. R. de Freitas (eds). International Society of Biometeorology, Commission on Climate Tourism and Recreation, Porto Carras, Halkidiki, Greece, December 2001, WP4, 1-10, 2001.

ilha de Santiago para visitar o pai e retornava para sua residência na ilha do Sal, mais especificamente na cidade de Espargos. Comerciante de gêneros alimentícios em estabelecimento próprio situado no centro da cidade de Espargos, conhecia bem o comércio feito pelas *rabidantes*, os diversos tipos, diferentes lugares que ocupavam em algumas das ilhas do arquipélago. Conhecia também a importância desse comércio principalmente para as vendedoras e suas famílias, tendo ela mesma comercializado peixes anteriormente em seu mercadinho, com algumas configurações similares às peixeiras do Pontão de Santa Maria. Desse modo, a interlocutora relata que já havia sido uma *rabidante* em outro momento de sua vida, quando ela pagou os impostos para receber bidões<sup>51</sup> importados dos Estados Unidos para revender as mercadorias que eram transportadas em navios. Essas informações a respeito da *rabidancia* corroboraram com a ideia de alargar o entendimento a respeito dessa atividade comercial e demonstrar suas diversas características, contextos e sujeitos.

A interlocutora em questão nos concedeu a primeira entrevista a partir do estabelecimento das questões que foram explicitadas em conversa informal ainda durante o voo. Direcionei principalmente as perguntas sobre a inserção na *rabidancia* de pescados e gêneros alimentícios, devido a sua própria inserção como *rabidante* em diferentes momentos de sua vida, com diferentes produtos e configurações comerciais. Instiguei o diálogo para que me mostrasse alguma relação entre os diferentes tipos de *rabidancia* que não tivessem sido percebidos até então, para posteriormente relacionar com as peixeiras do Pontão de Santa Maria. Inesperadamente, após aproximadamente duas horas de conversa sobre as *rabidantes*, a interlocutora mencionou que as *rabidantes* do Pontão eram todas santiaguenses, justificando que as pessoas oriundas da ilha de Santiago, sugeriu ela, gostam de negociar, teriam um “talento natural” para vendas e, segundo ela, procuram a ilha do Sal para fazer negócios, por conta dos turistas que visitam a ilha do Sal.

Após o desembarque na ilha do Sal, no Aeroporto Amílcar Cabral, os números telefônicos foram trocados com os interlocutores/as que conheci durante os voos de forma a estabelecer contato posteriormente, juntamente com outros contatos telefônicos que ambos me repassaram, referente a de um gerente de hotel no Sal e uma peixeira do Pontão de Santa Maria.

O percurso transatlântico possibilitou esses contatos chave. Apesar da viagem com escala ter sido um contratempo em relação ao acesso direto entre Fortaleza e a ilha do Sal, esses contatos talvez não seriam feitos de outra maneira.

A chegada na Ilha do Sal aconteceu no fim da noite. O Aeroporto Amílcar Cabral estava vazio, apesar dos passageiros do voo que acabara de chegar, facilmente encontrei a saída e me

---

<sup>51</sup> Segundo, Lobo e Venâncio (2017), a nomenclatura diz respeito a tambores que costumam ser enviados cheios de presentes e produtos para revenda em Cabo verde.

direcionei para alguns taxis de cor azul e amarelo que estavam estacionados próximos ao portão de saída. A movimentação de taxistas era intensa, eles pegavam a localização da hospedagem e calculavam rapidamente o valor da viagem dos turistas, as negociações eram feitas quando o destino era a Cidade de Santa Maria, e o preço estava estabelecido em vinte euros.

Rapidamente fui abordada por um taxista, que viu a localização no aparelho celular e disse que não sabia a localização exata da hospedagem e se afastava em seguida para abordar outra pessoa que estivesse saindo do aeroporto naquele momento. Esse processo se repetiu três vezes antes de eu perceber que havia algo errado, já que a hospedagem estava localizada a apenas três quilômetros de distância do aeroporto.

O horário avançado e por não conhecer outro meio de chegar a hospedagem foram motivos de preocupação. Com as malas sobre o colo, encarava a tela do celular tentando entender o porquê da negativa dos taxistas pela localização da hospedagem em Espargos.

Alguns minutos depois, um dos taxistas olhou novamente para a localização da hospedagem, fez contato telefônico com o meu anfitrião em Espargos e acertamos o valor de oito euros na viagem de táxi. Em seguida, uma confusão se iniciou, e os gritos entre outro taxista e o outro que eu negocieei para a viagem para Espargos afastavam as pessoas ao redor, se repetiam algumas frases alternadas em crioulo caboverdiano como “se você não vai levar o passageiro eu vou levar”, quando o volume da discussão entre eles foi diminuindo, as malas foram colocadas lentamente no porta malas, mesmo sem entender o que exatamente estava acontecendo entrei no carro quando o motorista acelerou ferozmente e aumentou o volume do som, me impossibilitando de perguntar o que havia acontecido para ter gerado tal confusão.

O motorista então desacelerou, baixou o volume do som, e começou a explicar a situação ocorrida no estacionamento do aeroporto. O referido motorista tinha saído da ordem estabelecida pelos demais motoristas que tinham dispensado minha viagem até a hospedagem em Espargos (a hospedagem estava situada no chamado Bairro Electra). Ele explicou que o desentendimento foi ocasionado pela ordem das viagens que não foi respeitada pelo meu motorista, que entendeu ser aquela uma situação diferente, ou seja, uma exceção à ordem das viagens estabelecidas. Por isso ele aceitou mal a negativa dos colegas taxistas, visto que, as viagens para Santa Maria são as mais lucrativas pelo fluxo turístico e mais valorizadas. Ele percebeu que ninguém queria fazer a minha viagem e resolveu aceitar ou eu ficaria lá até não ter ninguém para ir a Santa Maria.

A viagem até a hospedagem foi rápida, cheguei por volta das vinte e três horas e em poucos minutos estava na hospedagem, em uma casa que reconheci logo ao avistar e lembrar das fotos da hospedagem reservada pelo *website* booking.com (por onde foi feita a reserva).

Minha anfitriã esperava no andar de cima e logo desceu para me receber, não haviam pessoas na rua, só se ouvia latidos de cães ao longe, e alguns ruídos em casas próximas iluminadas com uma luz amarela da iluminação pública dos postes.

A anfitriã da hospedagem é uma senhora caboverdiana que mora no andar de cima da hospedagem, além de outros quartos divididos entre seus filhos adultos e suas famílias. O quarto alugado fazia parte do andar térreo da sua casa. Ela me recebeu muito bem, ofereceu água e um iogurte produzido na própria ilha, devido ao horário avançado e a impossibilidade de encontrar qualquer comida para vender naquele horário da chegada. Depois das boas-vindas e tratar sobre o pagamento, uma conversa rápida se iniciou sobre minha visita a ilha do Sal, falei sobre a pesquisa e perguntei se ela frequentava a cidade de Santa Maria, a fim de tentar conseguir outra entrevista, a resposta foi que “raramente vou a Santa Maria, apenas quando família se reúne e quer um convívio e para divertir um pouco” (Trecho de entrevista com a senhora Filó, 8 de dezembro de 2023).

A grande movimentação de turistas e o custo elevado dos estabelecimentos, ela explicou que as pessoas que gostam de tranquilidade não procuram Santa Maria geralmente, a não ser que o intuito é diversão e agitação. Segundo nossa interlocutora, seus momentos de lazer em família e tomar banho de mar aconteciam frequentemente na comunidade de Palmeira, apesar de procurar a cidade de Santa Maria para fazer algumas compras. Falou que sempre compra peixes no Pontão de Santa Maria. Quando mencionei que o motivo era acadêmico ela disse que seus filhos foram para Portugal e China terminar os estudos e quando terminaram seus cursos de graduação não conseguiram trabalho de imediato, passando por longos períodos sem nenhum rendimento ou alternativas de emprego, o que os fazia pensar sobre a emigração para outros países para conseguir um trabalho e outras oportunidades de vida. A questão da emigração se repetiu ao tratar sobre os filhos da interlocutora, da mesma forma quando a senhora Dani mencionou a saída dos filhos para trabalhar nos Estados Unidos, porque no arquipélago “não há trabalho o suficiente”. Antes de dormir, algumas últimas anotações no diário de campo: os dados já eram surpreendentemente extensos, apesar do pouco tempo que eu havia chegado em Cabo Verde.

A questão migratória é algo bastante presente na história e formação da sociedade caboverdiana, fator que está arraigado na construção de sua própria identidade nacional, bem como antecede a ideia de nação independente, já que o arquipélago se configura ainda em seus primórdios históricos enquanto país da imigração devido, primeiro, ao fator colonial e escravocrata, e, posteriormente, adquire caráter de emigração pelas circunstâncias de crises naturais cíclicas que assolaram as ilhas. Além disso, junta-se outros fatores incluindo a má



gestão dos escassos recursos existentes no arquipélago (MONIZ, 2019).

Nesse raciocínio, nas palavras em forma de música da cantora Cesária Évora, podemos ver alguns aspectos através de sua arte sobre a sociedade caboverdiana:

Pobre de nós imigrantes  
Longe do nosso povo  
Da nossa terra distante  
Está chorando por ter perdido você  
Está chorando por ter perdido você

Terra da nossa saudade  
Cabo Verde, sol brilhante  
Lembrança da nossa mocidade  
De uma vida triste, mas contente  
De uma vida triste, mas contente  
(Trechos da música Emigranti, Cesária Évora, 1990)

No dia seguinte a minha chegada em Espargos, ao amanhecer percebi outro cenário que durante a noite passada não era tão nítido, ou seja, as belas paisagens e o próprio espaço urbano, as especificidades das ruas e a simpatia das pessoas. Muitas crianças nas ruas brincando, pessoas indo para o trabalho, comércio funcionando a todo vapor e as nuances que, ao meu ver, deveria ser algo de um cotidiano normal em Espargos. Resolvi andar um pouco pela cidade até a hora de fazer o *checkout* na hospedagem. Entrei em um supermercado que era uma franquia comercial portuguesa, comprei algumas coisas para levar para a minha estadia em Santa Maria, pois achei que deveria ser bem mais barato e prevendo que a natureza extremamente voltada para o turismo na cidade influenciaria no aumento exponencial dos preços, inclusive dos alimentos, questão que se confirmou.

**Figura 11:** Entornos da hospedagem em Espargos, Bairro Electra.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Após o passeio por parte da cidade e a compra de alguns itens básicos, fui preparar meu café da manhã na hospedagem para posteriormente arrumar as malas e tentar achar algum transporte coletivo até a cidade de Santa Maria, pois, no dia anterior, a senhora Filó mencionou sobre vans que faziam o trajeto Espargos-Santa Maria e vice-versa, passando pela comunidade de Murdeira, e que o valor das passagens era bem mais acessível que as corridas de taxi que custavam vinte euros.

Após fazer o *checkout* na hospedagem, me despedi da senhora Filó e sua família, depois de alguns minutos de conversa e algumas recomendações sobre o transporte público, segui procurando as vans, de vez em quando pedia informações a alguém que estava na rua para confirmar que estava no caminho certo, e depois de quinze minutos de caminhada sob o sol de Cabo Verde, vi de longe algumas vans paradas, próximas umas das outras e uma delas estava com a porta aberta e quem chegava para fazer o percurso pegava um lugar e esperava até que os assentos estivessem todos ocupados, para seguir viagem, o motorista convidava os passageiros para entrar na van e esclarecia dúvidas sobre o preço, percurso, paradas, o que me lembrou os transportes coletivos de Redenção no Ceará, minha cidade natal.

Depois de falar com o motorista sobre minha parada na cidade de Santa Maria, acertamos o preço, que estava estabelecido em um euro e cinquenta centavos (cerca de 150 escudos caboverdianos). Arrumei as malas bem abaixo do meu assento e não demorou muito até a van estar completamente lotada, e seguimos viagem. Durante o percurso, que durou em torno de vinte e cinco minutos, me concentrei na paisagem através da janela da van, e pude admirar o tom das montanhas acinzentadas de rochas vulcânicas, o aspecto desértico e o mar no horizonte, o relógio marcava quinze e trinta, músicas brasileiras tocavam na rádio da van, todos estavam em silêncio, pareciam aproveitar o momento tranquilamente.

**Figura 12:** Paisagem entre o trajeto Espargos-Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Quando cheguei a Santa Maria no final da tarde de 8 de dezembro de 2023, a anfitriã da hospedagem já me esperava, uma senhora de nacionalidade estadunidense e sua filha caboverdiana, que, para a minha surpresa, nenhuma das duas falavam português, o que atrasou a conversação e realização do pagamento. Depois de alguns minutos, o problema foi facilmente resolvido com aplicativos de tradução. Assim que consegui resolver as pendências e me situar com as questões da hospedagem e me informar sobre alguns locais para comprar alimentação, então no dia seguinte fui até o Pontão de Santa Maria.

Era um sábado e já estava próximo do pôr do sol, não haviam *rabidantes*, apenas alguns homens vendendo pouca quantidade de peixes, dentre esses, dois que estavam em pé, tratavam e cortavam os pescados, especificamente atum. Debruçados sobre uma pequena mesa de madeira que utilizavam para expor os peixes, possuíam apenas uma faca e um balde com água que pegavam diretamente do mar para lavar os pescados. Depois de observar por alguns minutos decidi me aproximar, e utilizando a mesma estratégia que utilizei em dias posteriores com as *rabidantes* de pescados, iniciei a conversa demonstrando interesse em comprar os peixes que estavam à venda, e só posteriormente fiz perguntas sobre sua atividade laboral para tentar compreender por que aqueles homens estavam vendendo no Pontão e por que não haviam *rabidantes* ou peixeiras como eu previa<sup>52</sup> que ali estivessem. Eram dois homens, dentre os quais um pescador e o outro mestre de rede, ambos foram para o mar no período vespertino e trouxeram pouca quantidade de pescados. Os referidos homens trabalham em embarcações pequenas que não possuem GPS e tem pouca tripulação. Por vezes os barcos são alugados e eles ficam com todo o lucro da venda dos peixes, outras vezes o dono do barco fica com uma porcentagem, porém, a pesca feita nessas pequenas embarcações é uma atividade secundária, pois, segundo os próprios pescadores o que realmente dá lucro (em contraste com a pesca artesanal) são os passeios turísticos que utilizam como meio de transporte as mesmas embarcações. Assim, estabelecem o valor dos passeios com alta taxa de lucro, além de receber gorjetas a depender do tratamento especial que dão aos turistas, sem contar que o pagamento dos passeios é feito em euro ou dólar, fator que aumenta relativamente o lucro, se comparado ao escudo caboverdiano.

Em continuidade, estavam vendendo atum por cinco euros o quilo, que começou a ser cortado no momento em que eu decidi comprar o peixe. Na hora do pagamento, conforme o combinado antecipado paguei cinco euros que estavam acordados entre a minha parte e os dois homens, que nesse momento cobraram mais trezentos escudos pelo corte e tratamento do atum, ou seja, segundo eles “o seu trabalho”, alterando o preço estabelecido a poucos minutos atrás,

---

<sup>52</sup> Tal questão não me veio à mente nesse momento de reflexão, pois era um sábado a tarde, e o comércio já estava fraco, e nos dias de domingo raramente há peixeiras no Pontão, pois as mesmas se dedicam as coisas de casa.

no entanto, indaguei: o preço de cinco euros já não estava incluído “o seu trabalho”? Então o mestre de rede respondeu, “não”! Assim, resolvi realizar o pagamento de mais 200 escudos, e disse que era isso que eu tinha disponível no momento, com isso, a compra do peixe foi efetivada e retornei para a minha hospedagem, no entanto, nos dias seguintes resolvi comprar peixe apenas com as peixeiras, as quais, em nenhum momento me cobraram taxa pelo tratamento e corte dos pescados.

**Figura 13:** Pescador e mestre de rede tratando peixe no Pontão de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

A partir do ocorrido no primeiro dia de observações no Pontão, refleti sobre a questão de gênero na venda dos peixes e a diferenciação explícita da forma de fazer comércio dos homens em relação as mulheres peixeiras, e a questão como alguns tipos de comércio na ilha do Sal agrega uma forma de rentabilidade a partir do fator de abordagem aos turistas e a ideia de que esses possuem muito dinheiro. Assim, tentam tirar vantagem a partir do imaginário do turista europeu rico. Foi então que percebi que o fator feminino nas vendas de peixe é algo que perpassa o próprio manejar das mercadorias, enfatizando a forma de tratar devidamente os clientes, bem como condição para a existência da própria *rabidancia*.

Tal aspecto acima mencionado, corrobora com o fato de que as peixeiras não precisam necessariamente do fator turístico para realizarem suas vendas cotidianas, bem como ter algum ganho ou aumento efetivo na renda, pois, para além do peixe ser algo já comercializado bem antes do turismo ser implementado na ilha enquanto motor econômico, elas não diferenciam os clientes na hora das vendas, seja um visitante, turista ou morador da ilha.



### 4.3. O comércio de pescados e as peixeiras do Pontão de Santa Maria

No dia seguinte à minha chegada em Santa Maria, especificamente em um domingo, ao acordar, tomei café da manhã bem rápido, pois não queria perder o horário de chegada das vendedoras, queria acompanhar a organização das barracas de vendas, como transportavam os peixes, como e de onde traziam todo o material que montavam para começar as vendas do dia.

Cheguei cedo ao Pontão. Para minha surpresa não havia *rabidantes* de pescados naquele horário, apenas os mestres de redes, pescadores, vendedores de souvenirs, artesãos, vendedores de passeios/*tours*, bem como, vendedoras que trabalhavam com serviços de massagem, tranças, manicure e turistas de diversos países europeus e alguns norte-americanos. Descobri que as vendedoras só começam a chegar no Pontão a partir das 11:00 horas da manhã, horário que começam a preparar a estrutura para as vendas e o movimento de turistas inicia. Antes disso, essas mulheres se dedicam aos trabalhos domésticos e dos cuidados com a família, principalmente dos filhos pequenos que necessitam de maior atenção com questões relativas a escola e creche.

**Figura 14:** Movimentação matutina no Pontão de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

No percurso a pé entre a minha hospedagem e o Pontão, especificamente na Avenida do Pedonal (que faz parte de um dos caminhos que levam ao Pontão), se concentram grande número de vendedores/as<sup>53</sup> de souvenirs e serviços, situados/as nos dois lados em todo o comprimento da avenida. Na medida em que passavam os turistas, os vendedores ofereciam os seus produtos, a maioria homens, nesse caso em específico, se percebessem algum tipo de interesse por parte dos visitantes, se aproximavam, abordavam e começavam a tentar uma

---

<sup>53</sup> A maioria desses vendedores/as oriundos de outros países africanos, como Senegal e Guiné-Bissau.

conversa, muitas vezes sobre o país de origem do visitante. Quando percebiam que a pessoa era oriunda do Brasil, falavam logo sobre jogadores de futebol, músicos famosos e carnaval.

A partir disso, oferecem presentes e mesmo que o visitante recuse, geralmente o vendedor coloca uma pulseira no braço dos turistas. Alguns desses recusavam, no entanto os vendedores eram insistentes, e ao colocarem as pulseiras nos pulsos dos turistas pedem dinheiro em troca, ou, caso o turista insista em não querer a pulseira, o vendedor afirma para realizar o pagamento em outra oportunidade<sup>54</sup>, em tentativa de cobrar posteriormente o valor que quiser pela pulseira que foi dada sem compromisso. Em alguns casos tal atitude é para chamar atenção para outros produtos que está a venda nas suas bancas ou lojas, como quadros, esculturas e outros artesanatos diversos. Essa situação aconteceu comigo em praticamente todos os dias em que estive na cidade de Santa Maria, não só nas avenidas próximas aos restaurantes e hotéis, mas, com menor frequência próximo a minha hospedagem onde o trânsito de turistas não era muito grande, uma vez que ficava perto das residências dos moradores da ilha, portanto, fora da parte turística de Santa Maria.

A maioria dos vendedores/as falavam inglês, francês, italiano e as vezes português<sup>55</sup>, além do crioulo caboverdiano, mas predominava o inglês nas ruas com maior movimentação de turistas. Posteriormente, foi esclarecido por algumas de minhas interlocutoras que, a língua falada predominantemente na ilha tinha relação com o número de turistas visitantes. Houveram períodos que se ouvia mais italiano, francês, além do português e do crioulo caboverdiano, situação que mudou durante os anos. Entende-se a partir disso, a existência de uma forma de adaptação linguística enquanto estratégia discursiva comercial por parte dos vendedores/as de rua e ambulantes, tendo como ponto de adaptação, o fluxo turístico de países específicos.

O cotidiano das peixeiras foi analisado durante duas semanas ininterruptas, desde a compra dos peixes, fim das vendas, organização e a saída do Pontão para suas respectivas residências, ou seja, o final e expediente laboral. Com isso também surgiram outras questões que reforçam a existência da dupla jornada de trabalho dessas mulheres vendedoras, a exemplo, os dois momentos do cotidiano, interligando a casa e o ambiente de trabalho.

Diariamente, o trabalho começa com as negociações feitas com os pescadores ou donos das embarcações de acordo com a frequência de pescas durante a semana ou a disponibilidade de mercadoria armazenada pelas peixeiras, caso tenha sobrado peixe do dia anterior. Nesse caso, os peixes são armazenados em grandes caixas térmicas, já que esses mesmos pescadores

---

<sup>54</sup> Geralmente isso ocorre quando o produto são pequenas pulseiras produzidas a partir de matéria prima artificial ou conchas do mar. Outra questão é que alguns vendedores não falam a língua portuguesa.

<sup>55</sup> Geralmente quando eram vendedores e vendedoras que não eram oriundas de países lusófonos, então havia dificuldade de se comunicarem através da língua portuguesa.

podem já ter fechado negócio com outra peixeira e todo o peixe possa já estar vendido. Assim, é necessário fazer novas movimentações, ligações, mensagens no WhatsApp com outros pescadores, principalmente os da comunidade de Palmeira, devido a maior quantidade de peixes naquela localidade. Esgotadas as possibilidades de negociação, a compra é feita a partir de pescadores com embarcações menores, mais parecidas com as caracterizadas como pesca artesanal, que em Cabo Verde são as embarcações que também fazem serviços de passeios turísticos para pesca individual e pequenas viagens com grupos de turistas na orla da ilha.

**Figura 15:** Barco de pesca artesanal próximo ao Pontão de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

A organização e horário das vendas segue a lógica da chegada dos barcos ao porto da comunidade de Palmeira, ou os pequenos barcos de pesca artesanal que chegam direto no Pontão, por volta das onze horas da manhã, visto que os pescadores saem pela madrugada e retornam por volta do meio dia. Depois de todo o período matutino de pesca, alguns pescadores deixam os peixes previamente negociados com as peixeiras, que são pesados e só então o preço é estabelecido, se houver poucos barcos e escassez de peixes, o valor dos pescados varia.

Nesse sentido, entendemos que o comércio envolvendo a *rabidancia* de pescados dentro e fora do Pontão e em outros contextos do arquipélago, se inicia no próprio mar, ou seja, a venda em terra pode ser considerada uma parte do todo ou outra etapa do processo de *rabidar*, pois não há como haver venda de peixes pelas peixeiras sem a distribuição realizada pelos pescadores. Assim, conforme aponta Silva (2021):

A organização artesanal pesqueira em Cabo Verde produziu e continua a produzir espaços nos quais as hierarquias sociais estão sendo definidas mais pelo que ocorre no mar entre os próprios pescadores do que pelas estruturas de poder que costumam definir a organização do trabalho em terra ou mesmo do trabalho organizado nas embarcações da pesca industrial. (SILVA, 2021, p.567)

Conforme o enunciado acima, podemos inferir que a própria *rabidancia* de pescados e a atividade laboral pesqueira essencialmente masculina, ou seja a própria pesca no contexto em questão, são importantes uma para a outra, no sentido de existência de interdependência e complementariedade de processos laborais, que por vezes, acontece em forma de cooperação, visto que os pescadores vendem a prazo para as peixeiras, de modo a facilitar o comércio pesqueiro como um todo. Além disso, em momentos de dificuldades financeiras, algumas mulheres buscam na venda de pescados um meio provisório para ganhar o sustento que é também negociado com os pescadores de forma que se configura essencialmente cooperativa.

**Figura 16:** Barcos de pesca artesanal na cidade de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Segundo o relato de uma das nossas interlocutoras, fica mais visível esse tipo de estrutura e funcionamento do comércio pesqueiro no Pontão. O pescado é além de alimento, a forma que algumas mulheres encontram para sair de situações difíceis financeiramente, podendo continuar a venda após se recuperarem de situações árduas ou podem buscar outras opções laborais quando há outras oportunidades de rendimentos. Nesse caso, entende-se enquanto comércio por revenda, e a compra é realizada em configurações similares as vendas das peixeiras do Pontão, diferindo-se apenas no local das vendas, que é geralmente a própria casa (podemos pensar no caso da senhora Dani, ex-peixeira e que montou seu próprio negócio) ou estabelecimento a parte.

Em alguns casos de outras *rabidantes* da ilha do Sal, principalmente as vendedoras ambulantes de lanches e verduras, as vendas são realizadas pelas ruas de Espargos e Santa Maria, onde essas mulheres andam com caixas térmicas e depósitos de plástico para armazenar os produtos, mas no caso das peixeiras, ressaltando, essas ficam apenas em locais fixos, fator que se difere de outros contextos caboverdianos e africanos, onde a venda de peixe é feita de



forma ambulante. Acerca da quantidade de pescados vendidos pelas peixeiras, que podem chegar a toneladas, segundo a senhora Eliza, casada, natural da ilha de Santiago, residente na cidade de Espargos há 17 anos, mãe de 4 filhos/as e comercializa peixe diariamente no Pontão:

As vezes se não há uma quantidade grande, o dono da embarcação vende, se é uma quantidade grande ele repassa para as vendedoras, se for pouca, ele vende ele mesmo. Quando é pouca quantidade, exemplo, tu tens apenas duzentos quilos, ele pode vender e ganhar o grosso, mas se é muita quantidade tu vais baixar o preço para as vendedoras poderem vender. (Entrevista com a senhora Eliza, 15 de dezembro de 2024).

Desde as negociações previstas no início do dia, o estabelecimento de contatos com pescadores, que são quase sempre os mesmos contactados pelas peixeiras durante os meses onde a pesca não é impossibilitada pelo fator climático pela bruma seca. Quando os pescados são abundantes, há negociações que ficam preestabelecidas entre pescadores e peixeiras, sendo diluídas e reorganizadas apenas nos meses onde o pescado fica escasso e as vendas mais difíceis, geralmente entre dezembro e janeiro. Dessa forma ainda segundo a interlocutora:

Os que estão no chão, os compradores, falam de dentro para fora, para ter o peixe que quiserem, falam com a embarcação que está no mar: “deixa para mim todo o peixe que trazerem”. Mesmo que eles não estejam, tem a conexão com o outro que tá no mar, são por exemplo, dez que tão no terreno, na terra, dez que estão a comprar dos botes, mas um já tem o contato de outro que tá no barco. Quem reserva primeiro já tem, tem a certeza que vai ter, mesmo sem saber, quando trouxer tens que tomar todo o peixe, bom ou mal, tudo vende, cada um tem o seu preço, mas tudo vende. (Entrevista com a senhora Eliza, 15 de dezembro de 2024).

**Figura 17 e 18:** Chegada dos peixes no Pontão.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

A partir destes relatos, percebemos a diversidade de configurações e modos de *rabidancia* existente na ilha, sobretudo a diversidade dentro do próprio mercado pesqueiro. No caso das peixeiras do Pontão, a maioria são vinculadas a estrutura e funcionamento das pescas, que no caso em específico possui características artesanais. No entanto, também há produção industrializada, principalmente quando nos referimos a produção de enlatados e a pesca com barcos estrangeiros que realizam a pesca autorizada de grande porte no arquipélago. Segundo nossas interlocutoras, a distribuição da produção de pescados na ilha do Sal também sustenta uma parte do mercado consumidor do arquipélago como um todo, ou seja:

Uma parte vai as vezes para outras ilhas, e agora que estão muitos estrangeiros, muito turista, os hotéis também tomam peixe, mas as vezes tem pessoas que vão levar para eles, a embarcação que leva direto a hotéis. Eles deixam uma parte no Sal e a outra parte por exemplo vai para a ilha de Santiago, não chega a ficar aqui, compram aqui e levam para a ilha de Santiago, as vezes parece que não dá muito, mas tem muito, só que não fica tudo aqui. Aqui também tem a pesca industrial, restaurante também tomam. (Entrevista com a senhora Dani, 15 de dezembro de 2024).

Desse modo, a venda e distribuição para os grandes estabelecimentos turísticos (*resorts*, hotéis, pousadas, e alguns grandes restaurantes) que tem a demanda pelos pescados, se estabelece em relação a quantidade de mercadoria, distribuição e logística pesqueira. Nos grandes hotéis, as embarcações levam diretamente o produto, não repassando os pescados pelas peixeiras do Pontão. Mesmo assim, as peixeiras detêm quantidades de peixes considerada alta para os moradores da ilha. Em alguns grupos de peixeiras se estabelece em toneladas diárias, reforçando tal o que dizíamos anteriormente sobre a quantidade de mercadoria manuseada e distribuída por essas mulheres, bem como a importância<sup>56</sup> dessas na sociedade e economia caboverdianda.

#### 4.4. Estrutura e funcionamento do comércio no Pontão de Santa Maria

Conforme as observações em campo, podemos verificar que no Pontão de Santa Maria, as peixeiras se dividem basicamente em três grupos distintos de vendedoras, que se distribuem e se diferem pela quantidade de pescados, localização onde montam suas barracas (no espaço da ponte), número de instrumentos de trabalho (balanças e caixas térmicas) para o armazenamento dos pescados, bem como o visível número<sup>57</sup> de mulheres e homens agrupados em uma mesma rede de vendas, além da presença de pelo menos uma peixeira que é a principal

---

<sup>56</sup> Ver: Entrevista sobre a oficialização do dia específico nacional da Peixeiras em Cabo Verde. <https://www.instagram.com/p/C7EZZM7iqB1/>

<sup>57</sup> Nesse aspecto, podemos dizer que não há relação direta com o número de utensílios ou a maior estrutura comercial desses grupos, pelo contrário, podemos perceber que, o grupo que possui menor estrutura e menos equipamentos, era o que tinha mais pessoas envolvidas e circulando.

investidora dos pescados e de todo o material das vendas do grupo, ou seja, a peixeira-chefe.

Sendo assim, a cadeia de cada grupo de vendedores são: a peixeira (geralmente a mulher mais velha do grupo e responsável pela questão financeira e estrutural), os seus fornecedores (pescadores) que entregam o pescado que vem direto da embarcação, o entregador dos pescados que são armazenados e congelados que não foram vendidos no dia anterior (pode ser um membro da família, geralmente homem), as ajudantes (são mulheres jovens, que podem ou não ser da família da peixeira-chefe do grupo. O trabalho destas jovens pode ter um caráter de aprendiz, nesse caso a ajudante pode se tornar uma peixeira-chefe no futuro tomando o lugar da anterior que a inseriu no comércio de peixes e na vida da *rabidancia*. Assim, essas mulheres executam os mandados da peixeira-chefe e seguem instruções detalhadas sobre as vendas. Os ajudantes temporários (são aqueles que ajudam na montagem e desmontagem da barraca no início e fim das vendas), e não permanecem no Pontão. Finalmente, há os membros esporádicos, que são as crianças (geralmente os filhos/as das peixeiras) e outros membros da família ou amigos, que tomam um lugar sentado próximo a *rabidante* e também ajuda no corte, limpeza e tratamento dos peixes quando há necessidade.

**Figura 19:** Grupos de peixeiras no Pontão de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

A peixeira-chefe se organiza no centro de cada grupo de vendedoras, é ela que seleciona os outros membros do seu grupo que são maioritariamente membros da família, mas não só, outros laços afetivos com pessoas que não estão associadas diretamente a pesca ou a venda de peixes, geralmente vizinhos podem fazer parte do grupo de vendas selecionado pela *rabidante*. Essa seleção dos membros tem graus distintos de escolha da peixeira.

Se tratando dos pescadores-fornecedores, a peixeira-chefe possui seus contatos mais



frequentes, porém, a falta de peixes pode diluir esses contatos pré-estabelecidos e reunir novamente outro menos preferíveis pela *rabidante*, ou até iniciar novas relações, já que o ramo da pesca artesanal em Cabo Verde está em constante crescimento. Segundo os próprios pescadores da ilha, nesse caso, a falta do pescado é o fator que mantém as relações de sociabilidade estabelecidas entre as peixeiras e os próprios pescadores. Um fator importante, é que em alguns casos, os pescadores-fornecedores são conjugues das peixeiras.

As ajudantes das peixeiras, na maioria das vezes não são ligadas por consanguinidade, mas acabam se inserindo na *rabidancia* de pescados através das mulheres mais velhas, ou seja, as peixeiras-chefes que querem ajudar uma outra mulher que se encontra com dificuldades financeiras, além do laço de afetividade entre elas e suas famílias. Uma dessas aprendizes de peixeira, a senhora Marisia, solteira, 26 anos, mãe de dois filhos/as, residente na cidade de Espargos há 7 anos, relata que:

Mulher caboverdiana não espera, se vira como podes. Um grande sacrifício todos os dias. Hoje estou cá a aprender e ajudar minhas tias. Também trago pra vender entre as colegas. Deixo meus filhos com minha mãe. Coze-se em casa, e trago pastel de milho, atum e cuzcuz. Alimenta bem. Caboverdiano gosta. (Entrevista com a senhora Marisia, 17 de dezembro de 2024).

Com relação aos entregadores dos peixes armazenados em terra, são familiares ou amigos das peixeiras-chefes, eles dirigem o carro que transporta os pescados em caixas térmicas com gelo até o começo do Pontão e então os coloca em carrinhos de mão e completam o percurso até as vendedoras. Possuem seus acordos de vendas já pré-estabelecidos, para serem distribuídos em bacias com água, sendo cada tipo de peixe separados em uma bacia.

**Figura 20:** Transporte e entrega dos peixes armazenados em terra.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Os ajudantes temporários não são totalmente definidos, na maioria das vezes, os membros do grupo que chegam com as peixeiras ajudam a montar as barracas e a reunir todo o material necessário para começar as vendas do dia. Se não houverem ajudantes pré-definidos, outros homens ou pescadores conhecidos, ou outro morador da ilha que estiver naquele momento no Pontão ajuda na montagem.

Todos os membros do grupo, ajudantes temporários ou não, executam mandados das peixeiras mais velhas, que pode ser a limpeza do lugar onde a barraca é montada, limpeza da mesa onde as peixeiras limpam os peixes, limpeza da lona que fica abaixo da mesa, limpeza das bacias, limpeza dos baldes que armazenam água, limpeza do carrinho de mão que transporta os pescados se houverem sobras de mercadoria do dia anterior, ou para levar os peixes para os locais de armazenamento.

No caso dos familiares e crianças, também incluem mandados relacionados a casa e a família e com alguém pertencente ou não ao grupo de vendas. Quando outros chegam para tratar de assuntos diversos com a peixeira-chefe, dependendo do grau de intimidade, podem fazer parte do cenário organizado pela peixeira nos núcleos de venda, tratam o peixe, conversam, fazem refeições, ao mesmo tempo que as vendas dos peixes não param e fluem independentemente do que esteja ocorrendo em torno e no interior de cada grupo.

A participação da família também não é totalmente fechada, as necessidades diárias das peixeiras influenciam no cotidiano das vendas, sendo adicionado ou retirado algum membro para outras atividades determinadas conforme necessidade, por exemplo, se os filhos/as em idade escolar, não tem aula nos dias de vendas (segunda a sábado), ele/a pode fazer parte do grupo da *rabidante*, tomando um lugar ao redor da peixeira e executando alguma tarefa relacionada ao pescado.

**Figura 21:** Grupo de peixeiras do Pontão.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Geralmente, as crianças têm atribuições mais tênues no grupo, ou seja, apesar de ajudar igualmente no tratamento dos peixes, podem sair para brincar ou tomar banho de mar com outros coleguinhas que também se encontram no Pontão, comem seus lanches e de vez em quando sentam ao lado da mãe, que geralmente é uma das peixeiras. Entre uma brincadeira e outra vão se constituindo algumas especificidades da importância da criança na estrutura e funcionamento do comércio de peixes no Pontão.

Desse modo, as relações de venda fora do Pontão de Santa Maria também possuem sua estrutura e funcionamento, questão que surge em meio ao entremeado da *rabidancia* de pescados, que depende do comércio realizado no Pontão para se manter pulsante. Ou seja, a peixeira pode ter pontos de venda também nos mercados municipais que são organizados por membros da família da rabidante-chefe. Nesse caso, os principais mercados públicos da ilha do Sal estão localizados nas cidades de Espargos e Santa Maria, é importante ressaltar que a venda de peixes no Pontão é central em relação a venda feita nos mercados públicos, as vezes pode faltar peixes nos mercados, mas a venda continua a todo vapor no Pontão. Ou seja, o Pontão de Santa Maria é onde as vendas de peixes estão concentradas e se ramifica em menor intensidade nos mercados públicos. Tal fator se deve a visibilidade e tradição comercial e do aspecto turístico em torno do Pontão. Segundo uma das peixeiras, a senhora Elisa, 45 anos, casada, mãe de três filhos/as, santiaguense, e residente na ilha do Sal há 19 anos (mora atualmente em Espargos), assim, relata a vendedora, que:

As vezes tem uma que é a dona, que compra o grosso, aí tem a mãe, a filha, o primo, lá no mercado, eles colocam três ou quatro pontos, e o final do dia ela recolhe o dinheiro. Compraste lá, não compraste aqui, cada um vende o seu peixe, é uma concorrência. Em princípio todo peixe vende, e cada um compra o que pode. E no final do dia vendem mais barato, no verão, nessa altura não vendem porque não há, guarda-o para amanhã porque amanhã podem não encontrar nada. (Entrevista com a senhora Elisa, 17 de dezembro de 2024).

Outro fator importante, é o tipo e o preço dos pescados que são comercializados na ilha do Sal, dentre esses segue uma pequena listagem: atum (500/600 escudos o quilo), garoupa (500 escudos o quilo), bonita, cavalinha, pargo, bica e papagaio (300 escudos o quilo), dourado e esmoregal (450/500 o quilo), dentre outros. Nesse sentido, se tiver muita quantidade de peixe disponível para a venda, baixam o preço, geralmente isso ocorre nos meses que se caracterizam como verão no arquipélago (fevereiro a novembro).

A partir do que foi colocado, o comércio de pescados no Pontão realizado pelas *rabidantes* tem funcionamento todos os dias da semana com exceção do domingo, as peixeiras chegam sempre no mesmo horário (entre 11:00 e 12:00 horas), que geralmente recebem a primeira remessa de peixes do dia (geralmente é a maior), ou as vezes, trabalham com o restante armazenado do dia anterior, questão que muda relativo ao período do ano.

No verão, as peixeiras diminuem os preços progressivamente no decorrer da tarde e não se preocupam com a mercadoria e vendas do dia seguinte, podendo vender todo o peixe e fazer toda a negociação com o pescador para obter mais peixe no dia posterior, pois há sempre peixe no verão. Por volta das 11:00 horas da manhã, imediatamente começam a organizar a barraca e os instrumentos que precisam para tratar e limpar os peixes. A barraca, as lonas, mesas, carrinhos de mão e baldes que servem de bancos, e para guardar sacolas plásticas<sup>58</sup> bem como toda a estrutura e mercadoria, ficam guardados em um pequeno galpão, localizado no começo do Pontão, se trata de uma construção de concreto que é alugada para as peixeiras, pescadores, e algumas *rabidantes* de comida e lanches que vendem almoço e cachupa no final da tarde.

Todos os instrumentos de trabalho são guardados e montados diariamente, nenhuma dessas barracas permanece armada de um dia para o outro, durante a noite restam apenas as escamas de peixes nas tábuas de madeira que formam a ponte, não ficando nenhum outro vestígio de sua permanência ali durante boa parte do dia.

#### 4.5. Pesca e comércio na comunidade de Palmeira

Na tarde do dia quinze de dezembro, depois de uma manhã de observações realizadas no Pontão, me encontrei com a senhora Dani para irmos à comunidade de Palmeira. O objetivo era conseguir informações sobre as pescas e a distribuição dos pescados nas embarcações para o Pontão e outros possíveis pontos de vendas, e se possível, alguma entrevista com os pescadores da comunidade. Desde a chegada em Cabo Verde, a aproximação com a senhora Dani foi se estabelecendo, desde voo entre a ilha de Santiago e Sal conforme já citado em tópicos anteriores deste capítulo, através do contato diário com a interlocutora durante os quinze dias na ilha. A receptividade e paciência da interlocutora em relação as minhas dúvidas sobre a venda de pescados e sobre a *rabidancia* de maneira geral foram motivo de alívio, visto que, algumas informações levantadas durante a observação diária não possibilitariam confirmar alguns pressupostos devido ao tempo limitado de minha estadia na ilha do Sal. A senhora Dani se tornou uma colaboradora-chave em diversos aspectos, desde a sua participação para sanar algumas questões em relação as diferentes configurações de *rabidancia*, além da receptividade e interesse para colaborar com a minha pesquisa.

Depois de um dia de observações no Pontão e após rascunhar algumas analogias e relações sobre a venda dos pescados, eu e a senhora Dani conversávamos sobre os acontecimentos do dia a partir do WhatsApp, quando havia qualquer tipo de dúvida, a referida

---

<sup>58</sup> Geralmente os moradores da ilha do Sal levam suas próprias sacolas e sacas.

senhora me esclarecia e traduzia alguns momentos das gravações de áudio com as peixeiras, apesar de que os diálogos e entrevistas foram executados quase que na sua maioria na língua portuguesa, sendo necessária a tradução apenas de alguns diálogos curtos entre as peixeiras e os outros membros do seu núcleo comercial, ou outros conhecidos das peixeiras, que se comunicavam normalmente durante a entrevista.

**Figura 22:** Cais e porto da localidade de Palmeira.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

A visita a comunidade de Palmeira aconteceu a convite da senhora Dani, que percebeu a importância de falar com os pescadores para sanar dúvidas da pesquisa. A visita aconteceu após o horário de almoço, ela saiu do seu estabelecimento comercial em Espargos e se encontrou comigo em Santa Maria, e as quatro horas da tarde seguimos de carro até Espargos, e posteriormente até a localidade de Palmeira.

Quando chegamos ao porto onde as embarcações<sup>59</sup> chegam e ficam ancoradas, havia pouca movimentação de pescadores e tripulação, motivo: o mar agitado e a bruma seca impediu a maioria dos pescadores de saírem para o mar. A senhora Dani conhecia todos os pescadores e vendedores de peixes da localidade de Palmeira, visto que, para além de frequentar a comunidade semanalmente para se divertir com a família, também comercializava peixes em seu estabelecimento no passado, o que possibilitou o estabelecimento de redes comerciais e o conhecimento de pessoas que fazem parte do setor pesqueiro da comunidade, que eram, na altura, seus fornecedores. Um dos pescadores explicou que os barcos que comportavam maior capacidade de pescados utilizavam o porto de Palmeira para fazer

---

<sup>59</sup> Nos referimos as embarcações que são utilizadas para a pesca, transporte interilhas de pessoas e de mercadorias gerais que a bastecem o comércio local.



negócios com os vendedores locais, mas também com as *rabidantes* do Pontão, dependendo da quantidade de pescados disponível.

Além dos pescadores, na localidade de Palmeira também há comércio de peixe que é feito geralmente por homens, no entanto não percebi características de *rabidancia*, visto que, as vendas acontecem de maneira esporádica e geralmente vendem em grande quantidade e peixes de grande porte, e só acontece se a quantidade de pescado for insuficiente para compensar vender a grosso. Por isso, o que há é um pequeno comércio local de pescados, em comparação a intensa venda percebida no Pontão que abastece maioritariamente a ilha do Sal.

**Figura 23 e 24:** Venda de peixes no porto de Palmeira.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Na localidade de Palmeira ficam embarcações maiores e tripulantes que trabalham exclusivamente com pescados, pois como são de uma maior capacidade, as embarcações percorrem maiores distâncias e por isso a maioria dos pescados são de grande porte, o que se estabelece a partir da configuração industrial nacional. Em contraste com a cidade de Santa

Maria, Palmeira não contém grandes estabelecimentos direcionados exclusivamente para o turismo, em vez disso, no entorno do porto há restaurantes e bares voltados para atender a população local e alguns poucos turistas concentrados em passeios guiados por guias turísticos, e poucas lojas de souvenirs, em relação ao maior número desse tipo de estabelecimento que é visivelmente percebido em grande quantidade em Santa Maria.

#### 4.6. Turismo e mercantilização da cultura e dos espaços da ilha do Sal

As “imagens de África” presentes nos *folders*, sites e revistas de viagem, geralmente são utilizadas para a promoção comercial e turística do arquipélago de Cabo Verde, entendemos que são produto de representações e autorepresentações construídas, reconstruídas e projetadas para o fluxo turístico cada vez mais intenso, sobretudo na ilha do Sal. Tendo em mente que essas visões não necessariamente são opostas, seus processos de representações modificam-se mutuamente dentro de uma perspectiva maior, denominada segundo Lobo (2018) como “imaginário ocidental”.

Nesse raciocínio, as caricaturas que aparecem quando o turista ou *outsider* se depara com tais representações sobre o continente africano, por meio de imagens na internet ou em *folders* de empresas de turismo, se encaixam na ideia contida nesse tipo de imaginário, ressaltando o dito turismo exótico no arquipélago, construído maioritariamente por viajantes e reproduzidos por alguns sujeitos e atores locais. Segundo Lobo (2018), numa perspectiva macro, se insere numa ideia de turismo tipicamente norte-sul, visto que:

O continente africano é um dos roteiros do exótico quando se trata do turismo no sentido norte-sul. Esse fluxo tem sido foco de um conjunto de análises que exploram práticas e significados do encontro entre os viajantes e os romantizados nativos ou locais. (LOBO, 2018, p.994, grifo meu)

Nesse raciocínio, o contexto turístico da ilha do Sal é marcado por diferentes culturas que estão em trânsito, com isso, com isso, os moradores da referida ilha são alvo das representações feitas pelos turísticos que veiculam visões sobre a cultura caboverdiana, principalmente a relação entre África e Europeia, sendo os europeus os produtores e os principais consumidores do exotismo produzido sobre o arquipélago. Assim, se constrói um destino turístico que vincula o “imaginário ocidental” à ideia cultural e histórica sobre o continente africano, no intuito de proporcionar uma experiência impar dentro do setor turístico mundial. Neste caso, podemos entender que a figura da *rabidante*, sobretudo da peixeira do Pontão de Santa Maria, é utilizada para perpetuar o imaginário ocidental acerca do continente africano. Entendemos que, a questão maior diz respeito principalmente a promoção turística caboverdiana, mas, não um simples turismo, mas sim aquele que necessita dos fatores exótico e

insular para ser concebido e recebido pelos turistas europeus.

Desse modo, o “imaginário ocidental” é onde estão inseridas as “imagens de África”, construídas historicamente por atores sociais sobre, que são utilizadas estrategicamente no caso caboverdiano e em outros contextos, para a promoção do setor turístico e outros. Dessa forma, as discussões referentes a “caboverdianidade”, “crioulidade”, ou a “formação social crioula”, tornam-se importantes para entender como o imaginário ocidental adequa os interesses do setor turístico, com a invenção de “essências” nacionais, referente a colonização portuguesa e a ocupação de africanos da costa, onde era conhecida a altura por Guiné, que atravessam as oscilações e tensões refletidas nos trabalhos de cientistas caboverdianos no século XX (FURTADO, 2012).

Sobre a construção da identidade emergente, na medida que promove um campo turístico paradisíaco, contribui na construção das representações que são importantes para efetivar suas estratégias de promoção do setor turístico, que permeia as oscilações e tensões entre as matrizes africana e europeia, a partir da construção da identidade da nação caboverdiana que permanece em construção (ANJOS, 2003).

Nessa mesma direção, é necessária a leitura e releitura cultural de forma contínua levando em conta a relação entre identidade e representação, pois, conforme afirma Stuart Hall (2006) “a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas” (*Ibidem*, 2006, p. 71).

Ao pesquisarmos por Ilha do Sal-Cabo Verde em plataformas de busca como o Google, os principais resultados mostram informações sobre o país referente a sua localização, próxima a costa africana e seu caráter insular em uma perspectiva paradisíaca. Exibe também sites de companhias aéreas que oferecem pacotes de passagens, hospedagens, restaurantes e passeios pelos principais pontos turísticos da ilha, mas não só, há algo relacionado a uma forma de experiência cultural exótica, projetada juntamente com a ideia de conforto dos *resorts* cinco estrelas e seus serviços luxuosos, que é explorado pelo setor turístico para atrair turistas (principalmente os europeus) para o arquipélago.

De forma geral, as informações contidas nas plataformas de busca se referem ao arquipélago de Cabo Verde e principalmente a ilha do Sal, como possível destino turístico para viajantes que buscam climas quentes e uma alternativa para o inverno europeu, desconectar-se do cotidiano de trabalho, e visitar o que a ilha tem a oferecer. Nesse sentido, o turismo voltado para praias de areias brancas, mar cristalino, e uma diversidade de hotéis que oferecem serviços de lazer, gastronomia, música e a venda de *souvenirs* que transmitam o sentimento de

férias e contato com a natureza sem abrir mão do conforto especializado dos *resorts* da ilha do Sal, são, na contemporaneidade o maior veículo das citadas imagens de África, que apesar de serem utilizadas pelo e para os turistas europeus, podem ser vistas por viajantes do mundo todo, inclusive os brasileiros, apesar destes serem poucos dentro do percentual de turistas no referido contexto.

Consideramos que a maioria dos turistas que procuram a ilha do Sal são viajantes de países europeus, e também os maiores investidores. O setor turístico procura suprir as necessidades desse tipo de viajantes como maneira de perpetuar e estimular o mercado interno e externo, que se intensifica pela importância cada vez maior do setor turístico em questões de PIB e a oferta de empregos para os habitantes das ilhas.

A falta de outros recursos que ofereçam alternativas de empregos e movimentação de capital, como já referido nos capítulos anteriores, reitera a importância do turismo como motor de desenvolvimento econômico no arquipélago em questão, e reflete a necessidade da utilização da experiência cultural africana como atrativo e estratégia para alavancar o setor, construindo suas características e discursos que integram as respectivas imagens das ilhas caboverdianas. Assim, Lobo (2018), afirma que:

[...] em menos de dez anos Boa Vista saiu do anonimato e da condição de ilha periférica para ganhar lugar de destaque no discurso de valorização nacional em face do mundo externo. Assim como a africanidade de Santiago e a boemia de São Vicente, as belezas naturais da Boa Vista teriam sido incorporadas nesse discurso de nação que encara o turismo como “a grande saída para o desenvolvimento”. (LOBO, 2018, p.949).

Se referindo a especificidade da ilha do Sal, os lugares que aparecem como principais pontos turísticos são: Buracona – *Blue Eye Cave*, Salinas de Pedra de Lume e Pontão de Santa Maria, que indicados como principais “pontos turísticos” da ilha. Este último local, como já destacado no decorrer desta dissertação, se concentram muitas das *rabidantes* e diversos/as outros vendedores existentes na ilha.

Segundo a antropóloga Maria do Carmo Santos (2009), em seu trabalho que versa sobre o turismo em Cabo Verde, utiliza-se principalmente da sociologia e antropologia do turismo para expor questões centrais ao tema, e posteriormente adentra a realidade caboverdiana numa pesquisa etnográfica. Segundo a autora, o trabalho permite consultar resultados dentro da gama de temas que surgem, possibilitando uma análise “espelhada” da influência do turismo, que se constitui enquanto fator pertinente à realidade social em questão. Assim, entende que:

Pelo facto de espelhar questões centrais dos debates teóricos da contemporaneidade, o turismo constitui-se como uma lente privilegiada de análise de assuntos tão abrangentes e variados quanto complexos, tais como: os impactos (económicos, sociais, ambientais e culturais), o desenvolvimento, a globalização, a sustentabilidade, o consumo, a alteridade e a identidade cultural. (SANTOS, 2009, p.7)



**Figura 25 e 26:** *Folders e informações turísticas sobre a da ilha do Sal.*



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Nesse mesmo raciocínio, para o sociólogo Jeremy Rifkin (2000), essa compreensão perpassa a partir da concepção de que, “o turismo é uma forma de mercantilização da experiência cultural” (*ibidem*, p.54). Ou seja, podemos dizer que há uma intensa utilização e transformação da cultura e tradições caboverdianas (podemos enfatizar o próprio comércio das peixeiras e a pesca no geral) em prol de um capitalismo global, exorbitante tanto na sua forma, como nos meios que se utiliza para chegar aos fins de um determinado produto.

#### *4.7. Imbricamento entre turismo, rabidancia e comércio pesqueiro*

Para falarmos sobre a relação entre turismo e a *rabidancia* neste estudo, nos amparamos reflexivamente a partir da questão espacial, ou seja, o espaço onde ocorre o comércio das peixeiras, o Pontão de Santa Maria, bem como a ideia em torno da globalização já discutida em tópicos anteriores, dado o imaginário de exotismo acerca do continente africano e a ideia de insularidade de Cabo Verde. Enfatizamos que a *rabidancia* é anterior ao advento do turismo no referido arquipélago, pois, quando o Estado iniciou o processo de

turistificação e conseqüentemente a urbanização por volta dos anos 1980 e 1990, sobretudo na ilha do Sal, a *rabidancia* já era a forma escolhida por mulheres caboverdianas para subsistência. Tal processo, é posteriormente colocado sob um turismo circunscrito pela ideia de desenvolvimento e progresso no pós-independência, que cooptou a imagem pré-estabelecida do exótico produzido pelo próprio ocidente sobre os povos colonizados, para servir de veículo propulsor de construção do capital na ilha supracitada. Nesse sentido, segundo Santos (2011):

Dadas as suas potencialidades (grande extensão de costa dotada de praias de areia branca, condições climáticas favoráveis, recursos culturais interessantes) a ilha na década de 90 do século passado passa a ser explorada turisticamente atraindo investidores de várias nacionalidades como italianos, portugueses, franceses e espanhóis. [...] A ilha do Sal consolidou ao longo de praticamente duas décadas a sua posição de —ilha turística no contexto das políticas de desenvolvimento turístico cabo-verdiano, atraindo investimento em infra-estruturas hoteleiras, turistas e pessoas de outras ilhas que encontraram na actividade turística o seu modo de vida. (SANTOS, 2011, p.72-84)

Assim, em meio ao processo de modernização e urbanização da ilha do Sal, a transformação do Pontão de Santa Maria enquanto ponto turístico responsável por grande aglomeração de pessoas, não mais caracterizado apenas como um cais de pescadores como era em meados do pós-independência. Isso, nos indica caminhos para se pensar a ideia de um tradicional ponto de encontro na ilha em questão. O Pontão é ao mesmo tempo um espaço público histórico onde os vendedores/as de rua atualmente, sobretudo as *rabidantes*, ocupam na tentativa de construir condições de subsistência própria.

Nesse raciocínio, podemos enfatizar que o Pontão é usado para o comércio de pescados, sobretudo pelas peixeiras, mas também por outros tipos de vendedores/as de produtos voltados para a demanda turística local e a venda de *souvenirs*. Ao mesmo tempo, que há uma questão em que se associa atualmente a imagem das mulheres vendedoras de peixes ao estereótipo da pessoa e mulher africana que serve como uma espécie de atração para os turistas, fator este que permeia e constrói o imaginário turístico local, regional e global acerca de Cabo Verde.

Assim, podemos dizer que os interesses das peixeiras estão sempre relacionados a continuidade do comércio de peixes no Pontão e a sua permanência neste espaço, pois, a grande movimentação de visitantes e moradores que são por vezes outros vendedores/as de produtos e serviços ambulantes ou em ponto fixo, e, que vendem nos entornos do Pontão, também, clientes das peixeiras. Por isso, a ocupação desse espaço é importante e possibilita que estas mulheres vendam tanto para a população geral da ilha (caboverdianos), quanto para os donos de pequenos e médios estabelecimentos como hotéis e restaurantes (alguns nacionais e outros estrangeiros). É importante salientar, que os grandes hotéis, resorts e restaurantes de

linhas multinacionais<sup>60</sup> de grande porte, estabelecem as negociações diretamente com os pescadores e donos das embarcações, não passando pelas mãos e comércio das peixeiras.

O espaço privilegiado do Pontão se estabelece historicamente desde que era apenas um cais de pescadores, por isso a movimentação de pessoas já era concentrada desde os anos 1990. Com o mar de um lado e os resorts de outro, e as avenidas adjacentes repletas de restaurantes e danceterias movimentadas durante todo o ano, além do estabelecimento do turismo relacionado a valorização da praia de água cristalina, firmou o Pontão como o principal centro turístico, comercial e simbólico da ilha do Sal, espaço onde as peixeiras são fotografadas diariamente.

Desse modo, perpetua-se o imaginário turístico local além de possibilitar grande importância na preferência da venda de peixes pelos pescadores, em relação a outros vendedores/as de pescados em mercados públicos ou na própria residência. Quando o pescado está escasso durante o inverno, os estabelecimentos que vendem peixes nos mercados ficam fechados, ao mesmo tempo que remessas de peixes chegam várias vezes ao dia no Pontão, mesmo que em menor quantidade se comparado as grandes quantidades no verão.

**Figura 27:** Peixaria situada no Mercado Municipal de Santa Maria.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

É notável e expressiva a centralidade do Pontão nas relações comerciais entre pescadores e peixeiras, população e donos de pequenos e médios restaurantes, entre peixeiras e outras vendedoras ambulantes de comida, que por vezes são membros do mesmo arranjo familiar e de socialização, e vendedores/as de souvenirs e turistas, são estas as relações comerciais mais recorrentes no cotidiano do Pontão.

---

<sup>60</sup> Por exemplo: Hilton Cabo Verde Sal Resort, Oásis Salinas Sea, Mélia Dunas Beach Resort & Spa, e dentre outros.

Podemos também salientar a existência das negociações sobre perca esportiva entre os donos de embarcações e turistas, passeios e mergulhos na orla da ilha, bem como as negociações feitas nas avenidas e ruas não conectadas diretamente com o mar, onde a gastronomia, música, apresentações artísticas como danças tradicionais caboverdiana, rodas de capoeira e as lojas de artesanato tomam o espaço nas ruas da cidade de Santa Maria.

Assim, podemos dizer que o fato de não faltar peixes no pontão, ou seja, nos mercados adjacentes por vezes falta peixe para comercializar, mas no pontão sempre tem. Infere-se, que a necessidade está em torno do simbolismo construído sobre a imagem do Pontão (que no passado servia apenas como um cais usado por embarcações e pescadores locais/artesanais), que perpassa a própria continuidade do comércio de peixes, mas também de outros vários produtos, contrariando as questões de cunho ambiental<sup>61</sup> e urbano. Segundo a senhora Dani, a atividade comercial das *rabidantes* do Pontão é uma atividade antiga:

Agora sobre o início do comércio no Pontão não sei, mas só posso afirmar que já lá vão muitos anos, mais ou menos vinte anos. Na minha opinião o trato é da melhor forma, visto os peixes são vindos do mar na hora e tratados e lavados na água em abundância. Mas em contrapartida os resíduos do peixe não deveriam ali estar, são deitados (jogados) no mar. (Entrevista com a senhora Dani, 15 de dezembro de 2023).

Apesar das discussões em relação aos resíduos ocasionados pela manipulação de peixes no local, a população refere-se ao manejar dos peixes, sangue, vísceras e a forma que alguns vendedores/as executarem a lavagem, salgue e corte do peixe diretamente no chão, e os restos orgânicos são jogados no mar, mesmo havendo lavagem do local de trabalho das peixeiras, realizada por elas mesmas a cada fim de tarde, tornando o ambiente aparentemente limpo para o dia seguinte de comércio.

Com isso, as *rabidantes* de pescados, especificamente aquelas que são comerciantes de rua, promovem a continuidade da *rabidancia* de peixes como algo maior a ser perpetuado. Ao mesmo tempo, que a peixeira-chefe de cada grupo comercial mantém a prática desse comércio tradicional, repassando os ensinamentos e também o seu ponto de venda para alguma outra mulher. Importante que tenha laços de sociabilidade, e que esteja precisando de uma oportunidade e um meio de produzir renda, mantém esse tipo de atividade laboral viva e pulsante, a qual antecede a própria constituição turística enquanto fator econômico da ilha do Sal. As peixeiras são as principais responsáveis pela venda e consequentemente distribuição dos peixes para a população da ilha, até mesmo quando essa ainda não possuía a estrutura urbana e turística atual.

Outro fator interessante, é que o próprio Estado, nesse caso específico, decide manter as

---

<sup>61</sup> Enfatiza-se as condições em que ocorrem o próprio comércio de peixes no Pontão, e os impactos ambientais oriundos deste. A população expressa algumas críticas acerca da forma de manipulação dos peixes no local, que não é realizado exclusivamente pelas peixeiras, mas por seus ajudantes e os próprios pescadores.



*rabidantes* gratuitamente<sup>62</sup> no Pontão. As peixeiras não pagam impostos para exercerem tal atividade no espaço público que é o próprio Pontão/cais, diferente das *rabidantes* transnacionais que precisam de autorização e pagam impostos para receberem os bidões com suas mercadorias. Percebe-se então, um interesse por parte do próprio poder público, pela perpetuação do comércio de peixes no Pontão de Santa Maria, que desde então já era também um suporte para as atividades pesqueiras no passado e onde é possível observar o processo de obtenção do pescado e até mesmo participar da pesca por um valor negociável entre donos de embarcações e turistas. Portanto, a pesca se constitui enquanto outro exemplo de uma atividade tradicional anterior a turistificação da ilha, mas que também é influenciada e sobreposta pelo turismo, além de ter o Pontão como espaço de negociação comercial.

Entende-se que a pesca no Pontão, para além de atividade que supre as necessidades de alimentação proteica de boa parte da população caboverdiana, serve também de produto que gera capital através do turismo, ou seja, os pescadores deixam de realizar a pesca cotidiana e passam a atender turistas que desejam realizar um passeio e pesca esportiva (dependendo do passeio lucra bastante), o que não acontece na comunidade Palmeira, pois lá o turismo, sobretudo os passeios turísticos e pesca esportiva não é tão forte se comparado a Santa Maria.

Assim, podemos compreender que em Santa Maria, a experiência da pesca também é comercializada, levando a compreensão que a questão tradicional de subsistência através da atividade pesqueira se submete ao turismo globalizado e aos modos de produção advindos da modernidade, através das relações comerciais.

Nesse sentido, a informalidade é permeada e promovida pelo próprio Estado, mas, com um interesse específico em utilizar a imagem das vendedoras de peixes como sujeitos constituintes de uma espécie de cartão postal caboverdiano, sobretudo na ilha do Sal, onde tem na figura da mulher caboverdiana peixeira, batalhadora, e chefe de família, uma fonte de discurso que promove o turismo global e o exotismo em torno dessas mulheres.

A vista disso, sob o slogan “*No stress*”, diversos vendedores/as de rua chamam a atenção dos visitantes exclamando determinado termo para dizer que ali não há estresse, quando na verdade é apenas uma forma de veicular um modo de vida diferenciado e que promete experiências não possíveis no Ocidente. Desse modo, faz referência ao modo de vida permeado pelo turismo na ilha do Sal, o que não necessariamente quer dizer a existência de uma realidade sem estresse na ilha, principalmente para a população caboverdiana, a qual sofre com a especulação imobiliária, preços exorbitantes no que diz respeito aos aluguéis de imóveis enquadrados para temporadas e exclusivamente para turistas, bem como a inflação em torno de

---

<sup>62</sup> Sem cobrar nenhum imposto específico para a permanência das vendedoras de peixes na ponte.

produtos relativos a alimentação no geral. O uso cotidiano do referido slogan é tão recorrente na ilha do Sal, que não há como não escutar uma ou outra pessoa cumprimentando ao falar, “No stress”, bem-vindo a ilha do Sal.

**Figura 28:** Dia de comércio no Pontão.



**Fonte:** Acervo da autora, dezembro de 2023.

Dessa forma, visando as preocupações em relação a construção das argumentações e a forma de construção da resolução das problemáticas deste estudo, questão que o trabalho de campo permitiu concluir que: 1) Os visitantes podem comprar os pescados em pouca quantidade para consumir na hospedagem, e a compra feita para abastecer os estabelecimentos turísticos são ambos negociados com as peixeiras; 2) As negociações com as peixeiras são mais afetadas pelo fator climática do que pelo fator turístico na ilha do Sal, elas não aumentam o preço usual dos pescados quando veem que o comprador é um turista, mas sim dependendo da escassez do pescado no dia ou temporada; 3) As peixeiras vendem para pequenos e médios estabelecimentos como restaurantes, hotéis, pousadas, albergues, ou seja, vendem em pequenas quantidades e também diminuem o preço quando o pescado é comprado a “grosso”; 4) Os grandes hotéis não compram pescados diretamente com as peixeiras, fazem as negociações com os próprios pescadores/donos das embarcações; 5) Os moradores da cidade de Santa Maria são os principais compradores de pescados e não os turistas; 6) Essas *rabidantes* são as principais vendedoras de pescados da ilha do Sal, e na falta de pescados nos mercados públicos das outras cidades e localidades, revendem para toda a ilha.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização desta pesquisa, enfrentamos muitas dificuldades. Primeiramente podemos ressaltar os longos períodos de planejamento e do exaustivo percurso para chegar a ilha do Sal, utilizando-se de várias conexões entre Brasil, Portugal e Cabo Verde, em um trajeto que demorou cerca de 12 horas para se chegar ao local de estudo. Vale enfatizar, que ao longo da realização da pesquisa, utilizamos deslocamentos entre as cidades que compõem a ilha em questão, bem como intensa concentração durante os dias de observação no Pontão de Santa Maria e entornos. No início da pesquisa na praia de Santa Maria, se assistiu certa receptividade por parte das peixeiras e outras vendedoras com a minha presença em campo. Assim, nos diferentes momentos de pesquisa, as vendedoras se mostraram acessíveis, fator que proporcionou o rápido acesso para realização das entrevistas referentes ao trabalho realizado.

Em minha estadia na cidade de Santa Maria, apesar de não ter sido por motivos estritamente turísticos e sim pela pesquisa em questão, houve em diversos momentos um sentimento de confusão por parte dos moradores, os quais pensavam que minha permanência na ilha, era por motivos turísticos.

Nesta dissertação tratamos dos temas gênero, turismo e comércio de rua, enfatizamos o fenômeno da *rabidancia*, focamos nas especificidades das vendedoras de peixe que comercializam no Pontão de Santa Maria. Perpassamos por outras temáticas complementares como a colonização de Cabo Verde e aspectos históricos da construção e urbanização de grandes centros comerciais africanos e as definições que segmentam a informalidade enquanto fenômeno sociohistórico e cultural, e a produção de desigualdades sociais advindas deste, que acompanham o advento capitalista.

A partir disso, concluímos que as questões conceituais acerca do uso do termo *rabidancia*, do comércio de rua e ambulante e a compreensão destes, circunscritos historicamente em várias realidades no mundo, nas Américas, Europa e África, sendo este último continente, central na compreensão do desenvolvimento de diversos fenômenos laborais correlatos a *rabidancia*, ou seja, mesmo que haja correlações com outros fenômenos laborais de outros contextos, esta só pode ser entendida a partir da relação traçada com a categoria gênero, visto que *rabidar* é uma atividade essencialmente feminina.

Além disso, em Cabo Verde algumas especificidades inerentes a própria constituição do território insular, das relações sociais, aspectos culturais e da construção do comércio de rua e ambulante agregados aos setores econômicos como o turismo da ilha do Sal, fator este que detém importância estrutural em investimentos e na aglomeração das pessoas. No entanto, as

peixeiras do Pontão de Santa Maria não dependem exclusivamente apenas das relações comerciais com os visitantes para realizarem boas vendas, visto que a *rabidancia* é anterior a popularização turística da referida ilha, o que corrobora com tal afirmação.

Tratamos também de questões conexas, como a estrutura familiar, social e cultural que envolvem o comércio de rua feminino caboverdiano, que não pode ser pensado separadamente, pois esse tipo de comércio surge e é motivado tanto por questões de cunho familiar, que abrange o sustento e a educação dos filhos dessas mulheres comerciantes. Ao mesmo tempo, há também questões afetivo-conjugais em torno do significado da *rabidancia*, ou seja, a questão de gênero nesta dissertação focou no comércio realizado por mulheres, sobretudo aquelas que estão inseridas diretamente no comércio pesqueiro, onde a figura masculina não pode deixar de ser também problematizada na constituição sociolaboral.

Por outro lado, mas também de forma conexa, abordamos questões inerentes a constituição turística de Cabo Verde, sobretudo na Ilha do Sal, centrando a análise na cidade de Santa Maria, onde o comércio pesqueiro bem como a *rabidancia* de pescados, ocorrem a todo vapor. Visto isso, temas como a globalização e o desenvolvimento foram necessários para se pensar as dinâmicas socioculturais e o cotidiano laboral dessas mulheres vendedoras, as quais coexistem em meio a turistificação da cidade de Santa Maria, processo esse que se utiliza da imagem da mulher peixeira para promover e dar continuidade ao capital.

Nesse sentido, enfatizamos que a importância do trabalho de campo para esta pesquisa foi fator central, pois, com os dados produzidos a partir da observação participante e entrevistas realizadas juntamente com as peixeiras do Pontão de Santa Maria, foi possível responder as questões propostas e expandir os conhecimentos acerca do comércio de rua caboverdiano, principalmente a *rabidancia*, o que aponta para um sistema comercial complexo, protagonizado e organizado por mulheres chefes de família, composto por redes de sociabilidades familiares e locais, e a percepção acerca da relação de coexistência entre concorrência laboral, solidariedade e cooperação entre pessoas constituintes dos grupos de peixeiras observados.

A presença de diversos grupos de peixeiras no Pontão de Santa Maria, coloca uma divisão hierárquica dentro desse tipo *rabidancia*. Algumas possuem maiores condições de investimento e aquisição dos pescados, enquanto outras, compram a mercadoria para pagar quando revender o produto, ou a prazo, o que se configura também como potencial tema a ser abordado com maior profundidade em futuras análises, tendo em vista sua centralidade na realidade caboverdiana bem como na concepção e promoção turística da ilha do Sal, e da própria forma de vida da população e economia local.

Além disso, considerou-se a expressiva participação de crianças e agregados familiares nas práticas comerciais, sobretudo o comércio pesqueiro ao longo do Pontão de Santa Maria e entornos, e situações que nos exigem refletir acerca da diversidade de pessoas envolvidas nesse tipo de comércio em Cabo Verde.

Nesse trabalho, ficou evidente a importância da *rabidancia*, sobretudo das peixeiras do Pontão de Santa Maria no cotidiano do comércio de rua e ambulante. Foi observado que a *rabidancia* permeia os diferentes momentos da vida de algumas mulheres, que adentram esse tipo de prática comercial, desde as sociabilidades por meio das conversas entre elas e outros grupos de vendedores/as, e também com visitantes/turistas que se mostram curiosos. Ao longo do seu trabalho cotidiano, se utilizam de simpatia e estratégias de venda utilizadas para intensificar as comercializações durante o dia, ou seja, são exímias negociantes.

Independente do fator turístico, essas mulheres promovem o comércio de peixes e agregam em seu seio outras *rabidantes* que comercializam outros tipos de produtos. Essa diversificação está presente no meio de sociabilidade entre as/os colegas de trabalho e amigos das peixeiras, os quais envolvem pescadores, mestres de rede e ajudantes, vendedoras de comida, filhos, crianças e familiares, principalmente. Assim, não há um lugar fechado comercialmente a partir do Pontão de Santa Maria, que apesar de ser o ponto das peixeiras, abrange outros tipos de vendedores/as de várias origens do arquipélago e do continente africano como um todo.

Tal questão que se condiciona pela multiplicidade de formas comerciais e diversidades de mulheres comerciantes, ou seja, nesse caso em específico, o comércio pesqueiro é anterior ao advento turístico na ilha do Sal, que apesar de intensificar as relações comerciais, não define e constrói o comércio realizado por essas mulheres. Com isso, apesar de haver algum tipo de relação entre as vendedoras e o fenômeno turístico na ilha do Sal, as peixeiras são independentes neste caso, onde a *rabidancia* é uma forma de comércio tradicional perpetuado durante vários anos em Cabo Verde, e, um meio de afirmação e alternativa as práticas capitalistas, pois é um fenômeno comercial que se renova e adapta-se as condições adversas a este. Ou seja, *rabidancia*, no caso das peixeiras do Pontão de Santa Maria, perpetua-se através dos interesses em comum entre as vendedoras e o Estado, que por um lado tem a ver com a manutenção dessas mulheres no Pontão, e ao mesmo tempo na continuidade e intensificação do setor turístico caboverdiano.

## REFERÊNCIAS

ADAIR, Philippe. O setor urbano informal na África. **Ensaaios FEE**, Porto Alegre, v.18, n.2, p.100-125, 1997.

ALCOBIA, O. O Mercado Turístico Global Na Perspectiva Geográfica de Milton Santos. **Ateliê Do Turismo**, Campo Grande, v.5, n.2, p.245-264, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/13703>. Acesso em: 6 mai 2024.

ALMEIDA, Raymond. A. **Pescando pela vida**. Cabo Verde, Praia, 1996.

LESSA, Almerindo; RUFFIÉ, Jacques. **Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde: Mesa-redonda sobre o homem cabo-verdiano**. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 2. Ed, 1960.

ANDRADE, E. S. **As ilhas de Cabo Verde da "Descoberta" à Independência Nacional: 1460-1975**. Tradução (Amélia Sanchez Araújo). Paris: L'Harmattan, 1996.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites intelectuais e a conformação da identidade nacional em Cabo Verde. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v.25, n.3, p. 580-606, set/dez 2003. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/79341>. Acesso em: 6 mai 2024.

ANJOS, José Carlos Gomes; JÚNIOR, Horácio Antunes de Sant'Ana; BRUSTOLIN, Cíndia. Projetos de Desenvolvimento e Populações Locais: Experiências em Cabo Verde e no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luiz, v. 13, n. 26, p. 13-29, 9 ago 2016. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/5591>. Acesso em: 11 dez 2024.

ARRUDA JÚNIOR, Pedro. Análise tridimensional da proteção da zona costeira: o cenário Brasil-Portugal-EUA, suas nuances e obstáculos. *In: VIII Congresso sobre planejamento e gestão das zonas costeiras dos países de expressão portuguesa*, Aveiro: Portugal, 14-16 out 2015. Disponível em: [http://www.aprh.pt/ZonasCosteiras2015/pdf/1B1\\_Artigo\\_038.pdf](http://www.aprh.pt/ZonasCosteiras2015/pdf/1B1_Artigo_038.pdf). Acesso em: 01 mai 2024.

BÁ, M. D. F. N. **Valores do trabalho e trajetória profissional: estudo de caso - peixeiras de São Tomé e Príncipe**. (Dissertação de mestrado), ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/23612>. Acesso em: 13 mar 2024.

BALANDIER, Georges. A Noção de Situação Colonial. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 3, p. 107-131, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50605>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BANCO MUNDIAL. **Cabo Verde: aspectos gerais**. *Online*, 2024. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>. Acesso em: 17 out 2023.

BANCO MUNDIAL. **Gana**. *Online*. 2020. Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/ghana>. Acesso em: 17 out 2023.

BANCO MUNDIAL/INE-CABO VERDE. **Relatório Estatístico 2022 (Agendas 2030 & 2063)**. INE, Cabo Verde, 2023. Disponível em: <https://ine.cv/wp-content/uploads/2023/07/relatorio-estatistico-2022-2.pdf>. Acesso em: 2 abr 2024.

BAPTISTA, António José Medina dos Santos. **Sustentabilidade da produção pesqueira em Cabo Verde**. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada, UFV, Viçosa, 2005. Disponível em: [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV\\_5d2405ae16aab36313f5b3547c36542c](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFV_5d2405ae16aab36313f5b3547c36542c). Acesso em: 7 mai 2024.

BARATA, Óscar Soares. **O povoamento de Cabo Verde, Guiné e São Tomé, in Cabo Verde, Guiné e São Tomé e Príncipe**. Curso de Extensão Universitária ano lectivo de 1965-1966, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, p.925, 1966.

BARROS, J. M. D. V. **Impacte do Turismo no Desenvolvimento Socioeconómico: o caso da ilha do Sal**. 212 f. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Aveiro, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10773/4675>. Acesso em: 5 fev 2024.

BONGIANINO, C. F. Crescendo pessoas, relações e lugares: experiências cabo-verdianas sobre família e mobilidade. **Cadernos Pagu** (UNICAMP), Campinas, v.45, p.111-133, 2015.

BORGES, M. L. **Crianças e Adolescentes em Situação de Rua na Cidade de Porto Novo: Cabo Verde e suas Estratégias de Sobrevivência**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-RJ, Rio de Janeiro – RJ, 2007.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. *In: Nogueira MA, Catani A, (orgs.). Escritos de Educação*. 7. ed. Petrópolis: Editora Vozes; a. p.65-69, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2007.

CABO VERDE. Ministério da Economia Marítima (Direção Geral dos Recursos Marinhos). **PLANO DE GESTÃO DOS RECURSOS DA PESCA 2019-2023**. Mindelo, 2019. Disponível em: <https://faolex.fao.org/docs/pdf/cvi196285bis.pdf>. Acesso em: 5 fev 2024.

CABO VERDE. Ministério do Turismo e Transportes, Ministério da Economia Marítima, Ministério da Agricultura e Ambiente e o Ministério das Infraestruturas, Ordenamento do Território e Habitação. **Portaria conjunta nº 37/2020: Determinação da elaboração do Plano de Ordenamento da Orla Costeira e do Mar adjacente (POOC\_M) da ilha do Maio**. 2346 I Série — no 98 «B.O.» da República de Cabo Verde — 13 de agosto de 2020. Disponível em: <https://kiosk.incv.cv/V/2020/8/13/1.1.98.3364/p2346>. Acesso em: 22 mar 2024.

CABO VERDE. Ministério do Turismo, Investimento e Desenvolvimento Empresarial (Direção do Turismo). **Município do Sal: inventário dos recursos turísticos**. Junho, 2015. Disponível em: <http://www.caboverde-info.com/content/download/9993/86726/version/1/file/Invent%C3%A1rio+Munic%C3%ADpio+do+Sal+2015.pdf>. Acesso em: 14 out 2023.

CABRAL, Iva. A representação das mulheres, casadas e viúvas, da ilha de Santiago nos documentos dos séculos XVI-XVIII - (Um estudo prosopográfico)”. *In. As mulheres em Cabo Verde. Experiências e perspectivas* (org. Carmelita Silva & Celeste Fortes), Edições Uni-

CV, p.19-37, Praia, dezembro de 2011.

CARREIRA, A. **Migrações nas ilhas de Cabo Verde**. Lisboa: Europam. 1983.

CHARMES, Jacques. **O setor informal na África: um crescimento que não significa marginalização**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v.18, n.2, p.64-99, 1997.

CORREIA E SILVA, Antônio. **Combates pela História**. Praia: Spleen, 2004.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, Cordão, perfume barato: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de SP**. São Paulo: Nova Stella/ EDUSP, 1989.

DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio-anthropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, v. 3, n. 2, p. 361-375, 1999. Disponível em: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol\\_03/N2/Vol\\_iii\\_N2\\_361-376.pdf](http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_03/N2/Vol_iii_N2_361-376.pdf). Acesso em: 11 dez. 2024.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 169 p, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: **DIEGUES, Antônio Carlos (org.). Ilhas e sociedades insulares**. USP, São Paulo, p.03-36, 1997.

DOMINGUES, Maria Manuela Abreu Borges. **Estratégias femininas entre as badeiras de Bissau**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (Tese de doutorado), 669. f, 2000. Disponível em: [https://purl.pt/5467/1/sc-91515-v\\_PDF/sc-91515-v\\_PDF\\_X-C/sc-91515-v\\_0000\\_1\\_tX-C.pdf](https://purl.pt/5467/1/sc-91515-v_PDF/sc-91515-v_PDF_X-C/sc-91515-v_0000_1_tX-C.pdf). Acesso em: 10 nov 2024.

SY, A; SOARES DIOGO, O. **Estudo do sector dos produtos do mar em São Tomé e Príncipe**: Descrição qualitativa/quantitativa das cadeias de abastecimento e de valor. Roma, FAO, 2019. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/dd4ddfcb-a1e0-44da-a665-0eb8efc83c64/content>. Acesso em: 11 dez 2024.

FERNANDES, N. **Evolução Urbana e Planeamento Urbano da Cidade de Assomada (Cabo Verde)**. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Geografia (Ordenamento do Território e Desenvolvimento). Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra, 2011.

FERREIRA, Patrícia Magalhães. **Cabo Verde Pescas e Migrações: A outra face da moeda: O impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde**. Trad. Tiago Tavares. Lisboa, Lidergraf, 2011. Disponível em: <https://www.imvf.org/wp-content/uploads/2018/01/EstudoCaboVerde.pdf>. Acesso em: 11 dez 2024.

FIDALGA, Alécia Brígida Pires; SEIXAS, Sónia; AZEITEIRO, Ulisses. M. Estudo das perceções da comunidade da Palmeira (Ilha do Sal, Cabo Verde) sobre a Sustentabilidade das Pescas. **Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management** (Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos Lisboa), Portugal, v.14, n.1, p. 41-49, mar 2014. Disponível em: [https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-446\\_Fidalga.pdf](https://www.aprh.pt/rgci/pdf/rgci-446_Fidalga.pdf). Acesso em: 27 jun 2024.



FORTES, C. “M t’studa p’m k ter vida k nha mãe tem”. *Gênero e Educação em Cabo Verde. Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 49, N. 1, p.80-89, jan/abr 2013.

FORTES, C. As vendedeiras de Cabo Verde: circulação de produtos, informalidade e mulheres no espaço público de Cabo Verde. *In: José Rogério Lopes (Org). Visagens de Cabo Verde: Ensaios de Antropologia Visual e outros ensaios*. Brasil. Editora Cirkula, pp.101-121, 2015.

FORTES, Celeste. “Casa sem homem é um navio ã deriva”: Cabo Verde, a monoparentalidade e o sonho de uma família nuclear e patriarcal. *Anuário Antropológico, [S. l.]*, v. 40, n. 2, p. 151–172, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6701>. Acesso em: 11 dez. 2024.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). **World Economic Outlook** (Washington, Outubro), 2019.

FURTADO, Cláudio. **Dimensões da pobreza e da vulnerabilidade da pobreza em Cabo Verde**: uma abordagem sistemática e interdisciplinar. Dakar: Codesria, 2008.

FURTADO, Cláudio. **As migrações da África Ocidental em Cabo Verde**: atitudes e representações. Tese de Doutorado. Universidade Livre de Bruxelas/Universidade de Cabo Verde, 2012.

GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO (GEP). **Plano de Gestão dos Recursos da Pesca. Praia (Cabo Verde)**. Direcção Geral das Pescas - Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas, 2003.

GERBER, R. M. **Mulheres e o mar**. Uma etnografia sobre pescadoras embarcadas na pesca artesanal no litoral de Santa Catarina, Brasil. Tese [Doutorado]. Florianópolis: UFSC, 2013.

GERBER, R. M. **Mulheres e o mar**. Pescadoras embarcadas no litoral de Santa Catarina, sul do Brasil. Florianópolis: Florianópolis: UFSC, 2015.

GOMES, Fernando Veloso. A gestão da zona costeira portuguesa. **Revista de Gestão Costeira Integrada**. v.7, n.2, p.83-95, 2007. Disponível em: <https://www.aprh.pt/rgci/pdf/revista7f2.pdf>. Acesso em: 11 dez 2024.

GONÇALVES, Alícia Silvana Moreno. **Mercado Informal e Género**: A importância das Rabidantes para o Desenvolvimento de Cabo Verde. Dissertação (Mestrado em Estudos de Desenvolvimento) Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE, 2021. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24192/1/master\\_alicia\\_moreno\\_goncalves.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/24192/1/master_alicia_moreno_goncalves.pdf). Acesso em: 09 abr 2024.

GRANT, R. **África**: geographies of change. Nova Iorque: Oxford University Press, 2015.

GRASSI, Marzia. A questão do gênero no sector informal em Cabo Verde: um estudosobre as “rabidantes” do mercado de “Sucurpira” na ilha de Santiago. **Africana Studia**. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n.4, 2001. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/AfricanaStudia/article/view/7107/6527>. Acesso em: 29 ago 2023.

GRASSI, Marzia. Economia informal em rede: trocas económicas e complexidade social. **Caderno de Estudos Africanos** [online], Lisboa, n.13/14, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/cea.491>. Acesso em: 30 set 2023.

GRASSI, Marzia. **Rabidantes: comércio espontâneo transatlântico em Cabo Verde**. Portugal: Instituto de Ciências Sociais e Spleen Edições, 2003.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HART, K. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. **The Journal of Modern African Studies**. Issue 1, Volume 11, p. 61-89, 1973.

HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. *In: GRINKER, R. R.; STEINER, C. B. (Eds.). Perspectives on Africa: a reader in Culture, History, and Representation*. Oxford: Blackwell, p.142-162, 1973.

HART, K. Quelques confidences sur l'anthropologie du développement. **Ethnographiques.org**, France, n. 2, nov. 2002.

HELLEBRANDT, L. **Mulheres da Z3 – o camarão que “come” as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e pesca**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HENRIQUES, Joana Gorjão; BENTO, Diogo; BATISTA, Frederico. **Cabo Verde: Um hipermercado de escravos**. Reportagem: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 09 abr 2026. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/de-cabo-verde-a-angola-na-rota-da-escravatura-em-cinco-paises-1729858>. Acesso em 11 dez 2024.

FORTES, Lourdes. Patone Lobo: **O pontão da praia de Santa Maria na ilha do Sal precisa de reparações urgentes**. Reportagem, 21 jul 2015. Disponível em: <https://expressodasilhas.cv/pais/2015/07/21/patone-lobo-o-pontao-da-praia-de-santa-maria-na-ilha-do-sal-precisa-de-reparacoes-urgentes/45254>. Acesso em: 11 dez 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA – CABO VERDE (INE). **Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH)**, 2021. Disponível em: <https://ine.cv/censo-2021/>. Acesso em: 04 fev 2024.

ICIEG – Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género. **Inquérito ao Setor Informal (2015)**, Praia: ICIEG, 2017.

ICEP – Portugal, **Ficha de Mercado - Cabo Verde**. Julho de 2002. Disponível em: [www.icep.pt](http://www.icep.pt). Acesso em: 23 abr 2023.

JAIROCE, Jorge Fernando. **A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “mukhero” no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia**, 1984-2016. Porto Alegre: UFRGS (Tese de Doutorado), 167 f, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/150308/001008420.pdf?sequence=1>. Acesso em: 8 jan 2024.

LAUTIER, Bruno. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 1997.

LESSA, Almerindo; RUFFIÉ, Jacques. **Seroantropologia das ilhas de Cabo Verde**: mesa redonda sobre o homem cabo-verdiano (1956: Grémio do Mindelo). Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

LIMA, Liza; MARTINS, Filomena. Os desafios da gestão costeira em Cabo Verde. *In: 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde/ 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional/ 3º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza/ 15º Congresso da APDR*. Cabo Verde, 2009.

LOBO, Andréa. **Seca, chuva e luta. Reconstruindo a paisagem em Cabo Verde**. Dissertação de Mestrado. Brasília-DF: Universidade de Brasília, 2001.

LOBO, Andréa. **Tão Longe, Tão Perto: organização familiar e emigração feminina na Ilha da Boa Vista – Cabo Verde**. Tese de doutorado, Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2007.

LOBO, Andréa. A família em Cabo Verde: uma perspectiva antropológica. **Revista de Estudos Cabo-Verdianos**, Praia, v. 4, p. 99-114, 2012.

LOBO, Andréa. **Tão Longe Tão Perto**. Famílias e "movimentos" na Ilha de Boa Vista de Cabo Verde. Edição revista. 2. ed. Brasília: ABA Publicações, 2014.

LOBO, Andréa. África..., mas não muito! Turismo e africanidade em Cabo Verde. **Sociologia & Antropologia**. Rio de Janeiro, v.8, n.3, p.943-972, set/dez, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v838>. Acesso em: 9 out 2024.

MARTINS, Rosiani Sanca. **Participação das mulheres guineenses no mercado informal e suas contribuições para o crescimento da economia do país**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Sociais). Acarape: UNILAB. 17 f, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/2586>. Acesso em: 7 jan 2024.

MELO, Maria José Batista Bezerra de. **As Relações de Gênero no Trabalho e na Organização Social e Política das Mulheres Marisqueiras da Ribeira na Paraíba**. (Tese de Doutorado), UFSC. Florianópolis, SC, 229 p, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/159018>. Acesso em: 2 dez 2024.

DA SILVA, M. S.; RAMIRO, P. A. Conflitos citadinos vivenciados por trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. **Ponto-e-Vírgula**, [S. l.], n. 27, p. 114–126, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/51276>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MONIÉ, Frédéric. As cidades portuárias brasileiras. Imperativo de fluidez da circulação de contêineres, redes logísticas e reestruturação da atividade portuária. *In: XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Lima. Anais do XIV Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2013.

MONTEIRO, A. O clima como motor da mudança de paradigma na indústria do turismo em Cabo Verde (Ilha do Sal). *In: Workshop Internacional sobre Clima e Recursos Naturais nos países de língua portuguesa: Parcerias na Área do Clima e Ambiente*: Porto, Repositório Aberto da Universidade do Porto. 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/21181>. Acesso em: 21 nov 2024.

MONTEIRO, Eurídice. **Mulheres, Democracia e Desafios Pós-Coloniais: Uma Análise da Participação Política das Mulheres em Cabo Verde**. Praia: Edições da Universidade de Cabo Verde, 2009.

MONTEIRO, M. I. T. **Família e gênero na perspectiva das mulheres kumbóssas: um estudo etnográfico no Concelho de Santa Catarina, Ilha de Santiago/Cabo Verde**. Cabo Verde: UniCV (Dissertação de Mestrado). 84 f. 2013. Disponível em: <https://eciencia.cv/items/8dcb2807-a339-4ce8-9911-40d0d3f91c61/full>. Acesso em: 3 dez 2023.

M'BOKOLO, E. **África negra: história e civilizações**. São Paulo; Salvador: Casa das Áfricas; Edufba. Volume 2, 2011.

MORENO, Ignacio Benites; TAVARES, Maurício; DANILEWICZ, Daniel; OTT, Paulo Henrique; MACHADO, Rodrigo. **Descrição da pesca costeira de média escala no litoral norte do Rio Grande do Sul: comunidades pesqueiras de Imbé/Tramandaí e Passo de Torres/Torres**. **B. Inst. Pesca**, São Paulo, 35(1): 129 –140, 2009.

MONIZ, E. A. V. Processos educativos em dinâmicas coloniais e póscoloniais em Cabo Verde: novas abordagens, questões e procedimentos metodológicos. **Temporalidades**, Minas Gerais: UFMG, v.11, n.2, p. 819-829, maio/ago 2019.

NZINZI, Pierre. A democracia na África: a ascendência platônica. **Revista Reflexões de Filosofia**. Fortaleza, v.11, n.20, p.72-89, 2022.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**. Rio de Janeiro, v.4, n.1, pp.47-77, 1998.

PAMPLONA, J. B. A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo. *In: COMIN, Álvaro A.; SOMEKH, Nádia. Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v.20, n.42, p.377-391, jul/dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/n8ypMvZZ3rJyG3j9QpMyJ9m/?lang=pt>. Acesso em: 2 set 2023.

PÓLVORA, Jacqueline Britto. Cidades informais: o caso da cidade de Praia. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Paulo, v.49, n.1, p. 97-103, janeiro/abril 2013. Disponível em: [https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2013.49.1.12](https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.1.12). Acesso em: 5 jun 2023.

REIS, R. T; BARBOSA, V. O; SANTOS, O. A. Movimento de mulheres e comercio informal entre África e Brasil: uma comparação no eixo Sul-Sul. *In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luiz: UFMA, 2013. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/mesastematicas/movimentodemulheresecomercioinformalentreafricaebrasil-umacomparacaonoeixosul-sul.pdf>. Acesso em: 12 ago 2023.

RIBEIRO, F. A. C. Cabo Verde na montagem do circuito Atlântico de tráfico de escravos. *In:*

**XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio Memória e Patrimônio.** Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, L. C. Turismo em espaços urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, Vol. 5, Número Especial, p. 81-104, abr. 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21394/1/2015\\_art\\_lcrodrigues.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21394/1/2015_art_lcrodrigues.pdf). Acesso em: 2 mar 2024.

ROSALDO, Michelle Z. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. **Revista Horizontes Antropológicos – Gênero**, PPGAS/UFRGS, Porto Alegre, ano 1, no. 1, 1995.

ROCHA, Eufémia Vicente. **Feitiçaria e Mobilidade na África Ocidental: uma etnografia da circulação de kórda, méstris e korderus**. Tese de Doutorado. Universidade de Cabo Verde – UNICV, 2014.

SANTOS, M. E. M; CABRAL, I. M. Um laboratório expedito para uma sociedade crioula (Cabo Verde – séculos XVI-XVII). *In: Cabo Verde, Fortalezas, Gente e Paisagem*. Agência Espanhola de Cooperação Internacional/Ministério da Cultura de Cabo Verde. 2012.

SANTOS, Maria do Carmo. **Turismo em Cabo Verde: um estudo exploratório**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa, 2009.

SANTOS, A. B. M. **O turismo e a percepção dos seus impactes pela comunidade local: o caso da Ilha do Sal, Cabo Verde**. (Dissertação de Mestrado em Cidadania Ambiental e Participação) Universidade Aberta, Portugal, 2011.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. *In: Observatório Social de América Latina (Orgs.). Debates: Territorio e Movimientos Sociales*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teóricos e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SACHS, Wolfgang. **Diccionario del Desarrollo: Una guía del conocimiento como poder**. Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, 1996.

SEMEDO, J. M. **As Ilhas de Cabo Verde: O território, o Ambiente e a Nação**. Praia. Cabo Verde. 2012.

SILVA, Hiliana Dolly Moniz. **Pesca Artesanal em Cabo Verde: Arte de pesca linha-de-mão**. Aveiro. Universidade de Aveiro, 2009.

SILVA, O. L. **O impacto da economia informal no processo de desenvolvimento da África subsaariana**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, 95 f, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10400.5/2778>. Acesso em: 20 out 2023.

SILVA, J, P, A. **Homens e mulheres de “riba mar”**: a pesca artesanal de Porto Inglês, Cabo Verde, em perspectiva etnográfica. (Dissertação de Mestrado) Minas Gerais: UFMG, 138 f, 2018. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2018/08/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Jo%C3%A3o-Paulo-Ara%C3%BAjo-Silva-final-PDF-1.pdf>. Acesso em 1 dez 2024.

SILVA, J, P, A. A pesca artesanal em Cabo Verde como obstáculo ao estratagema do progresso: uma reflexão etnográfica sobre a atualidade do “arcaico” e o atraso do “moderno” na gestão estatal das pescarias. São Paulo. *In: Anais da VIII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*. UFSCAR, 2021.

SILVA, Luís Geraldo Santos da. **Caçara de Jangadeiros: Cultura marítima e modernização no Brasil**. CEMAR - Centro de Culturas Marítimas. São Paulo, 1993.

SILVA, Maria Osvaldina Sousa Duarte. **A Renda Haliêutica dos Acordos das Pescas entre Cabo Verde e a União Europeia**. Monografia - Curso de Economia dos Recursos Marinhos e do Ambiente, Université de Bretagne Occidentale Agrocampus-rennes, Rennes. 78 f., 2012.

SILVA, Tatiana R. A rabidância e o imbricamento entre comércio formal e informal: notas sobre uma tensão persistente. **Cadernos de África Contemporânea**, Salvador, v.3, n.6, p.89-106, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14342>. Acesso em: 3 ago 2023.

SILVA, Tatiana R. **A arte de comerciar: gênero, identidades e emancipação feminina no comércio transatlântico das rabidantes em Cabo Verde**. 156 f. Tese(Doutorado), Salvador: UFBA, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/24068>. Acesso em: 3 ago 2023.

SILVA, Tatiana R. Dinâmicas comerciais entre Brasil e Cabo Verde: uma análise acerca do papel das rabidantes cabo-verdianas no mercado informal brasileiro. **Tomo**. São Cristóvão (UFS), v. 22, p. 9-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/1592>. Acesso em: 1 dez. 2023.

SILVA, Tatiana R. MERCADO DE SUCUPIRA: práticas comerciais e cotidiano das rabidantes cabo-verdianas. **Outros Tempos**, São Luiz, vol. 12, n.19, 2015 p. 153-167. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uma/article/view/457/388](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uma/article/view/457/388). Acesso em: 3 ago 2023.

SILVA, Damaris Rosabal Lopes da. **As relações de gênero no setor das pescas em Cabo Verde: a invisibilidade das peixeiras nas políticas públicas**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231041>. Acesso em: 3 ago 2023.

SOUSA, B, E. **Biografia das vendedeiras: Estudo de Caso sobre Mobilidade Social no Bairro do Palmarejo – Cidade de Praia**. 101 f. Dissertação (Mestrado) UNICV, 2019. Disponível em: <https://ciencia.cv/items/9849406f-3dd9-4890-9f43-a95f4d13d7ca/full>. Acesso em: 2 mai 2024.

THEODORO, M. **O estado e os diferentes enfoques sobre o informal**. Brasília, DF, 2002.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-HABITAT). **UN-Habitat Global Activities Report 2013 Our Presence and Partnerships**. 2013. Disponível em: <https://unhabitat.org/sites/default/files/download-manager-files/UN-Habitat%20Global%20Activities%20Report%202013.pdf>. Acesso em 5 fev 2024.

VENANCIO, Vinícius. Rabida bô: retratos das práticas comerciais em Mindelo, Cabo Verde.

**R@U: Revista de Antropologia Social dos alunos do PPGAS-UFSCAR**, São Paulo, v. 11, p. 683-695, 2019. Disponível em: <https://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2019/10/33.pdf>. Acesso em: 23 fev 2024.

VENANCIO, Vinícius. O mundo do comércio, um mundo das mulheres: Pensando práticas comerciais em Mindelo, Cabo Verde. **Cadernos De Campo (São Paulo - 1991)**, v.28, n.1, p.33-49, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/153168>. Acesso em: 1 dez. 2023.

**WTTC. Travel & Tourism Economic Impact 2014 Cape Verde.** 2014.